

CERTIDÃO

----- **Certifica-se que**, da minuta da ata da reunião desta Câmara Municipal, parte respetiva, realizada em dez de maio de dois mil e dezoito, consta a deliberação, que se transcreve: -----

----- **“23 – DETERMINAÇÃO DO INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL (PDM) DA TROFA** -----

----- *Foi presente à Câmara Municipal, a informação técnica n.º I/3015/2018, prestada pela Divisão de Planeamento, Urbanismo e Obras Particulares, em 07 de maio, bem como o Relatório do Estado do Ordenamento do Território do Município da Trofa, relativamente ao assunto em epígrafe, cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, constituindo as quarenta e oito folhas (utilizadas, também, no verso), que se anexam no final por documento n.º 21.* -----

----- Despacho do Senhor Presidente da Câmara: “À Câmara 07/05/2018” -----

----- ***Deliberação:*** -----

----- ***Deliberado por unanimidade aprovar o assunto mencionado em epígrafe, nos termos e com os fundamentos propostos, no sentido de:*** -----

1 – Determinar, nos termos do disposto nos artigos 76.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que aprovou a Revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aplicável por força do n.º 3 do artigo 119.º do mesmo diploma, a abertura de procedimento de revisão do Plano Diretor Municipal da Trofa; -----

2 – Definir que a Revisão do Plano Diretor Municipal da Trofa deverá estar concluída no prazo de 18 meses; -----

3 – Determinar a abertura de um período de participação para a formulação de sugestões e para a apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de revisão ao plano, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 88.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, e que decorrerá nos 30 dias seguintes à publicação do aviso no Diário da República; -----

4 – Determinar a publicação no Diário da República, do Aviso que divulgue o teor da presente deliberação e a sua divulgação na comunicação social, na plataforma colaborativa de gestão territorial (PCGT) e no sítio da internet da Câmara Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º e da alínea a) do n.º 4 do artigo 191.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio; -----

5 – Dar conhecimento à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do

8

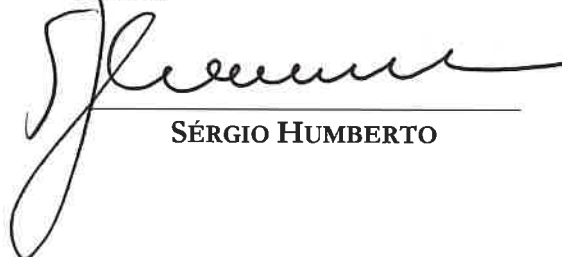
Norte da presente deliberação e do relatório sobre o estado do ordenamento do Território.”-----

----- Está conforme o original. -----

----- Mais se certifica que a ata de que consta a transcrita deliberação foi aprovada em minuta no final da mesma reunião, com vista à sua executoriedade imediata. -----

----- Trofa e Sede do Município, onze de maio de dois mil e dezoito -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL



SÉRGIO HUMBERTO

DAT - Divisão de Planeamento, Urbanismo e Obras Particulares

Setor: DPUOP/SIG - Setor de Sistemas de Informação Geográfica

RESPONSÁVEL TÉCNICO

*Encontro
D. Carlos
07.05.2018
Ocupação
M*

*Concedido. A Comissão
Superior.*

07 / 5 / 18

O Diretor do D.A.T.

DESPACHO SUPERIOR

DESPACHO:

A Câmara.

07 / 05 / 2018

[Assinatura]
O Presidente,
(Dr. Sérgio Humberto)

DATA: 07/05/2018

INFORMAÇÃO N.º I/3015/2018

N.º DE PROCESSO:

LOCAL:

NOME DO REQUERENTE:

ASSUNTO: I/3015/2018 - REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA TROFA - INÍCIO DO PROCEDIMENTO

O Plano Diretor Municipal da Trofa foi aprovado pela Assembleia Municipal em 27 de dezembro de 2012, tendo sido publicado através do Aviso n.º 2683/2013, de 22 de fevereiro de 2013, entrando em vigor no dia imediato à sua publicação.

Decorridos 5 anos da entrada em vigor do PDM da Trofa, hoje, é indiscutível que este instrumento de planeamento contribuiu de forma inequívoca para o desenvolvimento e crescimento do Concelho. No entanto, fruto da sua aplicação, observou-se que algumas das normas regulamentares limitavam intervenções urbanísticas importantes e que as cartas de condicionantes e ordenamento apresentavam já informação desatualizada, pelo que em 2 de fevereiro de 2017, foi aprovada em reunião de Câmara Municipal o início do procedimento de alteração ao PDM da Trofa e em 13 de abril de 2018, a Assembleia Municipal, deliberou aprovar, por unanimidade, a versão final desta Alteração, aguardando-se agora a respetiva publicação em Diário da República, para a sua entrada em vigor.

O atual Plano foi elaborado ao abrigo do disposto no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), publicado através do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro.

Posteriormente, as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo foram alteradas com entrada em vigor da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio que estabelece as Bases da Política Pública de Solos, Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBPPSOTU).

Consequentemente, e por forma a adequar-se à nova Lei de Bases, o RJIGT foi revogado em 14 de maio de 2015, através da publicação do Decreto-Lei n.º 80/2015.

Este quadro legislativo é substancialmente diferente do que aquele que vigorava à data da elaboração do PDM da Trofa, e introduziu importantes alterações no que respeita às regras de classificação e qualificação do solo, nomeadamente com a extinção dos designados solos urbanizáveis, conforme o artigo 10.º do RJIGT, sendo determinado no seu n.º 2 do artigo 199.º que os planos municipais têm que ser revistos, no máximo até 14 de julho de 2020, por forma a incluírem as novas regras definidas na LBPPSOTU e no RJIGT.

IMP.76.02
Data: 18.07.13

Página 1 de 2

ATA N.º 13/2018 - DOCUMENTO 21

Mas para além deste imperativo legal, assistiu-se também a diversas mutações de carácter económico, social, cultural e ambiental com impacto sobre o território municipal, suscetíveis de condicionar e alterar a sua forma de gestão, revelando-se necessário e oportuno dar início ao processo de revisão do PDM da Trofa por forma a dotar o Município de um novo instrumento de gestão territorial de suporte e estímulo a um novo ciclo de desenvolvimento e crescimento e de enquadramento das novas estratégias de planeamento, programas e ações municipais.

De acordo com o artigo 77.º do RJIGT, a deliberação de elaboração / revisão dos PDM deve ser acompanhada do Relatório Sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT) a nível local, que traduza o balanço da execução do PDM, bem como os níveis de coordenação interna e externa. De acordo com a legislação mencionada foi elaborado o REOT municipal (anexo n.º 1), e aprovado pela Câmara Municipal, em 9 de novembro de 2017 e pela Assembleia Municipal, em 23 de novembro de 2017.

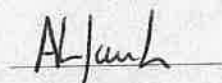
Neste documento são identificadas as matérias que deverão ser acauteladas na Revisão do PDM, bem como os novos desafios estratégicos: em termos económicos (impostos pelo fenómeno da concorrência proporcionada pela globalização), em termos ambientais (face à necessidade de apostar nas energias renováveis, na despoluição da rede hidrográfica, na segregação dos resíduos e no acautelar dos riscos associados às catástrofes naturais) e, por fim, em termos socioculturais (na valorização do património, na qualificação da população e no valorizar da identidade do território).

Em conclusão, a obrigatoriedade de adaptar o PDM da Trofa ao novo enquadramento legislativo e a necessidade de definição de novas estratégias de desenvolvimento municipal que permitam um crescimento equilibrado nas diferentes vertentes económico-sociais, fundamentam a oportunidade de se iniciar o procedimento de elaboração da revisão do PDM da Trofa. Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere, nos termos do RJIGT:

- 1- A abertura do processo de revisão do PDM da Trofa, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º;
- 2 - Definir um prazo de 18 meses para a revisão do PDM, nos termos da mesma disposição legal;
- 3 - Abrir um período para a formulação de sugestões e para a apresentação de informações, sobre quaisquer questões que possam ser consideradas, tal como previsto no n.º 2 do artigo 88.º do RJIGT e que decorrerá nos 30 dias seguintes à publicação do aviso no Diário da República;
- 4 - Determinar a publicação no Diário da República, do Aviso que divulgue o teor da presente deliberação, e a sua divulgação na comunicação social, na plataforma colaborativa de gestão territorial (PCGT) e no sítio da internet da Câmara Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º e da alínea a) do n.º 4 do artigo 191.º do RJIGT;
- 5 - Dar conhecimento à CCDRN do teor da deliberação juntamente com o relatório sobre o estado do ordenamento do território.

À consideração superior,

Técnico Superior



(Alice Santos)

Câmara Municipal da Trofa

2017

Relatório do Estado do Ordenamento do Território do município da Trofa

MONITORIZAÇÃO DO PLANEAMENTO E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO
MUNICÍPIO DA TROFA

GIPP, Lda – junho de 2017



Índice

<u>Índice de Figuras, Quadros e Tabelas</u>	<u>2</u>
<u>Siglas e Acrónimos</u>	<u>4</u>
<u>Enquadramento Geral</u>	<u>5</u>
<u>Enquadramento Legislativo</u>	<u>7</u>
<u>Enquadramento Geográfico</u>	<u>11</u>
<u>Metodologia</u>	<u>14</u>
<u>Avaliação do Estado do Ordenamento do Território do município da Trofa.....</u>	<u>18</u>
• População.....	19
• Economia.....	26
• Mobilidade e Acessibilidade.....	33
• Habitação	37
• Equipamentos e Serviços Básicos.....	40
• Património.....	45
• Planeamento	51
<u>Quadro Síntese Conclusivo</u>	<u>88</u>
<u>Considerações Finais</u>	<u>89</u>
<u>Bibliografia.....</u>	<u>92</u>



Índice de Figuras, Quadros e Tabelas

Figura

- Fig. 1 – Contexto da Trofa perante as unidades administrativas europeias e portuguesas
Fig. 2 – Modelo Territorial do município da Trofa
Fig. 3 – Metodologia de Monitorização e de Revisão do PDMT
Fig. 4 – População Residente no município da Trofa
Fig. 5 – Saldos Populacionais no município da Trofa
Fig. 6 – Taxas de natalidade e de mortalidade, no município da Trofa
Fig. 7 – Índice de Dependência e de Envelhecimento do município da Trofa
Fig. 8 – População por grupos etários no município da Trofa
Fig. 9 – Nível de escolarização dos munícipes da Trofa
Fig. 10 – N.º De Alunos Matriculados no município da Trofa
Fig. 11 – População Empregada e Desempregada do município da Trofa
Fig. 12 – Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem no município da Trofa
Fig. 13 – População Dependente dos Serviços da Segurança Social
Fig. 14 – População empregue por setor da economia no município da Trofa
Fig. 15 – N.º De Empresas no município da Trofa
Fig. 16 – Volumes das Exportações (EXTRA e INTRA UE) do município da Trofa
Fig. 17 – Evolução da Constituição ou Destituição de pessoas coletivas e entidades equiparadas do município da Trofa
Fig. 18 – Evolução do crescimento de entidades coletivas e entidades relacionadas com o setor terciário e secundário no município da Trofa
Fig. 19 – Variação do preço por metro quadrado em Portugal Continental
Fig. 20 – Sobrevivência Médias das empresas
Fig. 21 – Evolução dos Encargos Municipais do município da Trofa
Fig. 22 – Paradigma atual da mobilidade do município da Trofa
Fig. 23 – Rotas do Transporte público no município da Trofa
Fig. 24 – Evolução do N.º de Edifícios Concluídos e Licenciados no município da Trofa
Fig. 25 – N.º De Alojamentos Clássicos no município da Trofa
Fig. 26 – Evolução por freguesia do n.º de licenciamentos de edifícios no município da Trofa
Fig. 27 – Valor médio dos prédios transacionados no município da Trofa
Fig. 28 – Conjuntura da Habitação Social no município da Trofa
Fig. 29 – N.º de Estabelecimentos de Ensino no município da Trofa
Fig. 30 – Conjuntura do n.º de alunos do 2º e 3º ciclo no município da Trofa
Fig. 31 – Tratamento de água nas Estações do Sistema Integrado de Despoluição do Vale Ave
Fig. 32 – Atual Estado de Conservação do Património do município da Trofa
Fig. 33 – Contexto dos pedidos de licenciamentos, no município da Trofa, entre os anos de 2013 e 2017 (até abril)
Fig. 34 – Evolução do número de licenciamentos, no município da Trofa
Fig. 35 – Evolução do n.º de pedidos de licenciamento por freguesia
Fig. 36 – Evolução do número de licenciamentos, no município da Trofa, por tipo de licenciamento
Fig. 37 – N.º de Licenciamentos por Tipologia no município da Trofa
Fig. 38 – Evolução do N.º de Pedidos de licenciamento na área classificada como RAN no município da Trofa
Fig. 39 – Planta de Ordenamento – Programa de Execução – Contexto da rede Viária
Fig. 40 – N.º de Licenciamentos – ARU da Cidade da Trofa
Fig. 41 – Rede das Infraestruturas de Portugal no município da Trofa
Fig. 42 – Qualidade do Ar no Vale do Ave
Fig. 43 – Consumo de Eletricidade (kWh) no município da Trofa
Fig. 44 – Produção de Resíduos: Kg por Habitante do município da Trofa
Fig. 45 – Despesa gasta em proteção e gestão do ambiente pelo município
Fig. 46 – Parque das Azenhas
Fig. 47 – Conjuntura dos incêndios no município da Trofa
Fig. 48 – Evolução das temperaturas médias anuais e tendência linear de longo prazo
Fig. 49 – Anomalia da precipitação média (mm) durante a norma climatológica de 1981-2010



Quadro

Quadro 1 – PETROFA

Quadro 2 – DL n.º 80/2015, 14 de maio (art.º 189)

Quadro 3 – Metro do Porto

Quadro 4 – Áreas Intervencionadas

Tabela

Tab. 1 – Objetivos/Ações do PDMT

Tab. 2 – Conjuntura Legislativa presente no PDMT (2013)

Tab. 3 – Alterações Legislativas

Tab. 4 – População Residente no ano de 2011

Tab. 5 – Volume de Exportações no ano de 2016

Tab. 6 – População residente no município

Tab. 7 – UOPG do município da Trofa

Tab. 8 – Estruturação dos Indicadores

Tab. 9 – População Residente, por freguesia do município da Trofa

Tab. 10 – Evolução do número de turistas que visitam a Loja Interativa de Turismo da Trofa

Tab. 11 – Fluxo da Autoestrada n.º 3 no município da Trofa

Tab. 12 – Contexto da ferrovia no município da Trofa

Tab. 13 – Contexto da Mobilidade Suave no município da Trofa

Tab. 14 – Equipamentos de Associação Social, no município da Trofa

Tab. 15 – Equipamentos de Saúde no município da Trofa

Tab. 16 – Equipamentos Desportivos no município da Trofa

Tab. 17 – Serviços Administrativos e Proteção Civil no município

Tab. 18 – Património existente no município da Trofa e o seu atual estado de conservação

Tab. 19 – Contexto do Planeamento e Ordenamento do Território do município da Trofa

Tab. 20 – Síntese das Propostas do PDMT

Tab. 21 – Conjuntura das UOPG do município da Trofa

Tab. 22 – N.º de Indústria Licenciada desde 2013 até à atualidade.

Tab. 23 – Contexto da Rede Viária do PDMT na atualidade

Tab. 24 – Contexto da Proposta de Equipamentos pelo PDM

Tab. 25 – Quadro Síntese do PERU Do Núcleo Central da Trofa

Tab. 26 – Evolução do N.º de Licenciamentos na ARU da Trofa

Tab. 27 – Fase de Licenciamentos na ARU da Trofa, desde 2013 até 2017 (abril)

Tab. 28 – Medidas às quais os municípios devem colaborar dentro do PGRH da RH do Cávado, Ave e Leça

Tab. 29 – Programas/Instrumentos desenvolvidos no âmbito do ambiente no município da Trofa



b
f

Siglas e Acrónimos

AE – Autoestrada

AMP – Área Metropolitana do Porto

APA – Agência Portuguesa do Ambiente

CAOP – Carta Administrativa Oficial de Portugal

CMT – Câmara Municipal da Trofa

CP – Comboios de Portugal

DL – Decreto-Lei

EEM – Estrutura Ecológica Municipal

EN – Estrada Nacional

ETA – Estação de Tratamento de Águas

ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais

INE – Instituto Nacional de Estatística

IP – Itinerário Principal

IPMA – Instituto Português do Mar e da Atmosfera

LBGPPSOTU - Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo

PDMT – Plano Diretor Municipal da Trofa

PE – Plano Estratégico da Trofa

PRN2000 – Plano Rodoviário Nacional de 2000

PROF-Baixo Minho – Plano Regional de Ordenamento das Floresta do Baixo Minho

RJIGT – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

RAN – Rede Agrícola Nacional

REN – Rede Ecológica Municipal

REFER – Rede Ferroviária Nacional

REOT – Relatório do Estado do Ordenamento do Território

U.F. – União de Freguesias

UOPG – Unidade Operativa de Planeamento e Gestão



Enquadramento Geral

O PDMT, publicado em Diário da República, 2ª série – n.º 38 – 22 de fevereiro de 2013 (Aviso n.º 2683/2013), foi elaborado ao abrigo do anterior RJIGT (DL n.º 380/99, 22 de setembro).

O anterior instrumento de gestão territorial, na Trofa, está associado ao Plano Diretor Municipal de Santo Tirso, publicado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 90/94, de 23 de setembro, e que vigorou até à elaboração do PDMT. Ao mesmo tempo, o PETrofa (ver Quadro 1), elaborado entre o ano de 2003 - 2010, serviu como instrumento de apoio ao desenvolvimento do PDMT como também para a definição de uma estratégia, onde a gestão e valorização do município têm em conta a sua recente formação (publicada, em Diário da República n.º 287/1998, Série I-A de 1998-12-14).

A estruturação do PDMT durante este período contempla já a realização de um documento capaz de *monitorizar e avaliar* a conjuntura do município, em relação ao ordenamento território e

seus diversos usos. Desta forma, o REOT será um instrumento de gestão do território que remete para um processo faseado que deverá ocorrer durante um período de *dois em dois anos*, num processo de elaboração, de submissão a um período de discussão pública de 30 dias, de possíveis alterações e de submissão à apreciação municipal do documento (art.º 146, do RJIGT, DL n.º 380/99, 22 de setembro).

A abordagem que o REOT procura com estes objetivos não só monitorizar, mas também enquadrar o município da Trofa a uma conjuntura adequada ao contexto em que o REOT é desenvolvido, tendo em consideração fatores *socioeconómicos, de mobilidade e acessibilidade, povoamento e espaço urbano e, por fim, ambiente e questões biofísicas* (Prada, O. 2008).

Deste modo, o presente documento procura realizar o enquadramento e o balanço da gestão territorial, com a intenção de preparar e coordenar de uma forma integrada e contextualizada as diferentes estratégias e planos que estão em desenvolvimento no município (Tab. 1).

Quadro 1 PETROFA

O PE (PETROFA) é um documento que procura sistematizar a conjuntura do município (no período de 2003-2010), tendo em consideração, a elaboração do PDMT. Tem como objetivos, o desenvolvimento de 4 eixos:

- Qualidade de Vida;
- Competitividade;
- Município em Rede;
- Cidadania Ativa,

através da organização das atividades humanas, a preservação e valorização do património natural e construído e por fim, qualificar os espaços urbanos e urbanizáveis.



Tab. 1 – Objetivos/ Ações do PDMT

Objetivos/ Ações do PDM	
Acréscimo de Mobilidade e das Melhorias das Acessibilidades Internas	<ul style="list-style-type: none">• Hierarquização da rede viária;• Requalificação de troços existentes e construção dos restantes troços da rede de distribuidores principais, nomeadamente ligações à cidade e ligação entre núcleos concelhios;• Estruturação de critérios de gestão dos espaços-canal;• Integração urbana do metro e promoção de interfaces intermodais;• Promover as variantes às EN 14 e 104.
Consolidação e Requalificação Urbana	<ul style="list-style-type: none">• Estruturação de critérios de gestão urbanística;• Acréscimo da qualificação do espaço público;• Contenção das frentes urbanas consolidadas e a consolidar, preservando a cêrcea, tipologia e alinhamento dominantes;• Garantir indicadores de elevada qualidade ambiental para o sistema urbano através do estabelecimento de índices de utilização do solo urbano adequados e de medidas de defesa dos recursos solo, água, ar e da paisagem;• Colmatação/ eliminação dos espaços vazios em solo urbano.
Reordenamento Industrial, promovendo a deslocalização de unidades deficientemente localizadas no Território	<ul style="list-style-type: none">• Criação da Área de Localização Empresarial;• Expansão de áreas industriais existentes, disponibilizando infraestruturas e acessibilidade adequadas.
Requalificação Florestal e Consolidação de Políticas de Ordenamento e Gestão Florestal	<ul style="list-style-type: none">• Defender e valorizar as áreas produtivas através da qualificação dos espaços e regulação dos usos e ocupação do solo adequados ao objetivo de aproveitamento sustentável dos recursos;• Preservar as zonas ecologicamente sensíveis do município, através de modelos de planeamento restritivos e de ações programadas de requalificação.
Criação de uma Rede de Equipamentos Educativos, Desportivos, Culturais, de Saúde e de Ação Social, bem como Espaços Verdes de Utilização Coletiva	<ul style="list-style-type: none">• Colmatação das carências a nível educacional, desportivo, cultural e social;• Execução da rede básica de percursos pedonais, equestres e ciclovia em solo rural;• Desenvolvimento de uma rede de ciclovias, na cidade da Trofa.
Salvaguarda e Valorização do Património Edificado e do Património Natural	<ul style="list-style-type: none">• Identificação municipal do património edificado e natural;• Regulamentação das intervenções admitidas na ótica da proteção e valorização do património;• Implementação da Estrutura Ecológica Municipal.
Infraestruturação do Município, nomeadamente nas redes de abastecimento de água e de drenagem das águas residuais domésticas e industriais	<ul style="list-style-type: none">• Execução de redes, com vista à cobertura total do município;• Promoção das ligações às redes.
Promoção da Equidade e Eliminação de Assimetrias Territoriais	<ul style="list-style-type: none">• Regulamentação dos critérios perequativos na distribuição de benefícios e encargos resultantes do processo de urbanização;• Distribuição equitativa dos investimentos públicos por todo o território concelhio.

Fonte: PDMT (2013)



Enquadramento Legislativo

O enquadramento legislativo onde se insere o PDMT já não se encontra atualizado, estando em vigor um novo RJIGT, publicado no DL n.º 80/2015, 14 de maio, e uma nova LBGPPSOTU (Lei n.º 31/2014, de 30 maio).

Neste sentido, a LBGPPSOTU define que é o *Estado, as regiões autónomas e as autarquias locais que têm o dever de promover a política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, que estão previstas na Constituição e na lei* (art.º 8). Na sequência deste *dever*, existe a obrigatoriedade por parte dos municípios de *planear e programar o uso do solo e promover a respetiva concretização*. Os REOT segundo o novo RJIGT (art.º 189, DL n.º 80/2015, 14 de maio) definem que são as câmaras municipais a elaborar o REOT e que no final da sua elaboração será submetido à *apreciação da assembleia municipal*, tendo como semelhança, o anterior RJIGT, o facto de ser submetido a discussão pública durante 30 dias (Quadro 2).

A análise do enquadramento legislativo tem como comparação o ano de elaboração do PDM (2013) e o atual contexto, observando-se que nos aspetos técnicos é favorável, não havendo grandes alterações no enquadramento legislativo dos diferentes temas abordados no PDMT – ver Tab. 2. Ao invés, na conceção metodológica - ver Tab. 3 -, isto é, na regulação do ordenamento do território existiu a alteração do RJIGT e da LBGPPSOTU, anteriormente mencionadas. Esta alteração determina para os REOT uma alteração na sua conceção – ver Quadro 2.

É importante salientar o facto da existência de novos regimes noutros domínios de ação dos Instrumentos de Gestão Territorial, mais precisamente, o novo Regime Jurídico das Autarquias Locais (DL n.º 75/2013, 12 de setembro), as Bases da Política de Ambiente (DL n.º 19/2014, 14 de abril) e o Regime Geral de Revelação e Aproveitamento dos Recursos Geológicos (DL n.º 54/2015, 22 de junho). As alterações apresentadas são no domínio dos equipamentos, no caso do RJAL (Regime Jurídico das Autarquias Locais); na formulação da Estrutura Ecológica, no caso do BPA (Bases da Política de Ambiente); e, por fim, no domínio dos recursos geológicos, o RGRARG (Regime Geral de Revelação e Aproveitamento dos Recursos Geológicos).



h
f

Quadro 2: DL n.º 80/2015, 14 de maio (art.º 189)

Artigo 189.º

Relatórios sobre o estado do ordenamento do território

- 1 - O Governo elabora, de dois em dois anos, um relatório sobre o estado do ordenamento do território a submeter à apreciação da Assembleia da República.
- 2 - A comissão de coordenação e desenvolvimento regional elabora, de quatro em quatro anos, um relatório sobre o estado do ordenamento do território a nível regional, a submeter à apreciação da respetiva tutela.
- 3 - A câmara municipal, a comissão executiva metropolitana, o conselho intermunicipal ou as câmaras municipais dos municípios associados elaboram, de quatro em quatro anos, um relatório sobre o estado do ordenamento do território, a submeter, respetivamente, à apreciação da assembleia municipal, do conselho metropolitano, da assembleia intermunicipal ou das assembleias municipais dos municípios associados para o efeito.
- 4 - Os relatórios sobre o estado do ordenamento do território, referidos nos números anteriores, traduzem o balanço da execução dos programas e dos planos territoriais, objeto de avaliação, bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, fundamentando uma eventual necessidade de revisão.
- 5 - Concluída a sua elaboração, os relatórios sobre o estado do ordenamento do território são submetidos a um período de discussão pública de duração não inferior a 30 dias.
- 6 - A não elaboração dos relatórios sobre o estado do ordenamento do território, nos prazos estabelecidos nos números anteriores, determina, consoante o caso, a impossibilidade de rever o programa nacional da política de ordenamento do território, os programas regionais e os planos municipais e intermunicipais.

Fonte: Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa



Tab. 2 - Conjuntura Legislativa presente no PDMT (2013)

TEMA	Legislação presente no PDM	Caracterização	Atual contexto legislativo
Ambiente	DL n.º 468/71, 5 de novembro	Regime Jurídico dos Terrenos do Domínio Público Hídrico	Em vigor
	DL n.º 90/90, 16 de março	RGRARG	Alterado: DL n.º 54/2015, 22 de junho
	DL n.º N.º 214/94, 13 de setembro	Caulino	Em vigor
	DL n.º 364/98, 21 de novembro	Carta de Zonas Inundáveis nos municípios com cheias	Em vigor
	DL n.º 270/2001, de 6 de outubro	Recursos Geológicos	Em vigor
	DL n.º 129/2002, 11 de maio	Regulamento dos Requisitos de Acústica dos Edifícios	Em vigor
	DL n.º 155/2004, 30 de junho	Medidas de Proteção ao Sobreiro e à Azinheira	Em vigor
	DL n.º 54/2005, 15 de novembro	Regime Jurídico dos Terrenos de Domínio Público	Em vigor
	Lei n.º 58/2005, 29 de dezembro	Lei da Água	Em vigor
	DL n.º 9/2007, 17 de janeiro	Regulamento Geral do Ruído	Em vigor
	DL n.º 55/2007, 12 de março	Medidas de Proteção aos Povoamentos Florestais Percorridos por Incêndios	Em vigor
	DL n.º 340/2007, 12 de outubro	Regime Jurídico da Pesquisa e Exploração de Massas Minerais	Em vigor
	DL n.º 17/2009, 14 de janeiro	Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios	Em vigor
	DL n.º 115/2010, 22 de outubro	Zonas inundáveis ou ameaçadas pelas cheias	Em vigor
Equipamentos e Serviços Básicos	DL n.º 159/99, de 18 de setembro	Atribuições e Competências para as Autarquias Locais	Alterado: DL n.º 75/2013, 12 de setembro
Mobilidade e Acessibilidade	Decreto Regulamentar n.º 7/83, 3 de fevereiro	Zona de servidão do Aeroporto Francisco Sá Carneiro	Em vigor
	DL n.º 182/2003, de 16 de agosto	PRN2000	Alterada: Lei n.º 34/2015, 27 de abril
	DL n.º 276/2003, 4 de novembro	Linha do Minho	Em vigor
	DL n.º 276/2003, de 4 de novembro	Regime Jurídico dos Bens do Domínio Público Ferroviário	Em vigor
Património	DL n.º 107/2001, 8 de setembro	Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural	Em vigor
Planeamento	DL n.º 11/87, de 7 de abril	Lei de Bases do Ambiente	Alterado: DL n.º 19/2014, 14 de abril
	DL n.º 380/99, 22 de setembro	RJIGT	Alterado: DL n.º 80/2015, 14 de maio
	Resolução de Conselho de Ministros n.º 86/96, de 11 de junho	REN	Alterado: DL n.º 239/2012, 2 de novembro
	DL n.º 73/2009, 31 de março	RAN	Alterado: DL n.º 199/2015, 16 de setembro
	Resolução de Conselho de Ministros n.º 152/2001, 11 de outubro	Estratégia Nacional para a Conservação de Natureza e Biodiversidade	Em vigor
	DL n.º 54/2007, 31 de agosto	LBGPPSOTU	Alterado: DL n.º 31/2014, 30 de maio
	DL n.º 142/2008, 24 de julho	Regime Jurídico da Conservação da Natureza	Em vigor

Fonte: Diário da República (2017) e PDMT (2013)



Tab. 3 - Alterações Legislativas

TEMA	Legislação Anterior	Nova Legislação	Alteração
Ambiente	DL n.º 90/90, 16 de março	DL n.º 54/2015, 22 de junho	Criação do Regime Geral de Revelação e Aproveitamento dos Recursos Geológicos.
Equipamentos e Serviços Básicos	DL n.º 159/99, de 18 de setembro	DL n.º 75/2013, 12 de setembro	Art.º 33º ee) Compete à Câmara Municipal <i>criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal.</i>
Mobilidade e Acessibilidade	DL n.º 182/2003, de 16 de agosto	Lei n.º 34/2015, 27 de abril	Art.º 1.º 1) <i>O novo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, abreviadamente designado por Estatuto, estabelece as regras que visam a proteção da estrada e sua zona envolvente, fixa as condições de segurança e circulação dos seus utilizadores e as de exercício das atividades relacionadas com a sua gestão, exploração e conservação.</i> 2) <i>O Estatuto estabelece, também, o regime jurídico dos bens que integram o domínio público rodoviário do Estado e o regime sancionatório aplicável aos comportamentos ou atividades de terceiros que sejam lesivos desses bens ou direitos com eles conexos, bem como às situações de incumprimento.</i>
Planeamento	DL n.º 11/87, de 7 de abril	DL n.º 19/2014, 14 de abril	Art.º 14.º 2) <i>A política ambiental é desenvolvida sob os instrumentos da política de ambiente são desenvolvidos e aplicados de forma integrada com as demais políticas nacionais, regionais, locais ou sectoriais, com vista à prossecução dos objetivos nacionais e dos compromissos internacionais assumidos por Portugal.</i>
			Art.º 18.º 1) <i>Define que os instrumentos da política de ambiente são desenvolvidos e aplicados de forma integrada com as demais políticas nacionais, regionais, locais ou sectoriais, com vista à prossecução dos objetivos nacionais e dos compromissos internacionais assumidos por Portugal.</i>
	Resolução de Conselho de Ministros n.º 86/96, de 11 de junho	DL n.º 239/2012, 2 de novembro	Art.º 16.º 1) <i>As alterações da delimitação da REN devem salvaguardar a preservação dos valores naturais fundamentais, bem como a prevenção e mitigação de riscos para pessoas e bens.</i> 2) <i>As propostas de alteração da delimitação da REN devem fundamentar-se na evolução das condições económicas, sociais, culturais, ambientais, nomeadamente as decorrentes de projetos públicos ou privados a executar na área cuja exclusão se pretende.</i>
	DL n.º 380/99, 22 de setembro	DL n.º 80/2015, 14 de maio	Art.º 1.º <i>Desenvolve as bases da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, definindo o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial.</i>
	DL n.º 54/2007, 31 de agosto	DL n.º 31/2014, 30 de maio	Art.º 1.º Objeto 1) <i>A presente lei estabelece as bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo.</i> 2) <i>A presente lei não se aplica ao ordenamento e à gestão do espaço marítimo nacional, sem prejuízo da coerência, articulação e compatibilização da política de solos e de ordenamento do território com a política do ordenamento e da gestão do espaço marítimo nacional.</i>
	Decreto Regulamentar n.º 94/2007, de 22 de setembro	Portaria 78/2013, de 19 de fevereiro	Suspende de forma parcial os PROF a nível nacional até à data da sua revisão.

Fonte: Diário da República (2017) e PDMT (2013)



Enquadramento Geográfico

- Trofa e a AMP

O município da Trofa encontra-se inserido numa dinâmica metropolitana, a AMP, que se caracteriza por ser um dos maiores pólos demográficos e económicos do país. Ao mesmo tempo, a sua localização metropolitana confere-lhe uma dimensão estratégica importante no relacionamento de proximidade com os sistemas urbanos do Vale do Ave e do Cávado.

Tab. 4 – População Residente, ano de 2011

Local de Residência	N.º de população residente
Portugal	10 562 178
Norte	3 689 682
AMP	1 759 524
Trofa	38 999

Fonte: INE (2011)

Tab. 5 – Volume de Exportações, no ano de 2016

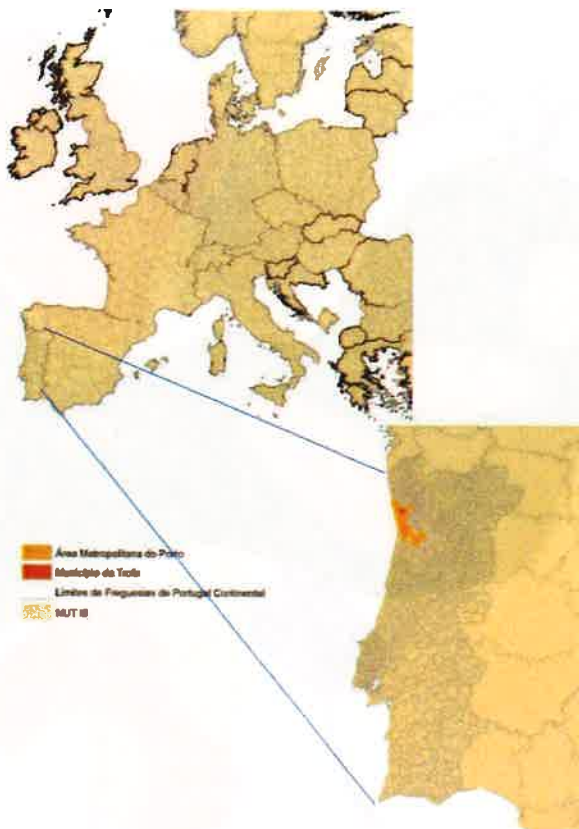
Localização	Exportações (€)	Proporção (%)
Portugal	50 314 103 247	100%
Norte	20 510 474 117	40.76%
AMP	10 339 767 153	20.55%
Trofa	434 303 045	0.86%

Fonte: INE (2017)

A AMP, constituída por 17 municípios, compreende uma população de, aproximadamente, 1.8 milhões de habitantes, sendo a segunda área metropolitana do país, em termos populacionais. Ao longo dos seus 2 040 km² contém um tipo de desenvolvimento económico diverso, caracterizada por ser o motor das exportações de Portugal, com mais de 1/3 das exportações do país.



Fig. 1 – Contexto da Trofa perante as unidades administrativas europeias e portuguesas.



Fonte: CAOP (2016) e Eurostat (2015)

- O concelho da Trofa e as freguesias

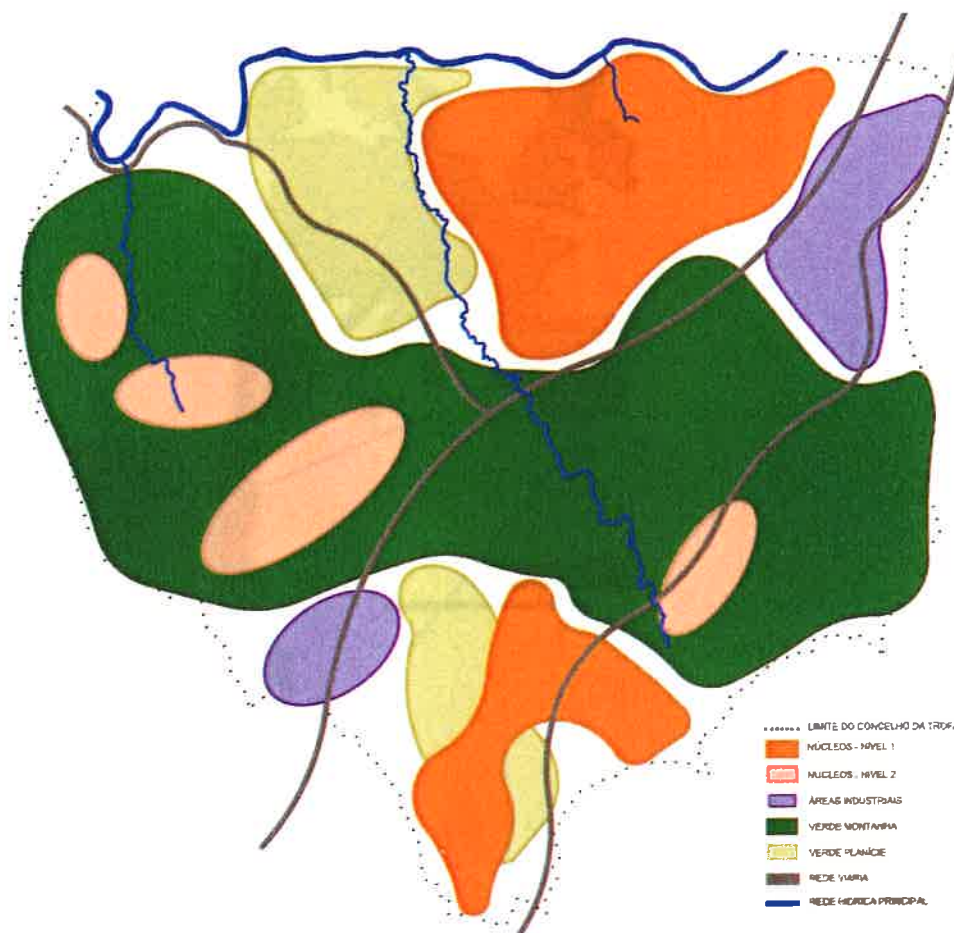
O concelho da Trofa, com uma área de 72,02 km² abrange no seu território 5 freguesias, onde se integra uma vila (Coronado) e uma cidade (Trofa). A cidade da Trofa inclui-se na freguesia do Bougado e a vila do Coronado na freguesia do Coronado, perfazendo os dois núcleos urbanos do concelho (Tab. 6). As restantes três freguesias: Muro, Covelas e a U.F. de Alvarelhos e Guidões, perfazem o núcleo rural do município – ver Fig. 2.

Tab. 6 – População residente no município

Local de Residência	N.º de população residente
U.F. do Bougado (Núcleo Urbano da Trofa)	21 612
U.F. do Coronado (Vila do Coronado)	9 119
Covelas	1 536
Muro	1 922
U.F. de Alvarelhos e Guidões	4 810

Fonte: INE (2011)

Fig. 2 – Modelo Territorial do município da Trofa



Fonte: PDMT (2013)

- Trofa e as suas UOPG

As UOPG são instrumentos para a *execução do plano*, estabelecendo para cada uma das mesmas os respetivos objetivos, bem como os termos de referência para a necessária elaboração de planos de urbanização e de pormenor (art.º 85 L. do DL n.º 380/99, 22 de setembro).

Segundo o PDMT (2013), existem 14 UOPG que definem uma orientação que procura estabelecer um novo contexto para o desenvolvimento do município da Trofa, tendo em conta que são unidades territoriais que são idealizadas de forma a reestruturar e cumprir com as diferentes apostas que o PDM propõe para o município. Como a *melhoria, qualificação e valorização do ambiente urbano*, apostando em setores como as atividades industriais, a habitação social/coletiva, equipamentos coletivos, desenvolvimento de atividades de I&D e da reabilitação do património. (art.º 116, do PDMT).



Tab. 7 – UOPG do município da Trofa

UOPG do município da Trofa		
Localização	Área (ha)	Objetivo
Vau	6.0	Instalação de indústrias ligadas à criatividade e tecnologia
Cavadas	24.9	Espaço Verde
São Martinho	5.7	Expansão/Estruturação do Tecido Urbano
Antiga Estação	6.7	Nova centralidade, tendo em conta a expansão do metro
Mosteirô	14.1	Expansão/Estruturação do Tecido Urbano
Escola	6.8	Instalação da Escola 2/3 da Trofa
Zona Industrial da Trofa	292.1	Instalação de serviços de apoio à atividade industrial
Cidade da Trofa	1 018.5	Organização da estrutura urbana da cidade
Alvarelhos	18.3	Recuperação da área de exploração de caulinos
Covelas	16.0	Recuperação da área do Largo do Emigrante
Zona Industrial Norte	29.4	Instalação de indústria e serviços
Zona Industrial de Soeiro	20.8	Instalação de indústria e serviços
S. Romão	15.4	Requalificação e Estruturação do centro de São Romão
Zona Industrial de Vale Maior	14.1	Instalação de indústria e serviços

Fonte: PDMT (2013)

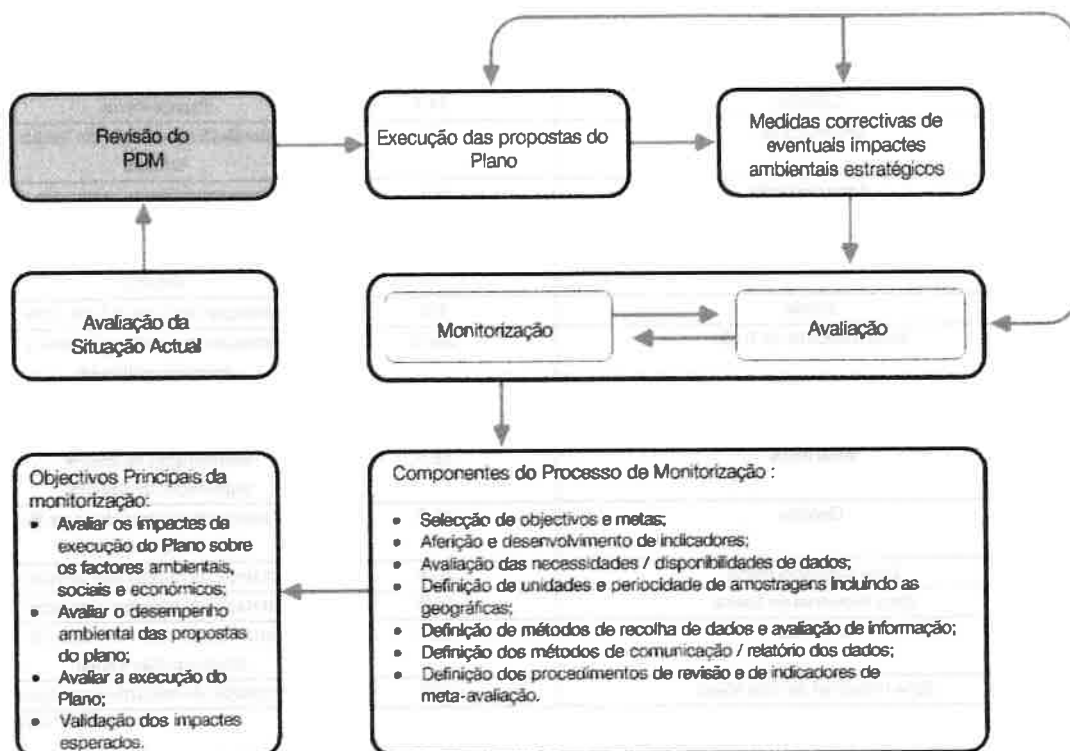
Metodologia

O objetivo da elaboração do REOT que anteriormente foi descrito decorre de uma sequência de procedimentos de recolha da informação que passa pela identificação de indicadores capazes de avaliar e de informar a conjuntura do concelho, tanto ao nível socioeconómico, de mobilidade e acessibilidade, povoamento e espaço urbano e, por fim, ambiente. A ponderação destes indicadores procura desenvolver componentes que permitam avaliar a *conformidade* e o *desempenho* neste processo de monitorização do ordenamento do território e seus usos (Batista e Silva, 1999)¹ – ver Fig. 3.

A análise a desenvolver apoia-se na definição de dois eixos: o *plano* e o *sistema real* (Prada, O., 2008), em que estes procedimentos são compostos, neste caso do plano: através da análise de plantas e outros tipos de propostas de plano, como: a planta de ordenamento e de condicionantes e as Unidades Operativas de Planeamento e Gestão; e do *sistema real*, onde os comportamentos e indicadores são ferramentas para a obtenção da informação e caracterização do município (ver Tab. 8 na pág. 17).

¹ Transcrito de Prada, O., (2008), *Relatórios de Estado do Ordenamento do Território: orientações para a sua elaboração*.

Fig. 3 – Metodologia de Monitorização e de Revisão do PDMT

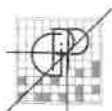


Fonte: PDMT (2013)

A ferramenta dos indicadores serve para:

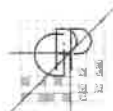
- Validar ou não a estratégia definida;
- Ter a percepção da conjuntura do município;
- Facilitar o desenvolvimento de novas estratégias;
- Avaliar o impacto do planeamento nos diferentes domínios: socioeconómicos, ambientais, urbanos e rurais.

Desta forma, a abordagem poderá conter diferentes fontes de informação, pelas quais permitirá desenvolver este procedimento avaliativo, como é o caso do Instituto Nacional de Estatística onde, através da Base de Dados e do Anuário Estatístico da Região Norte, permitirá exportar a informação da maioria das temáticas a abordar no REOT mas, também, a informação municipal das diferentes subdivisões será determinante para o desenvolvimento deste processo de monitorização. Segundo o Despacho n.º 6555/2014, onde é aprovada a Estrutura Orgânica da Câmara Municipal da Trofa – Reorganização de Organização dos Serviços Municipais, no art.º 9 e 10, encontram-se as subdivisões de trabalho para a elaboração, deste REOT:



- **Artigo 9.º (Estrutura nuclear):**
 - 1 — A Assembleia Municipal da Trofa aprovou, sob proposta da Câmara Municipal, a estrutura orgânica nuclear e fixou em duas, o número máximo de unidades orgânicas nucleares;
 - 2 — A estrutura nuclear do Município da Trofa é constituída por duas unidades orgânicas nucleares correspondentes aos seguintes departamentos municipais: a) Departamento de Administração Geral e Social; b) Departamento de Administração do Território;
- **Artigo 10.º (Estrutura flexível):**
 - 1 — A Assembleia Municipal da Trofa aprovou, sob proposta da Câmara Municipal, a estrutura orgânica flexível e fixou em nove, o número máximo de unidades orgânicas flexíveis.
 - 2 — A estrutura flexível do Município da Trofa é constituída por oito unidades orgânicas flexíveis, corporizadas da seguinte forma: a) Serviço Pró -Desenvolvimento Estratégico; b) Serviço de Polícia Municipal, Proteção Civil e Controlo Normativo; c) Divisão Administrativa e Financeira; d) Divisão Jurídica e Recursos Humanos; e) Divisão de Educação, Ação Social e Saúde; f) Divisão de Cultura, Turismo, Desporto e Juventude; g) Divisão de Planeamento, Urbanismo e Obras Particulares; h) Divisão de Obras Municipais e Ambiente.

Em simultâneo, o facto do município da Trofa se inserir na AMP, determina a importância da compreensão da realidade do mesmo neste contexto, tendo em consideração a AMP e os dados que esta fornece nos diferentes domínios de análise.



Tab. 8 - Estruturação dos indicadores

<u>Tema</u>	<u>Subtemas</u>
População	Habitantes
	Educação
	Emprego/ Desemprego
	Nível de Inclusão Social
Economia	Setor de Atividade Económica
	Receitas e Encargos Municipais
	Licenciamento
	Dinâmicas empresarias
	Turismo
Mobilidade e Acessibilidade	Rede Viária
	Rede Ferroviária
	Rede Pedonal
	Rede de Transportes Públicos
Habitação	Fogos Construídos
	Habitação Social
	Valores de Mercado
Equipamentos e Serviços Básicos	Saúde
	Sociais
	Escolares
	Desportivos
	Administrativos
	Abastecimento de água
Património	Património
Planeamento	PDMT
	RAN
	EEM
	REN
	PROF-Baixo Minho
	Bacia Hidrográfica do Ave e Bacia Hidrográfica do Leça
	PERU do Núcleo Central da Cidade da Trofa
	PRN2000
Ambiente	Consumo
	Nível de Poluição
	Arborização/Floresta
	Espaço Verde



h
l

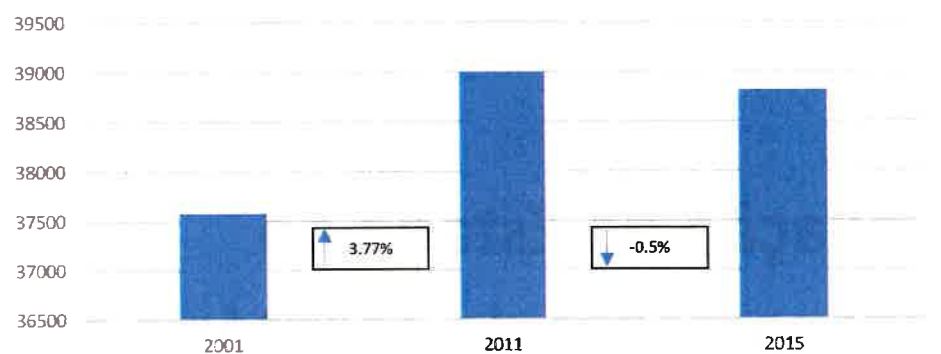
Avaliação do Estado do Ordenamento do Território do município da Trofa



- **População**

A Trofa insere-se num contexto metropolitano onde o dinamismo demográfico é dos mais importantes do país, como foi referido na secção do Enquadramento Prévio. O facto de existir uma densidade populacional elevada (692,8 hab./km²) perfaz com que o município, na sua pequena dimensão (72.02 km²), face ao panorama nacional, seja dos mais densos em termos populacionais².

Fig. 4 - População Residente no município da Trofa



Fonte: INE (2001, 2011 e 2015)

A evolução da população como se observa na Fig. 4 tende a estabilizar ou mesmo a diminuir (de ressaltar que existe uma tendência positiva da taxa de natalidade na atualidade), isto porque, durante o ano de 2011 e 2015, existiu uma ligeira diminuição de aproximadamente 200 habitantes.

Observando a Tab. 9, constata-se uma dinâmica que está assente na crescente concentração da população nos núcleos urbanos do município, que compreende a cidade da Trofa e a vila do Coronado, onde cada um tem um crescimento aproximado de 1000 habitantes. Assiste-se à perda de população, de uma forma residual, nas freguesias rurais (diminuindo 242 habitantes na U.F. de Alvarelhos e Guidões e 50 habitantes em Muro, entre os anos de 2001 e 2011) que não é somente motivada pelo êxodo rural no interior do município, mas, também, pela localização metropolitana do município, onde a volatilidade populacional é evidente, neste contexto.

² Segundo o *Censos* de 2011 (INE, 2011) a Trofa é o 31º. Município em 308, com a densidade populacional mais elevada.

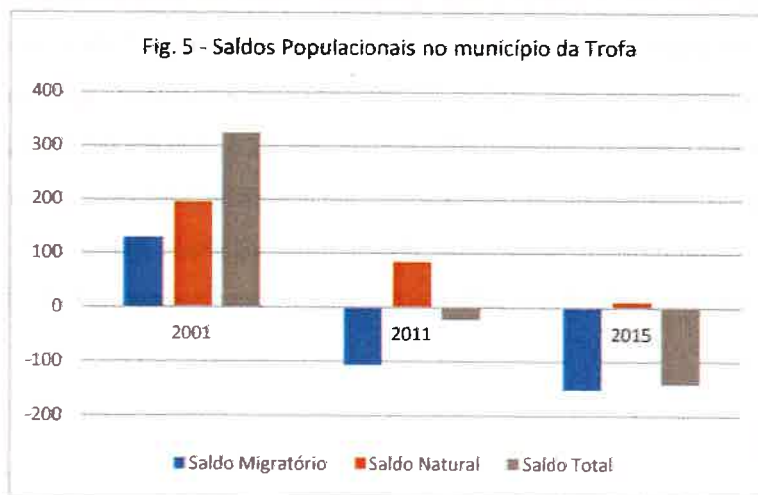


Tab. 9 – População Residente, por freguesia do município da Trofa

Freguesia	2001	2011	Taxa de Crescimento
Bougado (Cidade da Trofa)	20692	21 612	4.45%
Coronado (Vila do Coronado)	8203	9 119	12.14%
Covelas	1662	1 536	-7.58%
Muro	1972	1 922	-2.54%
União de Freguesias de Alvarelhos e Guidões	5 052	4 810	-4.79%

Fonte: INE (2001 e 2011)

A conjuntura evidenciada não só é decorrente da localização do município, mas também da conjuntura demográfica que ocorre em Portugal, onde o aumento do envelhecimento da população, a diminuição constante da taxa de natalidade desde o de 2001 até ao ano de 2014 (inclusive)³, as alterações comportamentais da população em idade reprodutiva e as condições profissionais, provocaram uma conjuntura negativa, em termos evolutivos da população. Ao mesmo tempo, o saldo populacional do município corresponde a essa tendência negativa (Fig. 5), no entanto, apesar de existir a diminuição da população, a tendência confirma-se face à descida abrupta do saldo migratório, desde 2001 até ao ano de 2015 (dos 129%, em 2001 aos -152% em 2015), e o saldo natural, apesar de ser positivo, segue uma tendência negativa, com uma desvalorização dos 195%, em 2001, para os 10% de 2015.



Fonte: INE (2001, 2011 e 2015)

Analisando a Fig. 6, a realidade no município da Trofa tende em ser positiva, em comparação com o resto do país⁴, onde a taxa de natalidade apesar de descer dos 12.60% para os 7.80% de

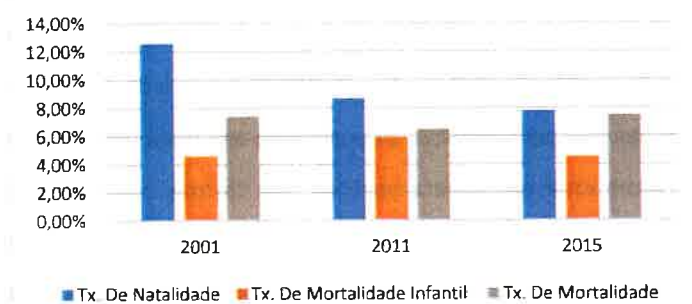
³ Segundo o INE a diminuição da taxa de natalidade em Portugal ocorre desde 2000, com um valor de 10.9% até ao ano de 2015, onde o valor tornou a subir para os 8.3%.

⁴ Segundo o INE, Portugal compreendia valores correspondentes aos indicadores da Fig. 3, no ano de 2015, de:



2015, continua a ser maior que a taxa de mortalidade registada no município, nos mesmos anos. Todavia, apesar das taxas de mortalidade serem baixas no município, o indicador da esperança média de vida demonstra um aumento da idade de esperança média de vida dos 76.4 anos para os 80.4 anos, em Portugal, entre os anos de 2001 e 2014. O facto de existir essa baixa taxa de mortalidade também é concordante com o facto de existir uma conjuntura demográfica envelhecida no município.

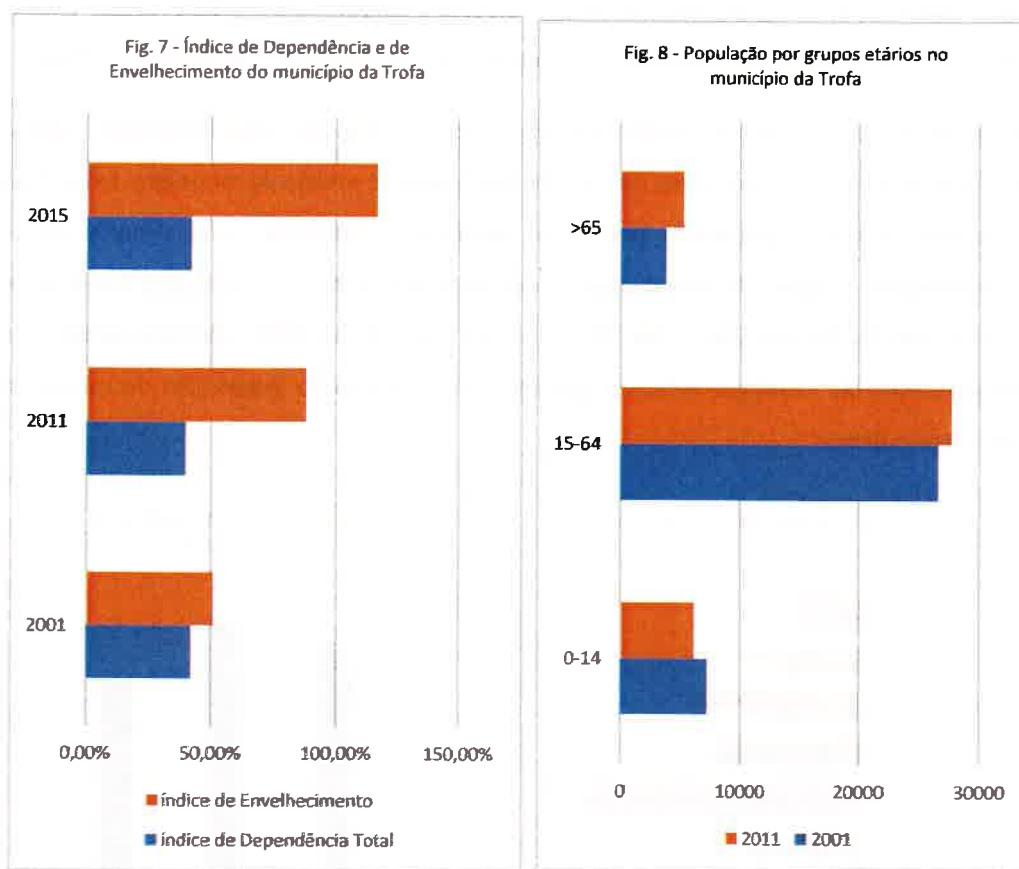
Fig. 6- Taxas de natalidade e de mortalidade, no município da Trofa



Fonte: INE (2001, 2011 e 2015)

O problema do envelhecimento é uma questão central na dinâmica das sociedades europeias e o município da Trofa não é alheio a esse problema, como foi anteriormente demonstrado. Através dos indicadores apresentados na Fig. 7, encontra-se um Índice de Dependência, associado à população com idade igual ou inferior a 14 anos e com idade igual ou superior a 65 anos que estabiliza, entre os anos de 2001 e 2015, nos 42%. O facto também de existir este crescimento ligeiro, entre o ano de 2011 e 2015, decorre da circunstância de que a população predominante no município trofense corresponde ao grupo etário entre os 15 e os 64 anos, como se pode observar na Fig. 8, em 2001 e 2011 (anos do Recenseamento Geral da População).

- Taxa de Natalidade: 8.3%
- Taxa de Mortalidade: 10.5%
- Taxas de Mortalidade Infantil: 2.9%.



Fonte: INE (2001, 2011 e 2015)

Um outro aspeto importante na caracterização demográfica do município da Trofa é a questão da formação e qualificação da população residente. A este nível, existe uma constante evolução no nível de qualificação da população, como demonstra a Fig. 9. O aumento do nível de qualificação da população trofense deve-se à regulamentação da obrigatoriedade de estudos até aos 18 anos, segundo o art.º 2, 1), da Lei n.º 85/2009, 27 de agosto, como também da evolução da sociedade portuguesa.

Ao mesmo tempo, a partilha da informação, a evolução do mercado de trabalho e a concretização pessoal da população, cada vez mais identifica na educação, um dos principais fatores de desenvolvimento. Isto ocorre, devido à possibilidade de obtenção por parte dos indivíduos de *um emprego*, que é considerado segundo o Simões, C. & Santos, S. (2016), correspondente às suas necessidades/preensões sendo capaz de proporcionar uma *qualidade de vida* enquadrada dentro dessas necessidades. Na verdade, os indivíduos procuram desenvolver diversas *dimensões das diferentes etapas* da vida, designadamente:

desenvolvimento pessoal, autodeterminação, relações interpessoais, inclusão social, direitos, bem-estar emocional, bem-estar físico e bem-estar material (Simões, C. & Santos, S., 2016).

Apesar de um aumento do nível da escolarização assiste-se (Fig. 10) a uma conjuntura negativa, em termos dos alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino do município. Estes dados não significam que a população deixou de qualificar-se/formar-se, mas decorre do seu envelhecimento. O índice de envelhecimento da população trofense continua a aumentar de ano para ano (52.0% em 2001 / 84.7% em 2011 / 112.9% em 2015, INE) e o aumento da população ativa do município provoca também este processo de diminuição de número de alunos matriculados.

Fig. 9 - Nível de escolarização dos munícipes da Trofa

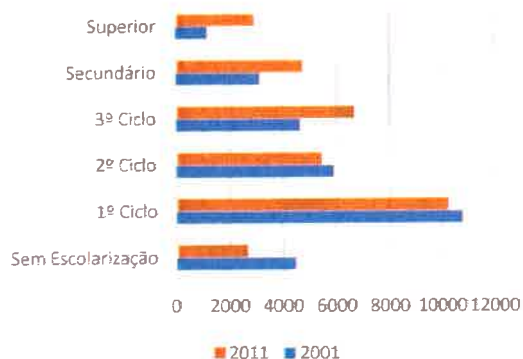
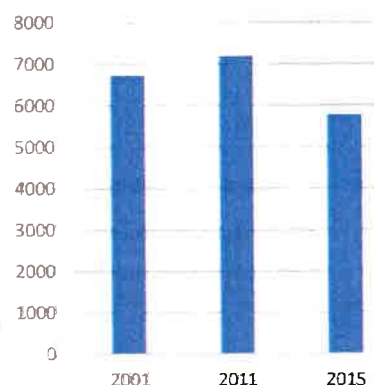


Fig. 10 - N.º De Alunos Matriculados no município da Trofa



Fonte: Pordata (2001, 2011 e 2015)

Aliado ao envelhecimento e ao nível de qualificação da população, as questões socioprofissionais da mesma são importantes, não só na interpretação da conjuntura económica como também na conjuntura demográfica. Tendo como referência a Fig. 11, regista-se a diminuição da população empregada, ao longo dos anos de 2001 e 2011⁵, isto porque, durante este período a conjuntura económica condicionou a evolução do emprego (crise financeira de 2008), mas também o fenómeno que tem vindo a ser referido nesta secção, com o envelhecimento da população. O envelhecimento é demonstrativo desse decréscimo da população empregada (ver Fig. 13)⁶. É importante salientar, como foi referida na nota 7, no ano

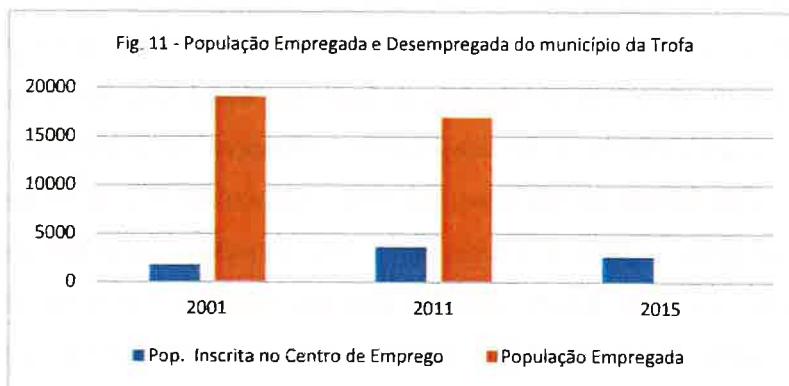
⁵ Não existe informação à data de 2015 da população empregada, devido a ser uma informação que só existe durante o período de Recenseamento da População.

⁶ Pensionistas por:

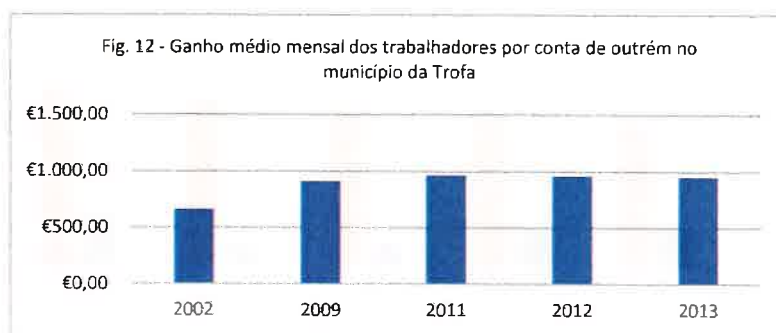
- Velhice: são indivíduos que usufruem de um *apoio em dinheiro pago às pessoas com idade igual ou superior a 66 anos e 3 meses que fosse trabalhador por conta de outrem (...), membros de Órgãos Estatutários de pessoas coletivas (...), trabalhadores independentes (...)* e beneficiários do Seguro Social Voluntário (Guia Prático: Pensão de Velhice do Instituto da Segurança Social, I.P (2017));



de 2015 face a uma conjuntura económica menos adversa, e verificou-se, no contexto nacional, a diminuição da taxa de desemprego⁷, o que permite a par do que é demonstrado na Fig. 11, com a evolução da população registada nos centros de emprego, afirmar que é possível que o número da população empregada no município aumenta ligeiramente.



Fonte: INE (2001, 2011 e 2015)



Fonte: Pordata (2002, 2009, 2011, 2012 e 2013)

Apesar da diminuição da população empregada ser progressiva, independentemente da ausência dos dados de 2015, assiste-se a um processo de envelhecimento da população ativa do município. Apesar deste processo, o que tem ocorrido segundo a Fig. 12, é a evolução do ganho mensal médio, ter estabilizado entre o ano de 2011 e 2013 e ter um *baixo crescimento* (Banco de Portugal, 2017) nos anos posteriores, até 2017. Contudo, os indicadores referentes à

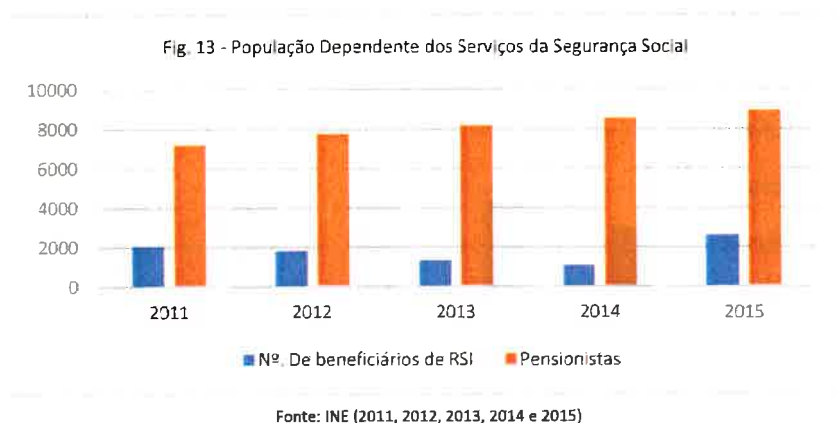
- *Viuvez: é uma prestação em dinheiro atribuída, mensalmente, ao viúvo(a) ou pessoa que vivia em situação de união de facto com o pensionista da pensão social por invalidez ou por velhice falecido* (Segurança Social, 2017);
- *Invalidez: é um valor pago mensalmente, destinado a proteger os beneficiários do regime geral da Segurança Social nas situações de incapacidade permanente para o trabalho* (Segurança Social, 2017).

⁷ Segundo o INE, a evolução da Taxa de Desemprego, em Portugal, variou entre os 7.6%, em 2008 e os 11.1%, em 2016, tendo como pico máximo o ano de 2013, onde o valor chegou aos 16.2%. Ao mesmo tempo confirma-se através das Projeções para a economia portuguesa: 2017-2019 do Banco de Portugal, um *aumento do emprego de 1.6 por cento em 2017 e cerca 1 por cento em 2018 e 2019*, a nível nacional.



macro escala nacional (afirmado na nota 7) evidenciam um aumento do valor pago aos trabalhadores, neste caso aos trabalhadores por conta de outrem.

O apoio social realizado por parte do Estado, para com a população menos capacitada economicamente, no município da Trofa, tal como o contexto metropolitano onde se insere⁸, denota na Fig. 13⁹, um aumento do número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI), bem como do número de pensionistas da Segurança Social. Este último, decorrente do processo de envelhecimento e da consequente diminuição da população ativa, já os beneficiários do RSI decorre da conjuntura económica evocada anteriormente, como um novo instrumento existente por parte do Estado, para a integrar qualquer indivíduo na sociedade. A variabilidade do número de beneficiários que podemos encontrar é derivado da persistente alteração do regime de Titularidade do mesmo, que provoca com que haja a alteração do número de beneficiários deste rendimento.



⁸ Segundo o INE, a AMP tinha 74 687 beneficiários de RSI, sendo um dos maiores núcleos populacionais do país a usufruir deste apoio, por parte do Estado.

⁹ Não existe informação do n.º de beneficiários do RSI devido a ser um suplemento financeiro que foi criado no ano de 2003, pelo DL n.º 13/2003, 21 de maio, de forma a *assegurar às pessoas e seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social, laboral e comunitária* (art.º 1).

Em simultâneo, o RSI é uma prestação que depende de critérios para a possibilidade de o usufruir, isto é, segundo o Artigo 4.º, referente à Titularidade existem no período de análise (2001 a 2015), quatro atualizações (Rect. n.º 7/2003, de 29/05; Lei n.º 45/2005, de 29/08; DL n.º 70/2010, de 16/06; DL n.º 133/2012, de 27/06) das condições de titularidade o que provoca com que o número de beneficiários, desta prestação tenha varie.



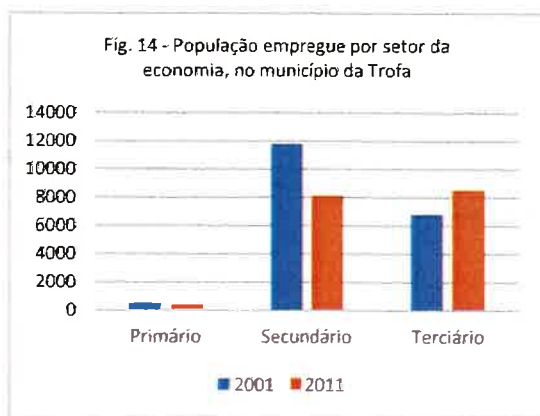
- Economia

O município da Trofa caracteriza-se por ser um território onde o setor secundário e terciário têm o maior pendor tanto na população empregue como na criação de riqueza do município (Fig. 14, 15, 16 e 17). Observa-se pelo indicador da população ativa por setor de atividade, que a supremacia destas duas atividades económicas tem vindo a alterar derivado a uma conjuntura económica cada vez mais assente na produção de serviços. O incremento de população empregue no setor terciário permite explicar a alteração que houve no mercado laboral do município, visto porque, a evolução da população empregue no setor secundário, sendo ela negativa, em parte compensou o emprego gerado pelo setor terciário – ver Fig. 14.

Quadro 3: Crise Financeira DE 2008, segundo Maia, J. (2014)

A atual crise financeira teve início nos Estados Unidos, no ano de 2008, e as principais razões para a sua origem foram o incontrolado *boom* imobiliário e o consumismo, impulsionados pela abundância de capital e baixas taxas de juro (Pettis, 2013). Esta crise propagou-se rapidamente por todo o mundo devido à globalização e à integração dos mercados financeiros, tendo como resultado a intensificação da concorrência internacional. Deste modo é possível concluir que, o desenvolvimento económico de um país influencia, e é influenciado, pelo desenvolvimento económico dos restantes países (Crăciun & Ochea, 2014).

Transcrito de: Maia, J. (2014), O impacto da crise financeira na qualidade dos resultados. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Economia e Gestão. pp. 34



Fonte: INE (2001 e 2011)

Ao mesmo tempo, a realidade apresentada é o resultado daquilo que foi o processo de crise financeira de 2008 (ver Quadro 3), como também de uma lógica empresarial assente na globalização, onde a deslocalização industrial na procura de novos mercados e também de matéria-prima, provocou com que existisse o acentuar da diminuição do peso da indústria no município. Segundo Vieira, C. (2013) afirma que os *choques na oferta de crédito para as empresas portuguesas (...) fruto do agravamento e limitações das suas condições de acesso ao financiamento nos mercados internacionais, (...) prejudicou as condições de acesso a crédito para as empresas e particulares*, evidenciando isso com a diminuição de 12 000 pessoas

(aproximadamente) que trabalhavam no setor secundário, em 2001, para as 8 000 pessoas (aprox.) que trabalhavam em 2011. Perspetivando-se que, na atualidade, a diminuição de população empregue neste setor provoca que o município da Trofa passe de um município industrial para um município de serviços e assim integrado no enquadramento laboral do quotidiano (Fig. 17).

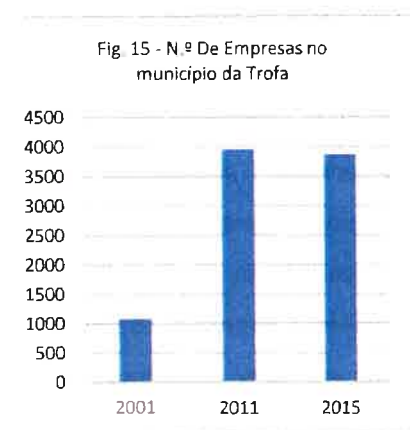
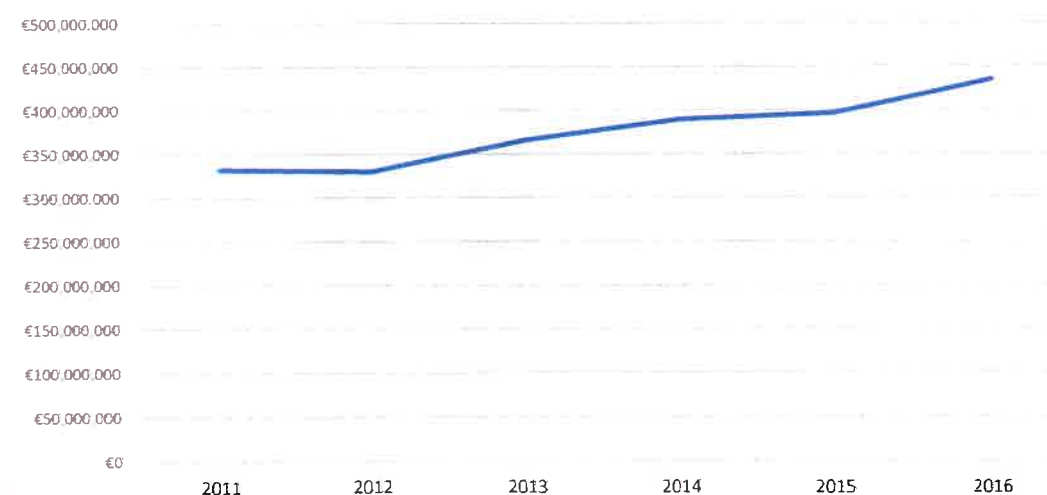


Fig. 16 - Volumes das Exportações (EXTRA e INTRA UE) do município da Trofa

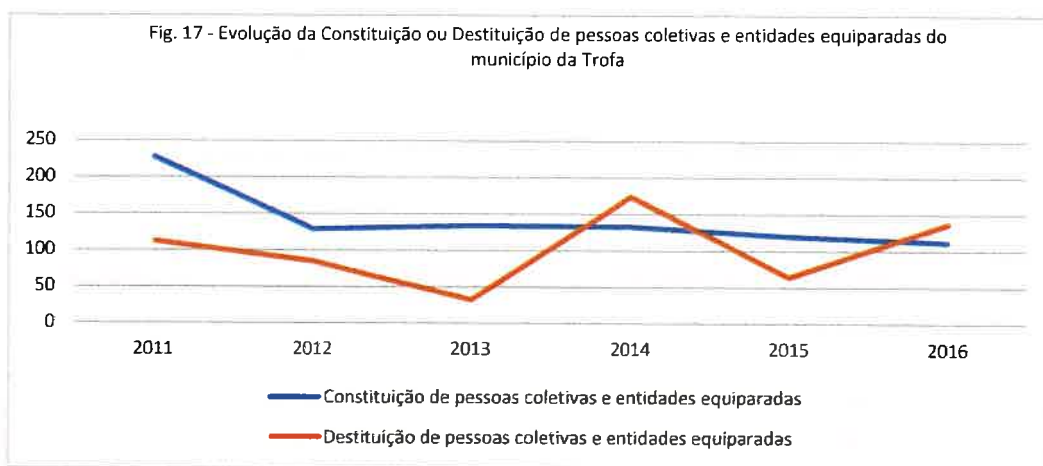


Fonte: INE (2001, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016)

A realidade positiva que se regista no município, em termos de dinâmica e diversidade económica, segundo a Fig. 15, evidencia no presente uma estabilidade económica em que, apesar da diminuição de empresas entre o ano de 2011 e 2015, existe uma produtividade económica cada vez mais emergente no município (Fig. 16) e que se perspetiva, segundo as Projeções para a economia portuguesa: 2017-2019, do Banco de Portugal, no manter da



trajetória de recuperação (...) sustentada num crescimento forte das exportações¹⁰, o que perfaz um aumento de produtividade económica do município.



Fonte: INE (2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016)

Encontra-se presente na Fig. 17 a realidade do município em termos de constituição e destituição de pessoas coletivas e entidades equiparadas. O decréscimo desde o ano de 2011 até ao ano de 2016 (dos 228 para as 112, respetivamente) contraria o argumento da crescente produtividade económica do município que permite identificar, apesar do crescimento económico, a crescente especialização das pessoas coletivas e entidades equiparadas. Todavia, o facto de existir uma realidade positiva na produtividade económica, o crescimento do número de destituições de pessoas coletivas e entidades equiparadas tem um nível de crescimento instável, mas com tendência para aumentar o número de destituições, como se pôde constatar no ano de 2016, em que o número de destituições superou o número de constituições (137 para 112, respetivamente).

A exceção ocorre no ano de 2013 e de 2015, onde existe uma significativa redução do número de destituições de pessoas coletivas e entidades equiparadas. Nos anos intercalares a estes (2014 e 2016) o número de pessoas coletivas e entidades equiparadas destituídas é superior ao número de pessoas coletivas e entidades equiparadas constituídas, sendo no ano de 2014, o ano como mais pessoas coletivas e entidades equiparadas destituídas, 174, e constituídas 133.

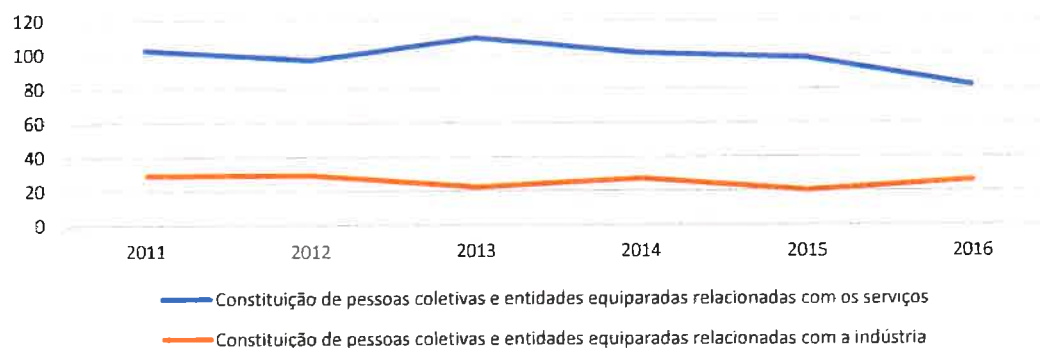
Relativamente ao ano de 2016, apesar de existir um processo de retoma económica (consultar Fig. 16) existe o aumento não tão significativo como em 2016, de pessoas coletivas e entidades

¹⁰ Segundo o Banco de Portugal, perspetiva um crescimento de 1.0% em 2017, e de 0.9% nos anos de 2018 e 2019.



equiparadas destituídas. Porém as 137 empresas destituídas superam as pessoas coletivas e entidades equiparadas constituídas (em 25, correspondendo a um valor de 112).

Fig. 18 - Evolução do crescimento de entidades coletivas e entidades relacionadas com o setor terciário e secundário no município da Trofa



Fonte: INE (2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016)

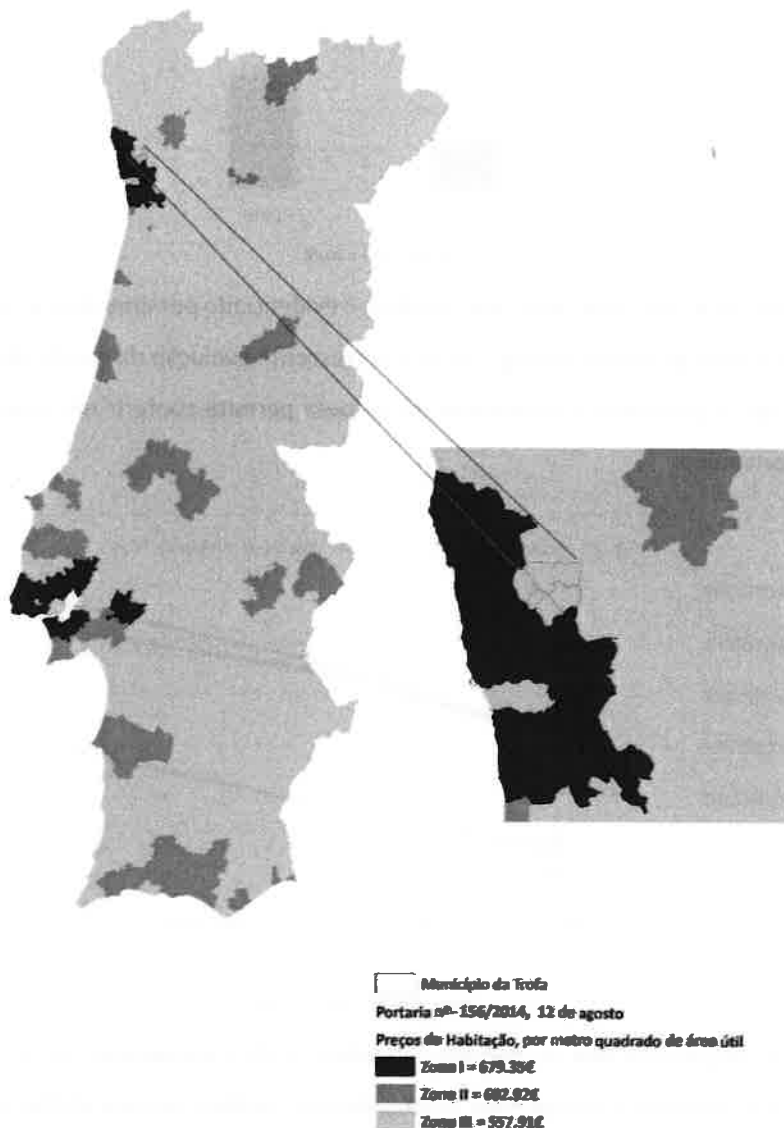
Contudo, este período económico cada vez mais está vocacionado para o desenvolvimento de serviços no município, como se observa na Fig. 18, a predominância da constituição de pessoas coletivas e entidades equiparadas relacionadas com os serviços teve o seu maior aumento no período de 2011 para 2014, sendo constituídas 411. Confirmando o facto de que o setor industrial está a perder peso na conjuntura económica do município, onde a sua variação irregular, entre período de 2011 a 2016, confere essa relação. Por conseguinte, no município pode existir esta variação irregular no último período de análise existe um aumento das pessoas coletivas e entidades equiparadas na indústria, tendo inclusive o maior crescimento das 20 constituídas, em 2015, e as 26 constituídas, em 2016. Ultrapassando inclusive o ano de 2013 para 2014, em que foram constituídas 5 empresas.

O facto de o município se inserir num contexto metropolitano motiva com que sofra processos de localização de empresas no município, devido a este ter um potencial de área a construir elevada¹¹ e deter um valor do terreno mais reduzido (Fig. 19), comparado com a envolvente, contribuindo assim para o seu poder de atratividade, perante a dinâmica empresarial que se encontra na AMP.

¹¹ Segundo o PDMT estão predestinados 362,4 ha dos 7202 ha do município, para zonas industriais que se dividem em 5 zonas industriais desenvolvidas ou a desenvolver no município.



Fig. 19 – Variação do preço por metro quadrado, em Portugal Continental



Fonte: CAOP (2016) e Portaria n.º 154/2014, 12 de agosto (2014)

Com esta conjuntura depreende-se, como afirma no PDMT (2013), que a aposta no desenvolvimento de atividades ligadas às indústrias e serviços, será o principal elemento dinamizador do município, isto é, não só pelo facto de gerar emprego como da evolução da economia do município.

Assiste-se, assim, ao aumento do grau de sobrevivência das empresas durante o período de dois anos no município (Fig. 20), sinal do dinamismo e do empreendedorismo do município, onde a sua valorização permite ser um ativo importante, tanto na dinamização como no impulsionar da economia do mesmo.

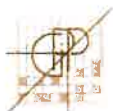
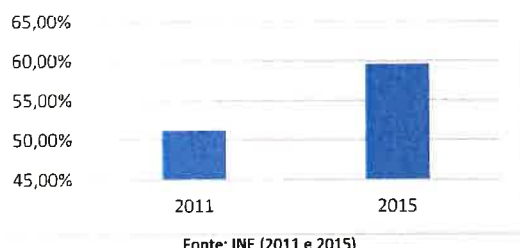
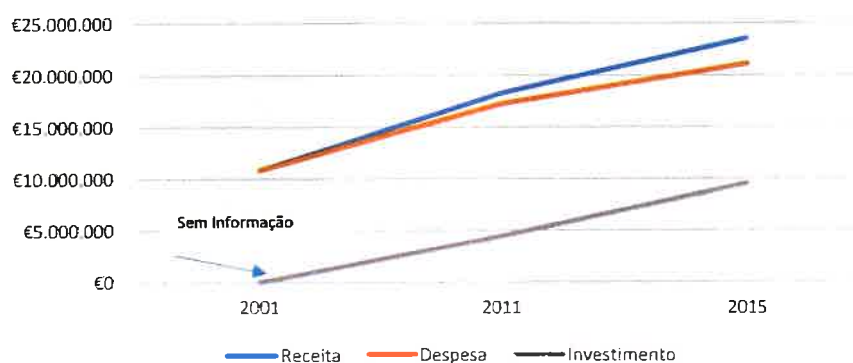


Fig. 20 - Sobrevivência Médias das empresas



O dinamismo empresarial aqui enunciado também é evidenciado por uma dinâmica positiva, em termos orçamentais do município (Fig. 21), com a crescente evolução da receita do mesmo, por outras palavras, o crescimento controlado da despesa permite conferir um saldo positivo no orçamento camarário.

Fig. 21 - Evolução dos Encargos Municipais do município da Trofa



A conjuntura empresarial não só permite identificar o desenvolvimento progressivo de um território como, também, o acompanhar do investimento público permite definir a dinamização do município. Em suma, o dinamismo económico está assente no desenvolvimento das atividades económicas, como o turismo.

O turismo enquanto atividade económica é o setor mais importante do comércio internacional de serviços em Portugal (Cabral, S. & Duarte, C., 2016) e depende de uma política assente na valorização do território, que o PDM estipula como um dos principais objetivos. O potenciar do património existente, como também do novo dinamismo assente na economia moderna do município, tende em apostar nele para o desenvolvimento alternado do município. Como se observa na Fig. 14, o setor terciário é aquele que tem o maior desenvolvimento com um aumento de aproximadamente 500 pessoas empregues nesse setor, e isto perfaz os objetivos



que são estipulados pelo PDMT, face a este setor. A criação da Loja Interativa de Turismo do município, no ano de 2015, indica a aposta que o município demonstra perante este segmento económico. Como se observa na Tab. 10, a necessidade de estabelecer e vincar este objetivo demonstra a importância de uma infraestrutura como esta para promover e divulgar a estratégia do município. Todavia, os indicadores apresentados evidenciam que existe um forte usufruto desta infraestrutura, por parte de quem visita o território trofense, no ano de estreia do equipamento, tendo em média 6 visitantes por dia. Relativamente aos restantes anos, tem existido uma diminuição do número de visitantes, onde no ano de 2016, existiu 1 visita por cada dois dias, e no presente ano de 2017, o número de visitantes mantém-se com uma evolução, ao nível de 2016.

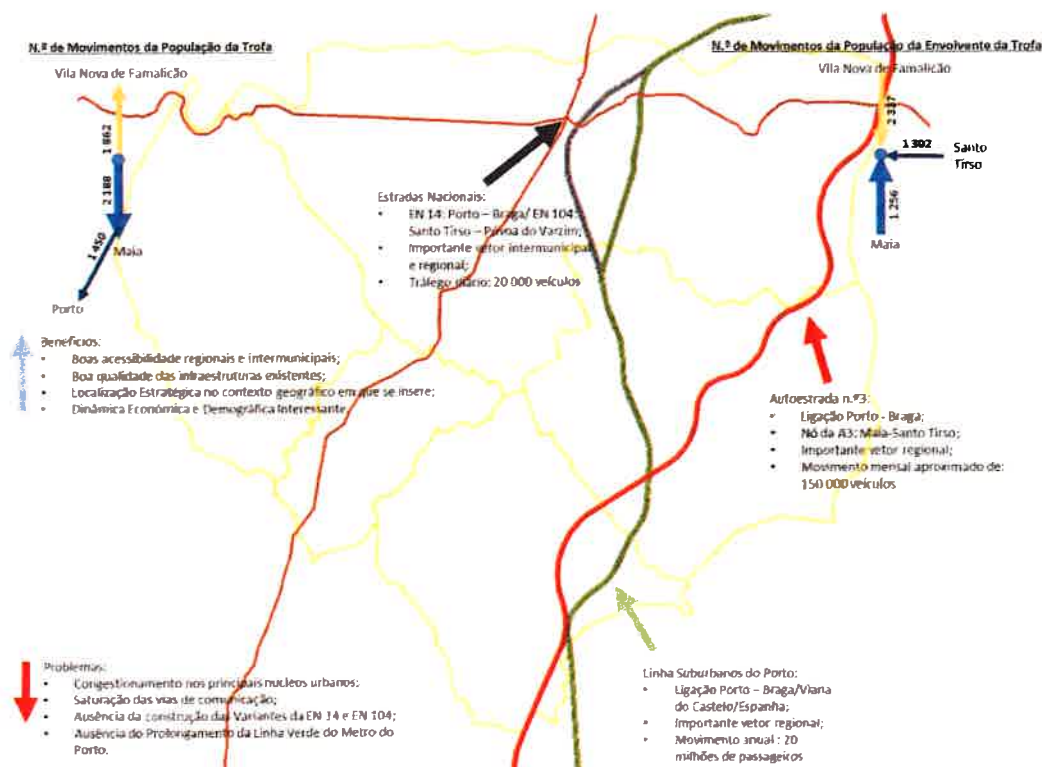
Tab. 10 – Evolução do número de turistas que visitam a Loja Interativa de Turismo da Trofa

Ano	N.º de visitantes da Loja Interativa de Turismo
2015 (de 25 de setembro até 31 de dezembro)	571
2016	260
2017 (de 1 de janeiro até 30 de abril)	77

Fonte: CMTM (2015, 2016 e 2017)

• Mobilidade e Acessibilidade

Fig. 22 – Paradigma atual da mobilidade do município da Trofa



Fonte: INE (2011), CP (2015), PERU do Núcleo Central da Cidade da Trofa (2016) e IP (2016)

O município da Trofa insere-se numa dinâmica metropolitana assente na ligação entre diferentes núcleos urbanos, face à sua capacidade de atratividade de atividades origina fluxos e estabelece conexões estruturantes na articulação entre os diversos municípios constituintes não só da AMP, como também da região do Vale do Ave e do Cávado (ver Fig. 22).

A existência de infraestruturas rodo e ferroviárias que permitem o estabelecimento de ligações intra e extra município confere à Trofa um posicionamento estratégico que, aliado às suas condições geográficas, é um atrativo. Compreendendo o comportamento dos habitantes do município, depreende-se pela conjuntura territorial onde o município se insere, que as ligações predominantes são Porto-Trofa, Trofa-Santo Tirso e Trofa-Braga, sendo estas ligações estruturantes no grau de infraestruturação do município.

**Infraestruturas Existentes:**

- Existência de uma autoestrada (A3) – ver Tab. 11 – que liga o município num sentido Sul, ao Porto e restante Centro e Sul de Portugal, e num sentido Norte, conecta com Braga, a região do Minho e uma ligação internacional a Espanha.

Tab. 11 – Fluxo da Autoestrada n.º 3 no município da Trofa

Ano	2010	2015
Fluxos por nós de autoestrada ¹²	151 315 Veículos	150 122 Veículos

Fonte: IP (2010 e 2015)

- Existência de vias estruturantes como as Nacionais 14, 104 e 318, que estabelecem a ligação entre Braga e o Porto/ Vila do Conde e Santo Tirso/ Vila do Conde e Agrela (respetivamente);
- Existência de 4 empresas licenciadas para o transporte de passageiros (CMT, 2017), compreendendo (11 rotas), distribuídas pela Arriva, Transdev, Maia Transportes e Autoviação Pacense, tendo 3, 3, 4 e 1 rotas, respetivamente. Tendo como maior preocupação a ligação entre a Trofa e Santo Tirso e Póvoa do Varzim, com 4 rotas entre estes três municípios;

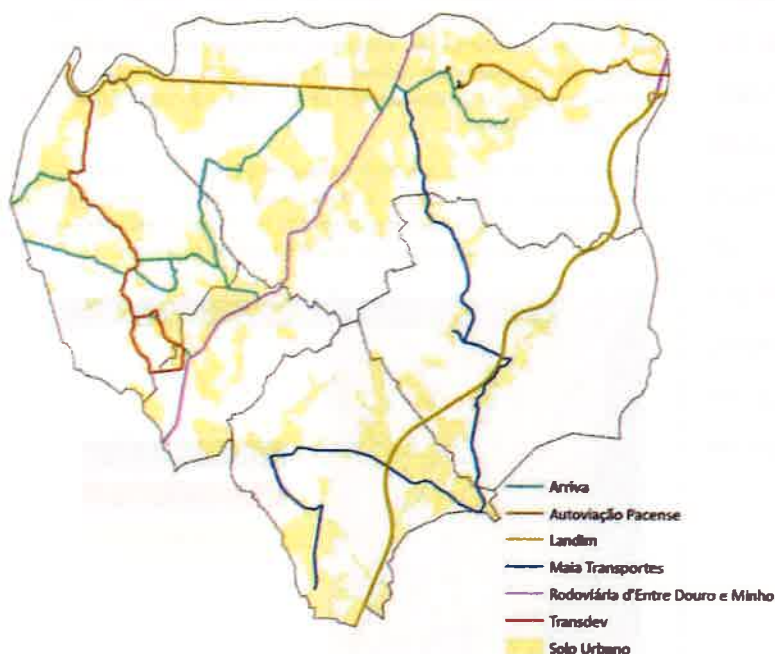


Fig. 23 – Rotas do Transporte público no município da Trofa

Fonte: CMT (2017)

¹² Foi selecionado o Nó da A3: Maia-Santo Tirso que se localiza no município da Trofa e é o único nó de autoestrada existente. Ao nível da seleção de um período equivalente, face a não existir a informação completa que é cedida pelas Infraestruturas de Portugal, o período estabelecido foi o 2º trimestre do ano de 2010 (na ausência de dados referentes a 2011) e o 2º trimestre do ano de 2015.

- Existência de um eixo ferroviário importante na dinâmica do Norte de Portugal, que é a Linha do Minho e os Comboios Suburbanos do Porto, sendo que este último considerado um dos eixos mais frequentados da rede ferroviária nacional – ver Tab. 12. Em simultâneo, o município da Trofa é considerado um dos principais Interfaces da rede, isto porque a linha do Minho congrega aqui as suas duas variantes para Norte, a Linha de Braga e a Linha de Guimarães e começa aqui os Comboios Suburbanos do Porto.

Tab. 12 – Contexto da ferrovia no município da Trofa

		2001	2011	2015
Rede Ferroviária	Rede Ferroviária (km)	9,66	9,5 ¹³	9,5
	N.º De passageiros ¹⁴	Sem Informação	21 Milhões de passageiros	20 Milhões de passageiros

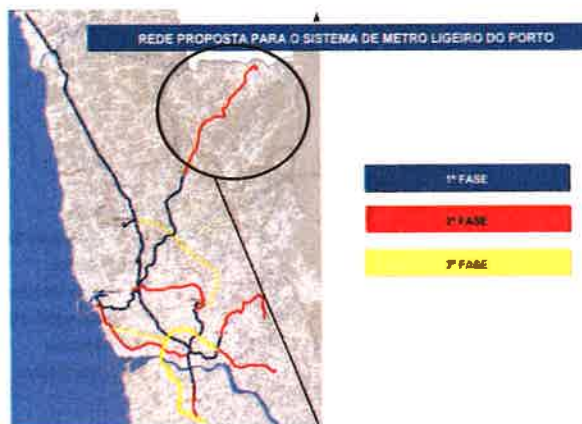
Fonte: CP (2011 e 2015)

A compreensão do grau de infraestruturização, em termos de transportes do município permite desenvolver diferentes tipos de mobilidade, a privada e a pública. Compreendendo que a generalidade da mobilidade rodoviária é privada, à exceção do transporte realizado através de autocarros. A rede de transportes públicos existente é realizada por 4 operadores, sendo que um deles, já foi mencionado, é a Comboios de Portugal.

Quadro 3 Metro do Porto

O metro como infraestrutura determinante para o desenvolvimento de um território, que por ser metropolitano é mais dinâmico e diverso na sua composição socioeconómica, constitui um elemento decisivo para a mobilidade. A expansão do metro ligeiro do Porto para a Trofa, nomeadamente a linha Verde, construída atualmente até à Maia/ISMAI, motivará um importante complemento do sistema de mobilidade do município, e contribuirá decisivamente para o reforço da centralidade do núcleo urbano da Trofa.

Apesar de ter sido lançado em 2009 o concurso público para a construção dessa extensão (PEDU, 2016) a obra ainda não foi concretizada, condicionando as expectativas de crescimento do município e as estratégias de planeamento estabelecidas em função desta importante referência.



Trajeto do metro no município da Trofa.

Fonte: Metro do Porto (2008)

¹³ A diminuição está assente da deslocação da Estação Ferroviária e consequente percurso ferroviário, para a parte nascente da cidade da Trofa, sendo inaugurada no ano de 2010 (REFER, 2010).

¹⁴ Foi selecionado os dados referentes ao número de passageiros da rede de Suburbanos do Porto.

**Rede de Transporte Público:**

- Transdev: 3 rotas (Santo Tirso-Trofa-Póvoa do Varzim/ Braga-Trofa-Porto/ Santo Tirso-Trofa-Muro);
- Arriva: 3 rotas (Trofa-Souto/ Vila Nova de Famalicão-Trofa-Póvoa do Varzim/ Vila Nova de Famalicão-Trofa);
- Pacense: 1 rota (Santo Tirso-Trofa-Póvoa do Varzim).

O município adequando-se a novas formas de conceber a mobilidade no espaço, principalmente o urbano, devido a ser aquele que se encontra mais congestionado¹⁵ incentivou novas formas de mobilidade, neste caso as suaves. Entende-se com este tipo de mobilidade suave, a valorização de dois tipos de política: uma política de *pedonalização* das ruas e o incentivo à utilização de bicicletas (ciclovias) – Tab. 13. Este tipo de política é desenvolvido e confirmado por Viegas, F. (2008), em *Critérios para a Implementação de Redes de Mobilidade Suave em Portugal: Um caso de estudo no município de Lagoa*.

Tab. 13 – Contexto da Mobilidade Suave no município da Trofa

		2001	2011	2015
Mobilidade Suave	Rede de ciclovias	0	0	3
	N.º de ruas pedonais	0	0	1

Fonte: AMP (2008) e CMT (2017)

¹⁵ Segundo o PERU do Núcleo Central da Cidade da Trofa, os fluxos existentes caracterizam-se por ser de *atravessamento e de circulação interna, situação que se traduz em volumes de tráfego conducentes a níveis significativos de congestionamento (tráfego médio diário superior a 20 000 veículos/dia)*.



- **Habitação**

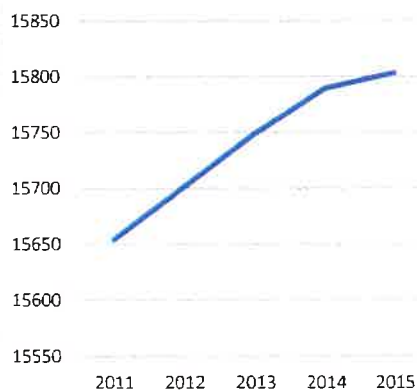
O município da Trofa ainda que situado numa segunda periferia do principal núcleo urbano da AMP, e numa dinâmica urbana difusa entre as margens do rio Ave e Cávado, assume uma localização estratégica, sabendo da proximidade do município perante grandes centros urbanos como: Braga, Guimarães, Maia, Porto e Vila Nova de Famalicão.

A localização do município neste contexto geográfico provoca com que este também dependa dessa envolvente para se desenvolver e criar condições para a permanência da população neste território. Como se observa na Fig. 24 encontra-se uma realidade que tende em diminuir desde o início do milénio, face às *profundas transformações na sociedade portuguesa (...), que é sustentada (...) pela dinâmica de mudança da composição da estrutura demográfica e da alteração social da população* (Marques, J., et al., 2010). Assim, confirma-se o processo de estabilização/diminuição da expansão urbana, que se encontra na Fig. 25, onde o número de alojamentos clássicos tende a estabilizar, a partir do ano de 2014.

Fig. 24 - Evolução do N.º de Edifícios Concluídos e Licenciados no município da Trofa



Fig. 25 - N.º De Alojamentos Clássicos, no município da Trofa



Fonte: INE (2011, 2012, 2013, 2014 e 2015)

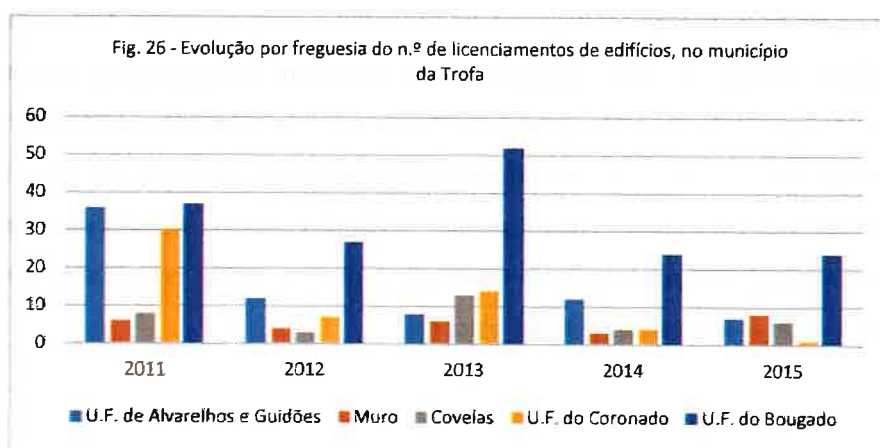
O processo de expansão urbana estagnado confirma-se em todas as freguesias do município. A Fig. 26 evidencia tal realidade, ao nível das freguesias, através do número de edifícios licenciados.

As freguesias urbanas como a U.F. de Coronado e U. F. de Bougado apresentam uma tendência negativa, especialmente a primeira, onde dos 30 edifícios licenciados em 2011, passou, no ano de 2015, a apenas um licenciamento. Já relativamente à U.F. de Bougado encontra-se uma realidade de estagnação do número de licenciamentos de edifícios, com uma média, entre o



período de 2011 e 2015, de 33 edifícios licenciados por ano, registando-se no ano de 2013, o maior aumento de edifícios licenciados.

Ao nível das freguesias rurais (Fig. 26) verifica-se uma conjuntura de diminuição global do número de edifícios licenciados. Apesar desta diminuição do número de licenciamentos é de referir que a freguesia do Muro é aquela que não tem tido crescimento significativo do edificado (cerca de 6 edifícios licenciados por ano, no período da amostra). Ao invés, a U.F. de Alvarelhos e Guidões cresceu ao longo deste período de análise, isto porque se apresenta como a freguesia mais próxima do principal núcleo urbano da Trofa e, devido à subida do valor médio do terreno deste território, provoca a migração da população para este território onde o valor do solo não é tão caro.

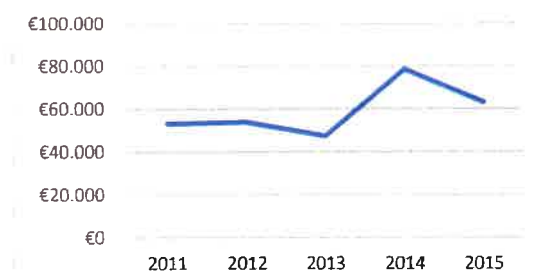


Fonte: INE (2011, 2012, 2013, 2014 e 2015)

Tendo em conta inúmeros fatores de localização, ligados às questões ambientais, às infraestruturas urbanas e acessibilidade a serviços públicos, a características específicas da vizinhança, à identificação e modelação de segmentos de mercados habitacionais, à definição de índices de preços habitacionais (Marques, J., et al., 2010), a localização estratégica do município, provoca com que os valores médios dos prédios transacionados subam, face à melhoria/ desenvolvimento que o município tem evidenciado económica e socialmente (Fig. 27).



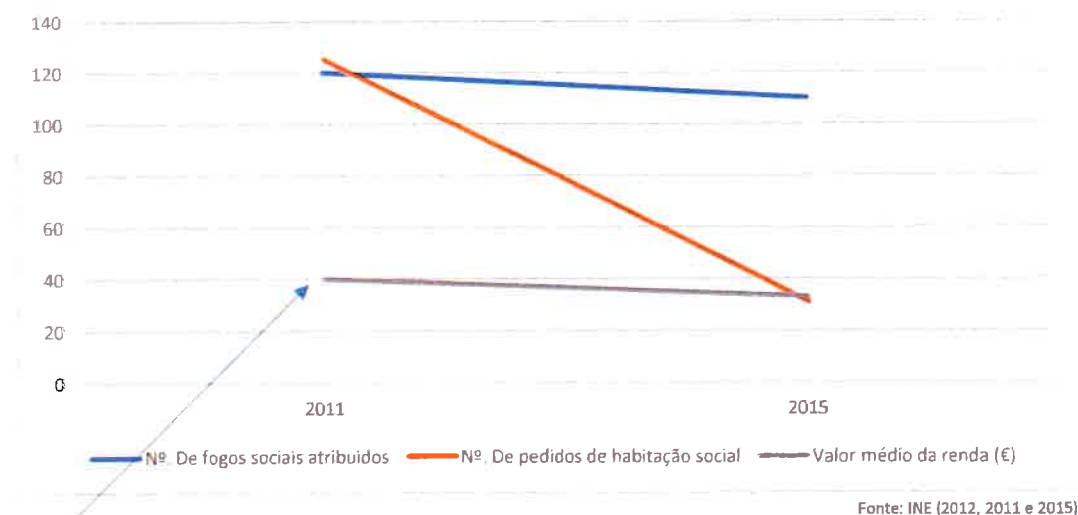
Fig. 27 - Valor médio dos prédios transaccionados no município da Trofa



Fonte: INE (2011, 2012, 2013, 2014 e 2015)

Apesar da conjuntura positiva ao nível imobiliário acontece que as necessidades da população trofense devido ao processo de crise e de envelhecimento aumentaram, todavia segundo a Fig. 28, a conjuntura ao nível da habitação social não refletiu esses processos. Nomeadamente, de 2011 a 2015 diminuiu de forma consecutiva tanto o número de fogos sociais atribuídos, como também o valor médio da renda social e o n.º de pedidos de habitação social. O indicador que mais desceu foi o “número de pedidos para habitação social” (dos 125, em 2011 para os 31 pedidos, em 2015, correspondendo a menos 75.2% dos pedidos efetuados). Este indicador permite consagrar o argumento que o município, tanto em termos económicos como sociais, está num processo de reconversão para a positiva.

Fig. 28 - Conjuntura da Habitação Social no município da Trofa



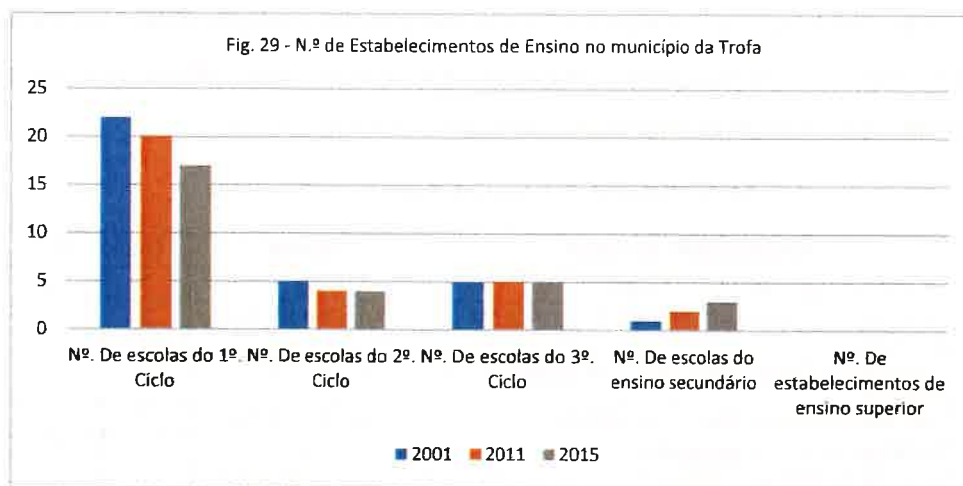
Fonte: INE (2012, 2011 e 2015)

Valor referente a 2012.



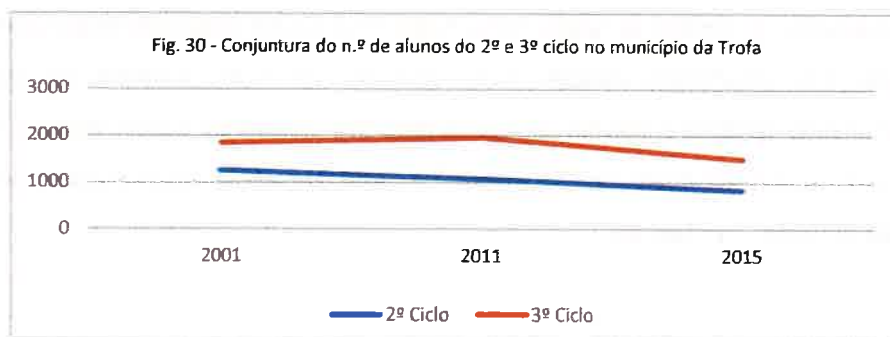
• Equipamentos e Serviços Básicos

Educação



Fonte: INE (2001, 2011 e 2015)

A evolução dos equipamentos de educação no município da Trofa sofreu uma redução significativa desde 2011, derivado à reestruturação da rede escolar da qual o município foi alvo (Fig. 29). O PDMT tem um carácter instrutivo no seguimento do incremento de estabelecimentos de ensino para a população da Trofa, em que estabelece como prioridade a necessidade suprir a incompleta rede de ensino pré-escolar, secundário e profissionalizante. De facto, aquilo que o PDMT afirma será o desenvolvimento da UOPG - 1.6 Escola (Escola EB 2/3 da Trofa) de forma a dotar o município de mais infraestruturas para o nível intermédio de ensino público. Apesar da proposta do PDM, segundo a Fig. 30, encontra-se uma realidade que distorce a proposta da UOPG, devido à diminuição do número de alunos inscritos neste segmento de ensino.



Fonte: INE (2001, 2011 e 2015)



Sociais

Os equipamentos sociais que estão presentes no município sofreram com o PDM uma importante relevância na sua conjuntura. Face ao aumento de população, aliado com o aumento da população mais idosa, permite identificar que a necessidade destes serviços, sejam importantes para o desenvolvimento do município – consultar Tab. 14.

Tab. 14 – Equipamentos de Associação Social no município da Trofa

Equipamentos de Ação Social	Tipologia	2012	2017
Lar Imaculada Conceição (U.F. do Bougado)	Lar	X	X
Centro Social e Paroquial de S. Mamede do Coronado (U.F. do Coronado)	Lar/ Centro de Dia	S.I.	X
Centro Social e Paroquial de S. Martinho de Bougado (U.F. do Bougado)	Lar/ Centro de Dia	X	X
Casa Repouso Quinta do Vau (U.F. do Coronado)	Lar/ Centro de Dia	X	X
Lar Alfredo Carriço (U.F. do Bougado)	Lar	X	X
Associação Muro de Abrigo (Muro)	Centro de Convívio	X	X
Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (U.F. do Bougado)	Apoio a Deficientes	X	X
Centro Comunitário da Trofa (U.F. do Bougado)	Centro de Convívio	X	X
Associação Gota D'Água (U.F. do Coronado)	Apoio Social	X	X
Associação de Solidariedade Social do Coronado (U.F. do Coronado)	Centro de Dia	X	X

Fonte: PDMT (2013) e CMT (2017)

Saúde

O município da Trofa agrega no seu território um centro de saúde sem internamento, em S. Martinho, que se segrega em duas extensões do mesmo em S. Romão, perfazendo as áreas urbanas do município (PDMT, 2013) e em Alvarelhos, na U.F. de Alvarelhos e Guidões (núcleo rural). Estes dois elementos são importantes na saúde dos habitantes do município e também perfazem uma satisfação da população, da responsabilidade das entidades públicas, neste caso do Agrupamento de Centros de Saúde Trofa/ Santo Tirso da Administração Regional de Saúde do Norte. Em simultâneo, existem duas Unidades de Saúde Familiar no município, correspondendo também à mesma área geográfica dos centros de saúde, tendo a USF “Ao Encontro da Saúde”, localizada em São Romão¹⁶ e a USF “Uma Ponte para a Saúde”, localizada na cidade da Trofa – ver Tab. 15.

¹⁶ Adelaide Oliveira, Cláudia Brito Marques, Miguel Múrias Mauritti e Tiago Reis: *USF Objetivo:100. Médico Família e Associação Portuguesa dos Médicos de Clínica Geral*



Tab. 15 – Equipamentos de Saúde no município da Trofa

Equipamentos de Saúde	2012	2017
Centros de Saúde	1	1
Extensão de Centro de Saúde	1	2
Unidades de Saúde Familiar	1	2
Unidades de Saúde Privadas	1	1

Fonte: PDMT (2013) e CMT (2017)

De referir também a existência de 7 farmácias (CMT, 2017):

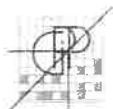
- Farmácia Barreto;
- Farmácia Maia;
- Farmácia Moreira Padrão;
- Farmácia Nova;
- Farmácia Pereira da Costa;
- Trofense;
- S. Romão.

Como alternativa, a existência de instituições privadas, como a Hospital da Trofa, no núcleo urbano da cidade da Trofa, permite a complementaridade de serviços de saúde no município.

Desportivos

A existência de coletividades no município da Trofa permite identificar a necessidade de infraestruturas capazes de suprir as necessidades destas coletividades. Assim sendo, observando os diferentes equipamentos existentes observamos um adensar de unidades de campo de futebol no município, bem como de ginnodesportivos associados à rede escolar que está presente no município. Desta forma, as infraestruturas que existem encontram-se monopolizadas pela prática de um tipo de desporto: o futebol e dependentes de incentivo estatal (neste caso da rede escolar) para a prática de desporto.

Na Tab. 16, destaca-se uma realidade positiva, em termos de crescimento de todas as infraestruturas categorizadas para o desporto. De referir o aumento acentuado do n.º de campos de futebol, com um aumento de 28% das infraestruturas. Relativamente às restantes infraestruturas, apresentam um crescimento aproximado de 39%, salientando-se o número de outros equipamentos de desporto que teve um crescimento de, aproximadamente, 44%, durante o período de análise.



Tab. 16 – Equipamentos Desportivos no município da Trofa

Equipamentos Desportivos	2012	2017
N.º De Gimnodesportivos	4	6
N.º De Campos de Futebol	28	39
N.º De outros equipamentos de desporto	5	9

Fonte: PDMT (2013) e CMT (2017)

Em simultâneo, constata-se o acentuar na U.F. do Bougado, o crescimento do número de equipamentos, superiorizando e demonstrando a centralidade no município da Trofa, do núcleo urbano principal a cidade da Trofa.

Administrativos e Proteção Civil

Os serviços que encontramos no município prendem-se, essencialmente, com a organização da administração do território, em termos estatais e municipais, isto é, os diferentes tipo de serviços: judiciais, administrativos e financeiros. Referente aos serviços de proteção civil, existem também os serviços básicos deste domínio, como é o caso dos bombeiros. A Tab. 17 ilustra a evolução dos serviços no município, desde o ano de 2013 até à atualidade.

Tab. 17 – Serviços Administrativos e Proteção Civil no município

Serviços Administrativos e Proteção Civil	2013	2015	2017
GNR	1	1	1
Polícia Municipal	1	1	1
Bombeiros	1	1	1
Serviço de Finanças	1	1	1
Conservatória do Registo Predial e Registo Comercial	1	1	1
Segurança Social	1	1	1
Posto de Atendimento ao Cidadão	2	2	2
Câmara Municipal	2	2	2
Julgados da Paz	1	1	1
Juntas de Freguesia	8	8	8

Fonte: PDMT (2013) e CMT (2017)

Abastecimento/Tratamento de Água

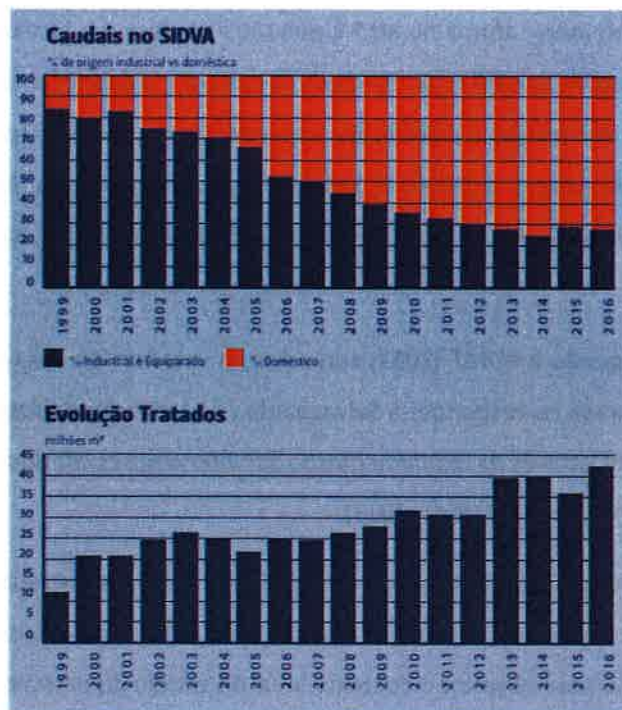
A conjuntura económica e demográfica da Trofa engloba a necessidade de infraestruturas de abastecimento ao município. O facto deste tipo de infraestruturização ser contemplado na análise dos equipamentos, ocorre devido à recente conjuntura política de ambiente.

A preocupação ambiental com a qualidade da água, o desenvolvimento da ETAR da Agra, integrada no Sistema Integrado de Despoluição do Vale Ave, com dois intercetores, na Trofa e

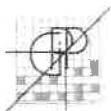


Covelas. Criada em 2003, serve três municípios: Santo Tirso, Vila Nova de Famalicão e Trofa, com uma capacidade de tratamento instalada de 30 240 m³ e 201 600 habitantes (TRATAVE. S.A).

Fig. 31 – Tratamento de água nas Estações do Sistema Integrado de Despoluição do Vale Ave



Créditos: TRATAVE. S.A, 2017



- **Património**

O património do município da Trofa segmenta em três tipos, ao qual, varia o valor e o contexto, em que se insere. Assim, segundo o PDMT (2013) existe o património arquitetónico, arqueológico e o natural. As classificações propostas inserem-se no contexto em que a Lei n.º 107/2001, 6 de setembro, afirma no art.º 1 que são as autarquias locais que devem *assegurar, no território português, a efetivação do direito à cultura e à fruição cultural e a realização dos demais valores e das tarefas e vinculações impostas*. Desta forma, o património abarca em si diferentes tipos de valores, o *histórico, paleontológico, arqueológico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico* (art.º 2, 3), da Lei n.º 107/2001, 6 de setembro).

A preservação segundo o PDMT (2013) serve para o valorizar da imagem e da identidade do município procurando corresponder à Salvaguarda e Valorização do Património Edificado e do Património Natural, através da *regulamentação das intervenções admitidas na ótica da proteção e valorização do património* (PDMT, 2013).

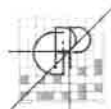
No município trofense é possível encontrar, segundo as Fichas de Património (PDMT, 2013), 102 valores patrimoniais, desde património arquitetónico (79), arqueológico (14) e natural (9) — Consultar a Tab. 18 para observar o contexto atual do estado do património do município.



Tab. 18 – Património existente no município da Trofa e o seu atual estado de conservação

Referência (PDM, 2013)	Descrição	Estado de Conservação		
		Intervencionado	A necessitar de intervenção	Destruido
	<u>U.F. de Alvarelos e Guidões</u>	(x)	(x)	(x)
MN1	Castro de Alvarelos (MN - DL 16/1910 de 23 de Maio)		X	
MN2	Miliário da Quinta do Paço (MN - DL 16/1910 de 23 de Maio: 8 Marcos miliários da Série Capela)			
ZOPA1	Zona de Potencial Arqueológico de Noval	X		
ZOPA4	Zona de Potencial Arqueológico do Conjunto da Antiga Igreja Paroquial de Guidões	X		
ZOPA5	Zona Especial de Proteção do Castro de Alvarelos (ZEP - Portaria n.º 105/93, de 29 de janeiro)	X		
V1	Margem Ribeirinha do rio Ave	x		
A1	Capela de Santa Eufémia e Zona Envolvente		x	
A2	Quinta do Arco e Zona Envolvente	x		
A3	Igreja paroquial de Alvarelos e Adro e zona edificada envolvente			
A4	Conjunto edificado de Monte	x		
A5	Capela de São Roque e Zona Envolvente	x		
A6	Casa do Pombal		x	
A7	Capela N. Senhora do Carmo e Conjunto Edificado Envolvente			
A8	Conjunto Edificado de Grova	x		
A9	Capela de São Barnabé			x
G1	Azenha do Arnado			x
G2	Azenha do Cerro		x	
G3	Azenha do Bicho		x	
G4	Quinta "lugar da Póvoa"	x		
G5	Conjunto Edificado de Guidões	X		
G6	Escola EB1 Cerro		x	
G7	Quinta do lugar das Devesas			

Referência (PDM, 2013)	Descrição	Estado de Conservação		
		Intervencionado	A necessitar de intervenção	Destruido
	<u>Freguesia do Muro</u>	(x)	(x)	(x)
M1	Quintas de "Quintão"			
M2	Conjunto edificado de Vilares	x		
M3	Quinta de Gueidões	x		
M4	Casa da rua Central de Gueidões		x	
M5	Casa de Álvaro Moreira			
M6	Igreja Paroquial do Muro, adro e quinta			
M7	Quinta do Anjo			
M8	Quinta do Sardão			
M9	Conjunto Edificado de Matos			
M10	Antiga Estalagem da Carriça, Quinta do Cabo e Zona Envolvente	x		
M11	Capela de S. Pantaleão, Adro e Envolvente	x		



Referência (PDM, 2013)	Descrição	Estado de Conservação		
		Intervencionado	A necessitar de intervenção	Destruido
	U.F. do Bougado	(x)	(x)	(x)
ZOPA2	Zona de Proteção da Igreja Paroquial de Santiago			
ZOPA3	Zona de Potencial Arqueológico de Rodrigo Velho	x		
ZOPA6	Zona de Potencial Arqueológico de Lantemil			
AIP1	Fraxinus Angustifolia Vahl (Freixo) (Aviso n.º 5912/2004, DR n.º 119, 2ª série, 21/05/2004)			Não existe, desapareceu devido a caudal e vento fortes
AIP2	Quercus Robur L. DR n.º 51, II Série, de 01/03/2002	x		
AIP3	Quercus Robur L. DR n.º 154, II Série, de 06/07/1995		x	
MN3	Miliário da Série Capela (em depósito na Casa da Cultura da Trofa) (MN - DL 16/1910 de 23 de maio)			
MN4	Miliário da Série Capela (em depósito na Casa da Cultura da Trofa) (MN - DL 16/1910 de 23 de maio)			
V1	Margem Ribeirinha do rio Ave		x	
V2	Entre Soutos		x	
V3	Monte de S. Gens		x	
V4	Monte dos Castelinhos	Projeto 100 mil árvores		
V5	Área Agrícola dos Coronados			
GM1	Rochas Tániticas de S. Gens de Cidai			
S1	Azenha de Bairros		x	
S2	Azenha de São		x	
S3	Conjunto edificado de Lagoa	x		
S4	Conjunto Edificado de Souto de Bairros	x		
S5	Conjunto edificado de Padrão	x		
S6	Azenha de Frades e Conjunto Edificado Envolvente			
S7	Azenha do Sena			
S8	Largo António Barreto e Casa da Lavoura			
S9	Azenha da Ribeira			
S10	Conjunto Edificado de Cidai	x		
S11	Capela de Santa Luzia e Zona Envolvente	x		
S12	Conjunto Edificado da Capela de N. Senhora da Livração	x		
S13	Conjunto edificado de Lantemil			
S14	Alminhas da Peça Má			
S15	Capela de S. Gens Cidai e envolventes			
B1	Azenha Nova de Real	x		
B2	Azenha da Barca		x	
B3	Açude da Azenha de Esprela			x
B4	Casa do Brasileiro			
B5	Quinta de Real			
B6	Conjunto Edificado de Ervosa	x		
B7	Conjunto Edificado da Estação	x		
B8	Edifício da Antiga "Empresa Fabril da Trofa" de Abílio da Costa Couto		x	
B9	Capela de N. Senhora das Dores e Parques			
B10	Palacete D. Rosinha Ferreira			
B11	Conjunto Edificado da Abelheira	x		
B12	Quinta de Couto Reis			
B13	Alminhas de Mosteirô		x	
B14	Conjunto Edificado de Mosteirô			
B15	Chaminé Industrial da Antiga Fábrica "Central de Maceração" da Trofa			



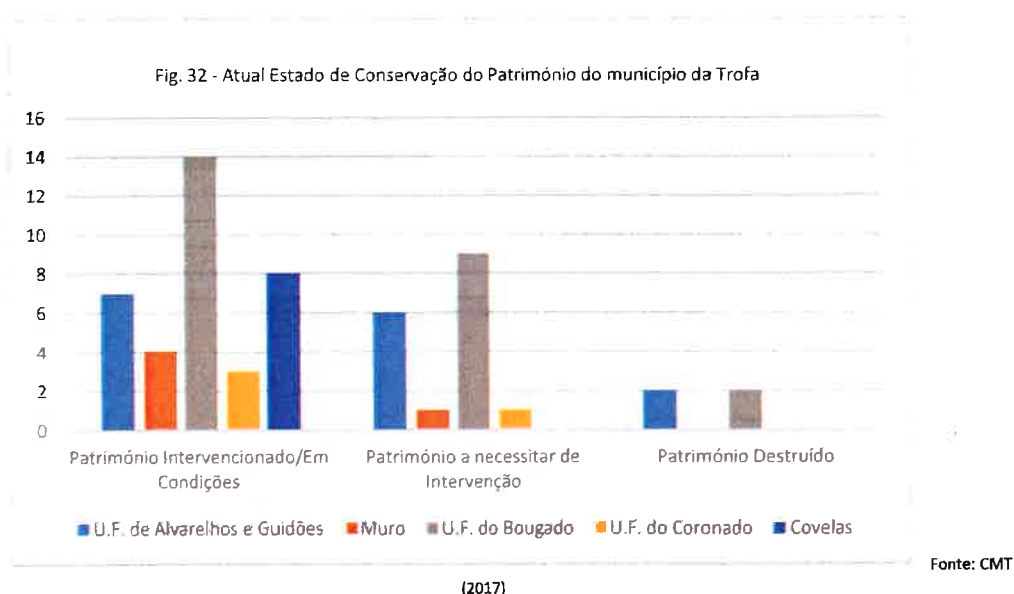
Referência (PDM, 2013)	Descrição	Estado de Conservação		
		Intervencionado	A necessitar de intervenção	Destruido
	<u>U.F. de Coronado</u>	(x)	(x)	(x)
ZOPA7	Zona de Potencial Arqueológico de Subidade		x	
ZOPA8	Zona de Potencial Arqueológico da Antiga Capela de S. Roque			
ZOPA9	Zona de Potencial Arqueológico do Covelo			
ZOPA10	Zona de Potencial Arqueológico da Trinaterra			
SM1	Conjunto Edificado de Mendões	x		
SM2	Conjunto Edificado de Louredo			
SM3	Conjunto Edificado do Paço			
SM4	Conjunto Edificado de Vila e Igreja Paroquial de S. Mamede	x		
SM5	Conjunto Edificado de Fontes	x		
SM6	Capela do Espírito Santo e Zona Envolvente	x		
SM7	Conjunto Edificado do Vilar			
SM8	Conjunto Edificado de Vilar de Lila			
R1	Conjunto Edificado de Fontiela			
R2	Conjunto Edificado do lugar da Igreja			
R3	Capela de S. Bartolomeu e área envolvente			
R4	Quinta de S. Romão			

Referência (PDM, 2013)	Descrição	Estado de Conservação		
		Intervencionado	A necessitar de intervenção	Destruido
	<u>Freguesia de Covelas</u>	(x)	(x)	(x)
C1	Conjunto edificado de Lemendo e Rochio	x		
C2	Quinta da "Sardoeira"	x		
C3	Quinta de "Gabriela"	x		
C4	Quinta da Coura e Casa do Alferes			
C5	Igreja Paroquial de Covelas	x		
C6	Quinta da "Portela"	x		
C7	Quintas de Quereledo	x		
C8	Capela de S. Gonçalo e Zona Envolvente	x		
C9	Quinta do lugar de "Rindo"	x		

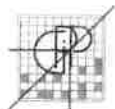
■ Sem Informação por parte dos serviços municipais¹⁷¹⁷ ■ - Falta Informação, ao nível das freguesias de:

- U.F.A.G.: 3 elementos patrimoniais (Igreja Paroquial de Alvarelos e Adro e zona edificada envolvente/ Capela N.S. do Carmo e Conjunto Edificado Envolvente/ Quinta do lugar das Devesas)
- M: 6 elementos patrimoniais (Quinta de "Quintão"/ Casa de Álvaro Moreira/ Igreja Paroquial do Muro, adro e quinta/ Quinta do Anjo/ Quinta do Sardão/ Conjunto Edificado de Matos)
- U.F.B.: 18 elementos patrimoniais (ZOPA da Igreja Paroquial de Santiago/ ZOPA de Lantemil/ Área Agrícola dos Coronados/ Rochas Ftaníticas de S. Gens de Cidai/ Azenha de Frades e Conjunto Edificado Envolvente/ Azenha do Sena/ Largo António Barreto e Casa da Lavoura/ Azenha da Ribeira/ Conjunto Edificado de Lantemil/ Alminhas da Peça Má/ Capela de S. Gens de Cidai e envolventes/ Casa do Brasileiro/ Quinta de Real/ Capela de N. S. das Dores e Parques/ Palacete D. Rosinha Ferreira/ Quinta de Couto Reis/ Conjunto Edificado de Mosteirô/ Chaminé Industrial da Antiga Fábrica "Central de Maceração" da Trofa)
- U.F.C.: 11 elementos patrimoniais (ZOPA da Antiga Capela de S. Roque/ ZOPA do Covelo/ ZOPA da Trinaterra/ Conjunto Edificado de Louredo/ Conjunto Edificado de Paço/ Conjunto Edificado do Vilar/ Conjunto Edificado do Vilar de Lila/ Conjunto Edificado de Fontiela/ Conjunto Edificado do lugar da Igreja/ Capela de S. Bartolomeu e área envolvente/ Quinta de S. Romão).
- C: 1 elemento patrimonial (Quinta da Coura e Casa do Alferes).

No património do município, segundo a CMT (2017), não houve qualquer procedimento de classificação, desde a inventariação definida pelo PDMT (2013). Em simultâneo, a ausência de recolha de informação continua pelos serviços municipais provoca a necessidade de rever esta seção de abordagem de monitorização do território. Apesar de ser um dos principais objetivos definidos pelo PDM. Dos 102 elementos patrimoniais identificados, só 57 elementos patrimoniais é que são do conhecimento dos serviços municipais. Todavia, os elementos existentes para avaliação da monitorização do município, perfazem metade dos elementos patrimoniais existentes, tendo em atenção o facto de que o município, a par da Direção Regional de Cultura, necessita de rever as Zonas de Potencial Arqueológico, devido à sua dimensão, como também a sua criação (CMT, 2017). Contudo, as ZOPA correspondem a 10 áreas dos 102 elementos patrimoniais existentes no município. Assim sendo, excluindo da análise as 10 ZOPA e os 40 elementos patrimoniais não avaliados pelo município, existe uma amostra de 57 valores patrimoniais no município para monitorização do mesmo – ver Fig. 32.



O património, como se demonstra na Fig. 32, encontra-se intervencionado e em condições, tendo esta categorização do património correspondência com 63.2% do total do património para o estudo de monitorização. De salientar, que o núcleo urbano da cidade da Trofa, como também do núcleo rural de Covelas, apresentam valores que permitem identificar o peso e o grau de valorização do património e a importância de manutenção/preservação da identidade do município. Em simultâneo, são estas freguesias que apresentam os maiores índices de necessidade de intervir no seu património. A U.F. de Alvarelhos e Guidões apresenta 53.3% do



seu património com necessidade de intervenção. Já a U.F. do Bougado apresenta 44% do seu património, nas mesmas condições. O que evidencia esta realidade é que apesar de existir uma conjuntura positiva no domínio do património do município, este encontra-se com dicotomias no interior do município, onde o meio rural apresenta melhores percentagens de intervenção no património (68%), ao contrário do meio urbano (59%).

b
X



- Planeamento

A secção do planeamento debruça-se sobre o desenvolvimento de estratégias que estão propostas pelo PDMT (2013) e nos restantes planos de gestão territorial. A avaliação passa por compreender o que foi ou não concretizado, seja por alteração de conjuntura ou por problemas anexos à realidade do município. As diferentes conjunturas às quais os territórios estão sujeitos devem ter em conta estratégias que tenham uma lógica de coordenação de forma a articular dinâmicas territoriais.

O processo de *mitigação de impactos negativos* decorrentes das dinâmicas enunciadas permitem criar e conceder *padrões sustentáveis de desenvolvimento* capazes de compensar tais impactos negativos dessas dinâmicas (Morato, J. 2016)¹⁸. Nesse sentido, a necessidade de desenvolver uma política que procure resolver problemas através de *plataformas de governança de geometria variável*, incide na *diversificação de agentes* – ver Tab. 19 –, de *estruturas administrativas* e de uma coordenação assente em *princípios de flexibilidade*, na forma como *gerir e intervencionar no território* (Morato, J. 2016).

Tab. 19 - Contexto do Planeamento e Ordenamento do Território do município da Trofa

Instrumentos de Gestão Territorial no município da Trofa			
PDMT	Solo Rural	Área	4795,94 (ha)
	Solo Urbano	Área	2179,50 (ha)
		Reorganização das Zonas Industriais	32
		UOPG's	1 488,8 (ha)
	RAN	Área	1578,16 (ha)
	REN	Área Máxima de Infiltração/ Área com risco de erosão/ Cabeceiras de curso de água/ Leitões dos cursos de água/ Zonas ameaçadas por cheias.	
	EEM	Sistema Natural/ Sistema Agroflorestal/ Áreas de Conexão	
	Rede Viária	24 Vias	
		Equipamentos	30
PROF-Baixo Minho		Área Ocupada	3 631 ha
Bacia Hidrográfica do Ave		Área Ocupada	62 km ²
Bacia Hidrográfica do Leça		Área Ocupada	10 km ²
PRN2000		Quilómetros	30.32 km

Fonte: PDMT (2013), PROF-Baixo Minho (2000), APA (2017) e o PRN de 2000 (1998).

¹⁸ In, Dicionário de Geografia Aplicada, pág. 111/112

**PDMT:**

A análise dos processos inerentes e propostos pelo PDMT serão avaliados conforme o tipo de proposta que cada tema desenvolvido no PDM. Assim sendo segundo a Tab. 2, encontra-se a sistematização das propostas que estão presentes e que vão ser alvo de monitorização neste documento.

Tab. 20 - Síntese das Propostas do PDMT

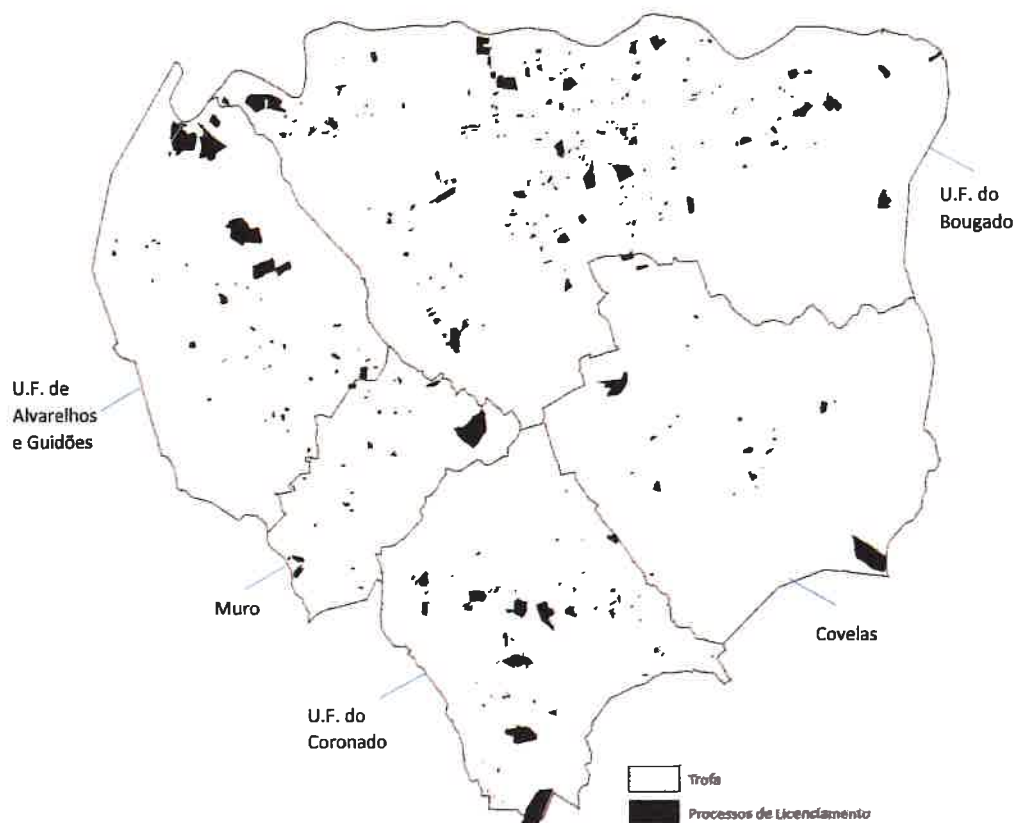
Propostas do PDMT		
Proposta	Características	Grau de Concretização
Solo Rural	4795.94 ha	156 Pedidos de Licenciamento
Solo Urbano	2179.50 ha	405 Pedidos de Licenciamento
Proposta da RAN	1 552.32 ha	94 Pedidos de Licenciamento
Proposta da REN	-Área Máxima de Infiltração -Área com risco de erosão -Cabeceiras de curso de água -Leitos dos cursos de água e zonas ameaçadas por cheias.	Sem Intervenções
Proposta para EEM	-Sistema Natural (áreas de declives superiores a 30%/ 30 metros de proteção no Rio Ave; 20 metros de proteção no Rio Trofa, Ribeira da Aldeia e Ribeira do Leandro; 10 metros das restantes linhas água); -Sistema Agroflorestal (Coberto Vegetal); -Áreas de Conexão (áreas verdes/ Quintas / espaços rurais / árvores de interesse público / áreas de religião / Geomonumento).	Sem Intervenções
Proposta da Rede Viária	-Distribuidoras Municipais; -Protocolo Câmara Municipal da Trofa e as Infraestruturas de Portugal (antiga Estradas de Portugal); -Variante EN 14; -Novo percurso da EN 104; -Duas pontes intermunicipais no Rio Ave;	0%
Equipamentos	-Educação: Construção da Escola Básica Integrada (Pré, 1º, 2º, 3º ciclos) em Santiago de Bougado / Ampliação da Escola EB 2/3 da Vila do Coronado para EB 2/3/S / Converter a EB 1 Esprela num Jardim de Infância / Ampliação da EB1 e JI de Finzes, Paranho, Paradela, Querêlêdo, Portela, Feira Nova, Estação, Cerro 2, Giesta 1 e requalificação da Giesta 2 / Reestruturação da Rede de Transportes Escolares; -Sociais: Lar em S. Mamede e em Muro; -Saúde: Três extensões do centro de saúde: Alvarelhos, S. Mamede e Santiago; -Desportivos: 2 Piscina Coberta (Alvarelhos, Muro e Guidões/ S. Mamede, S. Romão e Covelas) / 1 Piscina de ar livre (S. Martinho e Santiago do Bougado) / 3 Campos (Alvarelhos, Muro e Guidões/ S. Mamede, S. Romão e Covelas/ S. Martinho e Santiago do Bougado) / 1 Pista de Atletismo (S. Martinho e Santiago do Bougado) / 1 Pavilhão Polivalente (S. Martinho e Santiago do Bougado); -Administrativo: 1 Centro Cívico em S. Romão e em S. Martinho / 1 Junta de freguesia em Guidões e Alvarelhos	4%

Fonte: CMT (2017)

Através dos processos de licenciamento por freguesia e por tipologia para classificação do número de licenciamentos será avaliado o comportamento dos diferentes territórios, com a intenção de compreender o avanço do processo de urbanização do município. Assim sendo, na página seguinte encontra-se entre a Fig. 33, 34, 35, 36 e 37 a conjuntura total no município da Trofa.

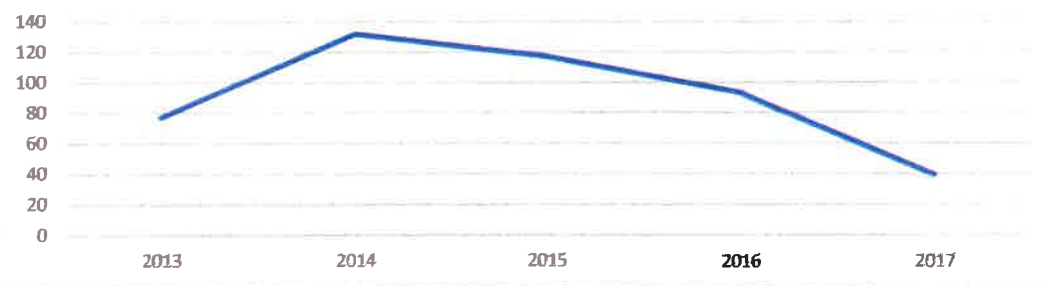


Fig. 33 – Contexto dos pedidos de licenciamentos, no município da Trofa, entre os anos de 2013 e 2017 (até abril)¹⁹



Fonte: CMT (2017)

Fig. 34 - Evolução do número de licenciamentos, no município da Trofa

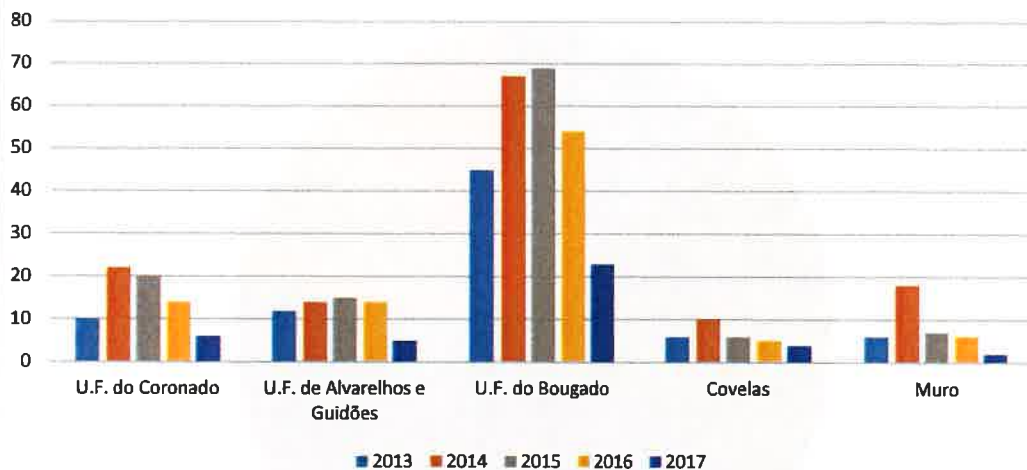


Fonte: CMT (2017)

¹⁹ As informações relativamente aos processos de licenciamento foram desenvolvidas, tendo em conta, a realização de interseções das informações, em formato *shape* com a área correspondida, podendo esta ser solo rural, urbano, urbanizável e a RAN, variando a seleção do n.º de pedidos de licenciamento conforme o tópico de análise.

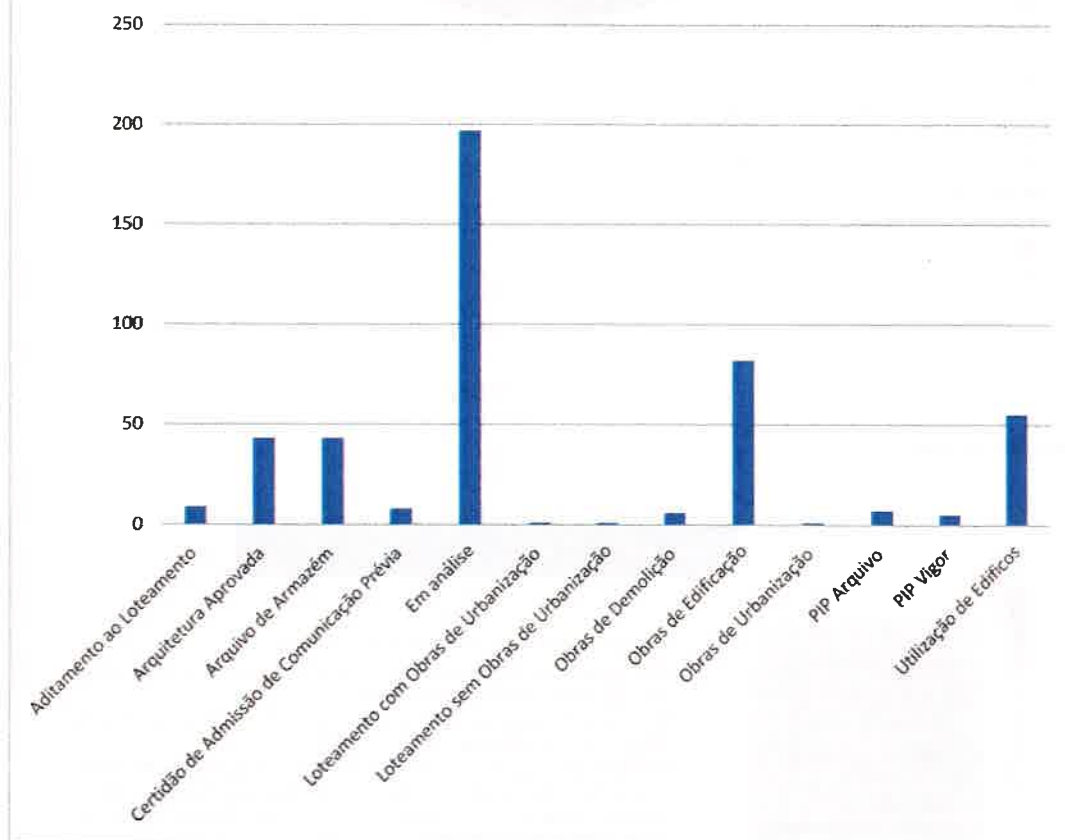


Fig. 35 - Evolução do n.º de pedidos de licenciamento por freguesia



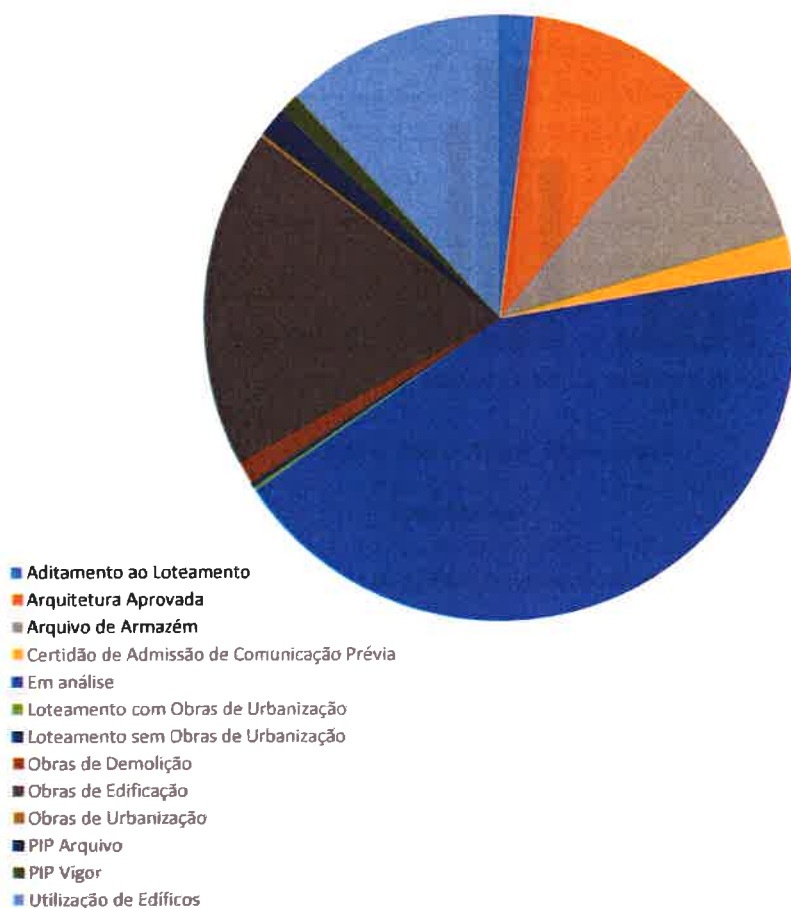
Fonte: CMT (2017)

Fig. 36 - Evolução do número de licenciamentos, no município da Trofa, por tipo de licenciamento



Fonte: CMT (2017)

Fig. 37 - N.º de Licenciamentos por Tipologia no município da Trofa



Fonte: CMT (2017)

Quadro Síntese:

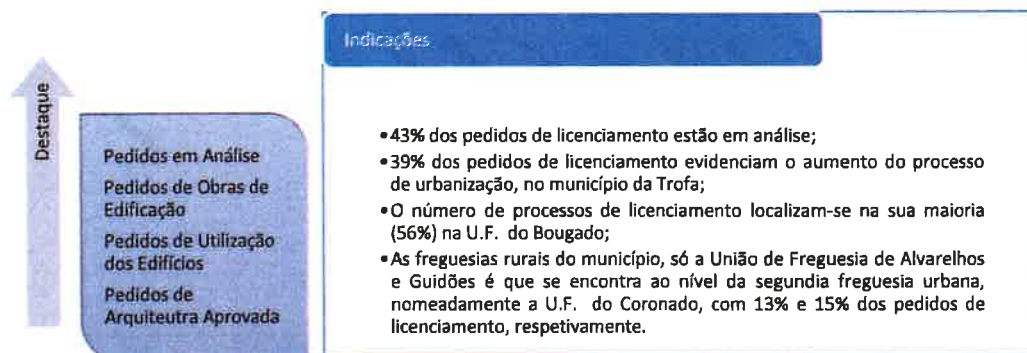
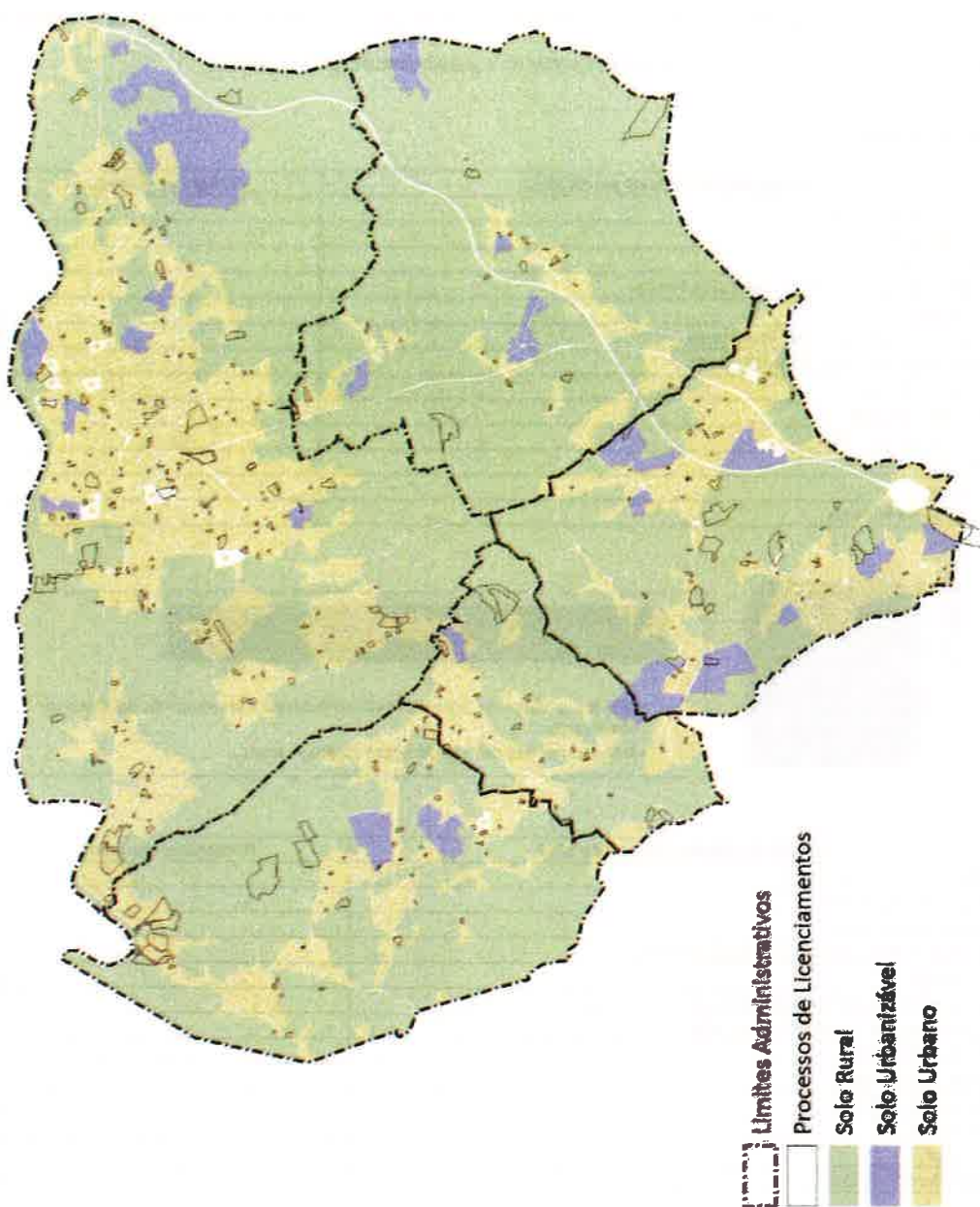




Fig. Síntese:

b
k





Solo Rural

O solo rural destina-se segundo o PDMT (2013), à localização de *funções produtivas diretamente ligadas ou compatíveis com as atividades do setor primário*. A caracterização desta tipologia de uso do solo perfaz-lhe uma dinâmica inserida na Estrutura Ecológica do município e também um *reforço de identidade*, derivado à presença/valorização de *valores naturais e paisagísticos* (PDMT, 2013).

Análise (anual):

Estado Dos Pedidos no ano de 2013	N.º de Licenciamentos
Aditamento ao Loteamento	0
Arquitetura Aprovada	3
Arquivo de Armazém	2
Certidão de Admissão de Comunicação Prévia	1
Em análise	14
Loteamento com Obras de Urbanização	0
Loteamento sem Obras de Urbanização	1
Obras de Demolição	0
Obras de Edificação	8
Obras de Urbanização	0
PIP Arquivo	0
PIP Vigor	0
Utilização de Edifícios	3

Destaque

Pedidos em
Análise
Pedidos de Obras
de Edificação
Pedidos de
Utilização dos
Edifícios

Indicações

- 44% dos pedidos de licenciamento evidenciam o aumento do processo de urbanização;
- 44% dos pedidos de licenciamento estão em análise.

Estado Dos Pedidos no ano de 2014	N.º de Licenciamentos
Aditamento ao Loteamento	0
Arquitetura Aprovada	1
Arquivo de Armazém	5
Certidão de Admissão de Comunicação Prévia	0
Em análise	52
Loteamento com Obras de Urbanização	0
Loteamento sem Obras de Urbanização	0
Obras de Demolição	0
Obras de Edificação	5
Obras de Urbanização	0
PIP Arquivo	0
PIP Vigor	2
Utilização de Edifícios	6

Destaque

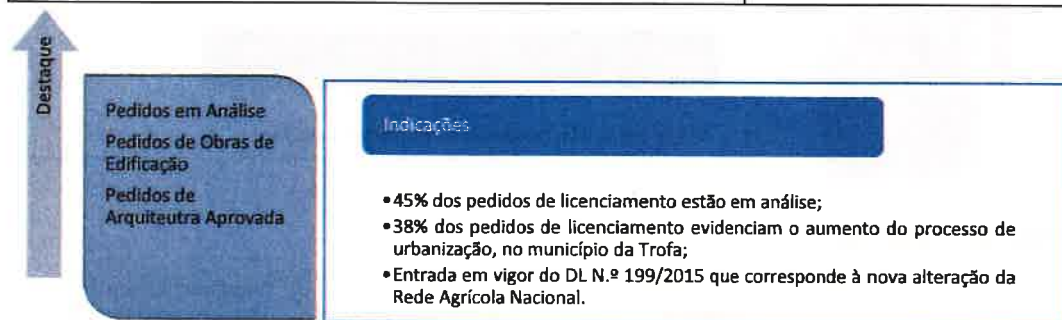
Pedidos em
Análise
Pedidos de
Utilização dos
Edifícios
Pedidos de Obras
de Edificação

Indicações

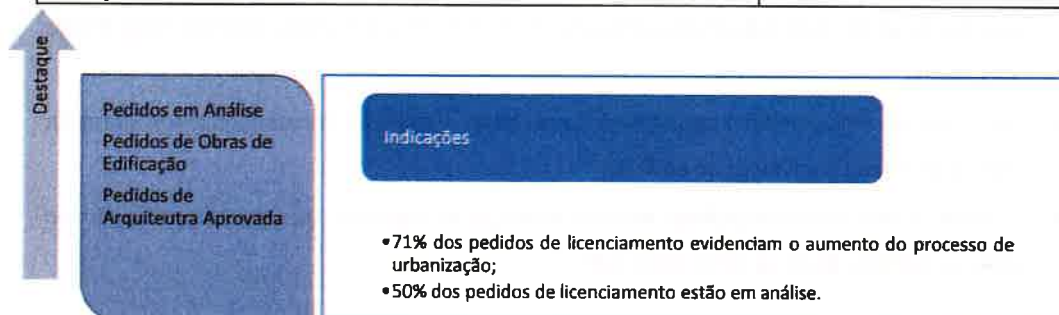
- 73% dos pedidos de licenciamento estão em análise;
- 17% dos pedidos de licenciamento evidenciam o aumento do processo de urbanização;
- Período pré-DL N.º 199/2015 que corresponde à nova alteração da Rede Agrícola Nacional.



Estado Dos Pedidos no ano de 2015	N.º de Licenciamentos
Aditamento ao Loteamento	1
Arquitetura Aprovada	6
Arquivo de Armazém	3
Certidão de Admissão de Comunicação Prévia	0
Em análise	13
Loteamento com Obras de Urbanização	0
Loteamento sem Obras de Urbanização	0
Obras de Demolição	0
Obras de Edificação	4
Obras de Urbanização	0
PIP Arquivo	1
PIP Vigor	0
Utilização de Edifícios	1



Estado Dos Pedidos no ano de 2016	N.º de Licenciamentos
Aditamento ao Loteamento	0
Arquitetura Aprovada	2
Arquivo de Armazém	1
Certidão de Admissão de Comunicação Prévia	0
Em análise	7
Loteamento com Obras de Urbanização	0
Loteamento sem Obras de Urbanização	0
Obras de Demolição	0
Obras de Edificação	7
Obras de Urbanização	0
PIP Arquivo	0
PIP Vigor	0
Utilização de Edifícios	0





Estado Dos Pedidos no ano de 2017	N.º de Licenciamentos
Aditamento ao Loteamento	0
Arquitetura Aprovada	0
Arquivo de Armazém	2
Certidão de Admissão de Comunicação Prévia	0
Em análise	4
Loteamento com Obras de Urbanização	0
Loteamento sem Obras de Urbanização	0
Obras de Demolição	0
Obras de Edificação	0
Obras de Urbanização	0
PIP Arquivo	0
PIP Vigor	1
Utilização de Edifícios	0

Destaque

Pedidos em
Análise

Indicações

• 57% dos pedidos de licenciamento estão em análise.

Análise por Freguesia:

Freguesia	N.º de Licenciamentos	Densidade Territorial dos Licenciamentos (licenciamento/km²)
Covelas	21	1.4
Muro	22	4.4
U.F. de Alvarelhos e Guidões	33	2.75
U.F. do Bougado	57	1.97
U.F. do Coronado	26	2.36

Fonte: CMT (2017)

Pontos Chave:

- Os pedidos de licenciamento ocorrem, essencialmente, para utilizações agrícolas, nas freguesias rurais do município, como Muro e U.F. de Alvarelhos e Guidões;
- Nas freguesias urbanas, U.F. do Coronado e U.F. do Bougado, ocorre também o aumento de pedidos na periferia do solo urbano, derivado ao processo de urbanização, cada vez maior nestas freguesias;
- As freguesias rurais também apresentam aumento do número de licenciamento para obras de edificação e para a utilização de edifícios;
- Grande impacto no n.º de pedidos devido à alteração da legislação que regula a edificação em Reserva Agrícola Nacional, entre 2014 e 2015.

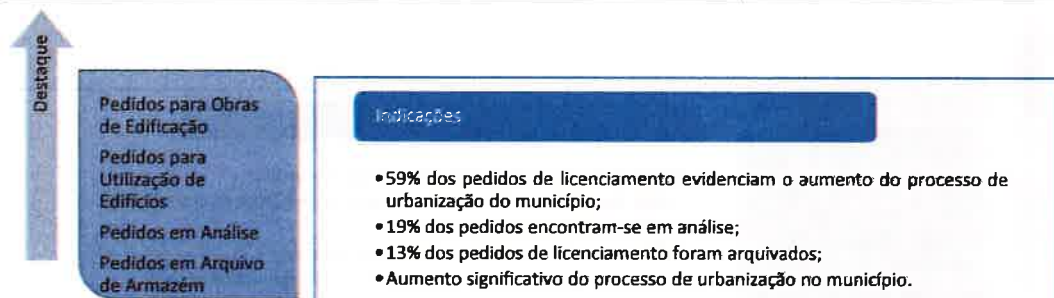


Solo Urbano

O solo urbano no município da Trofa integra o solo urbanizado e o solo urbanizável. A conjuntura demográfica estabilizada e a retração do processo imobiliário induzem, à exceção das atividades económicas, há necessidade de o planeamento ser concordante para satisfazer as necessidades da população como também da rentabilidade do território de forma a contribuir para a coesão territorial do município como também da envolvente do mesmo.

Análise (anual):

Estado Dos Pedidos no ano de 2013	N.º de Licenciamentos
Aditamento ao Loteamento	2
Arquitetura Aprovada	5
Arquivo de Armazém	8
Certidão de Admissão de Comunicação Prévia	3
Em análise	13
Loteamento com Obras de Urbanização	0
Loteamento sem Obras de Urbanização	0
Obras de Demolição	1
Obras de Edificação	19
Obras de Urbanização	0
PIP Arquivo	1
PIP Vigor	0
Utilização de Edifícios	16



Estado Dos Pedidos no ano de 2014	N.º de Licenciamentos
Aditamento ao Loteamento	5
Arquitetura Aprovada	6
Arquivo de Armazém	10
Certidão de Admissão de Comunicação Prévia	4
Em análise	40
Loteamento com Obras de Urbanização	0
Loteamento sem Obras de Urbanização	0
Obras de Demolição	0
Obras de Edificação	17
Obras de Urbanização	0
PIP Arquivo	2
PIP Vigor	1
Utilização de Edifícios	15



Destaque

Pedidos em Análise
Pedidos para Obras
de Edificação
Pedidos para
Utilização de
Edifícios
Pedidos para Arquivo
de Armazém

Indicações

- 40% dos pedidos de licenciamento estão em análise;
- 38% dos pedidos evidenciam o aumento do processo de urbanização;
- 12% dos pedidos estão arquivados;
- Aumento significativo do processo de urbanização no município.

Estado Dos Pedidos no ano de 2015	N.º de Licenciamentos
Aditamento ao Loteamento	0
Arquitetura Aprovada	10
Arquivo de Armazém	12
Certidão de Admissão de Comunicação Prévia	0
Em análise	47
Loteamento com Obras de Urbanização	0
Loteamento sem Obras de Urbanização	0
Obras de Demolição	2
Obras de Edificação	20
Obras de Urbanização	0
PIP Arquivo	2
PIP Vigor	4
Utilização de Edifícios	13

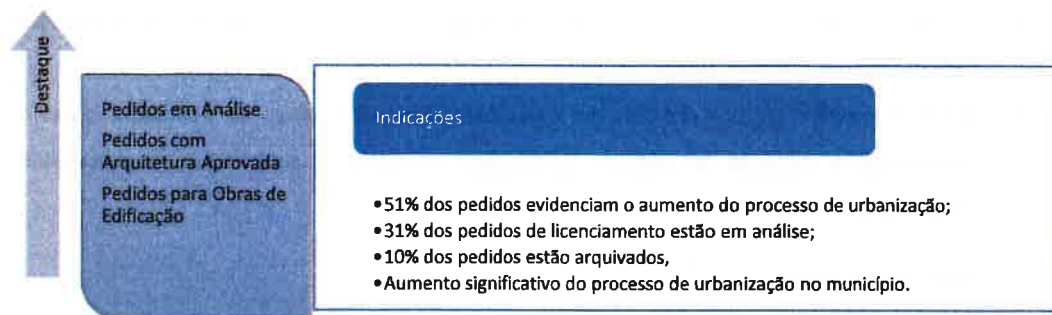
Destaque

Pedidos em Análise
Pedidos para Obras de
Edificação
Pedido para Utilização
de Edifícios
Pedidos de Arquivo de
Armazém
Pedidos com
Arquitetura Aprovada

Indicações

- 43% dos pedidos de licenciamento estão em análise;
- 39% dos pedidos evidenciam o aumento do processo de urbanização;
- 11% dos pedidos estão arquivados;
- 6% dos pedidos são sobre informações prévias;
- Aumento significativo do processo de urbanização no município.

Estado Dos Pedidos no ano de 2016	N.º de Licenciamentos
Aditamento ao Loteamento	1
Arquitetura Aprovada	21
Arquivo de Armazém	8
Certidão de Admissão de Comunicação Prévia	1
Em análise	28
Loteamento com Obras de Urbanização	1
Loteamento sem Obras de Urbanização	0
Obras de Demolição	3
Obras de Edificação	21
Obras de Urbanização	1
PIP Arquivo	1
PIP Vigor	0
Utilização de Edifícios	4



Estado Dos Pedidos no ano de 2017	N.º de Licenciamentos
Aditamento ao Loteamento	0
Arquitetura Aprovada	0
Arquivo de Armazém	2
Certidão de Admissão de Comunicação Prévia	0
Em análise	34
Loteamento com Obras de Urbanização	0
Loteamento sem Obras de Urbanização	0
Obras de Demolição	0
Obras de Edificação	0
Obras de Urbanização	0
PIP Arquivo	0
PIP Vigor	1
Utilização de Edifícios	0



Análise por Freguesia:

Freguesia	N.º de Licenciamentos	Densidade Territorial dos Licenciamentos (licenciamento/km ²)
Covelas	22	1.47
Muro	30	6
U.F. de Alvarelos e Guidões	51	4.25
U.F. do Bougado	244	8.41
U.F. do Coronado	59	5.36

Fonte: CMT (2017)

Pontos Chave:

- Aumento do n.º de pedidos de licenciamento, nomeadamente, no principal núcleo urbano do município (Trofa), bem como no segundo núcleo (São Romão);
- As freguesias rurais evidenciam um processo de perda para os principais núcleos, sendo a freguesia de Covelas, a que menos pedidos de licenciamento tem;



- As freguesias do Muro e U.F. de Alvarelhos e Guidões usufruem da proximidade com os principais centros urbanos do município;
- 167 Pedidos, referentes a projetos de arquitetura aprovados, obras de edificação, obras de urbanização e utilização de edifícios, evidenciam um aumento progressivo do processo de urbanização do município.

Solo Urbanizável

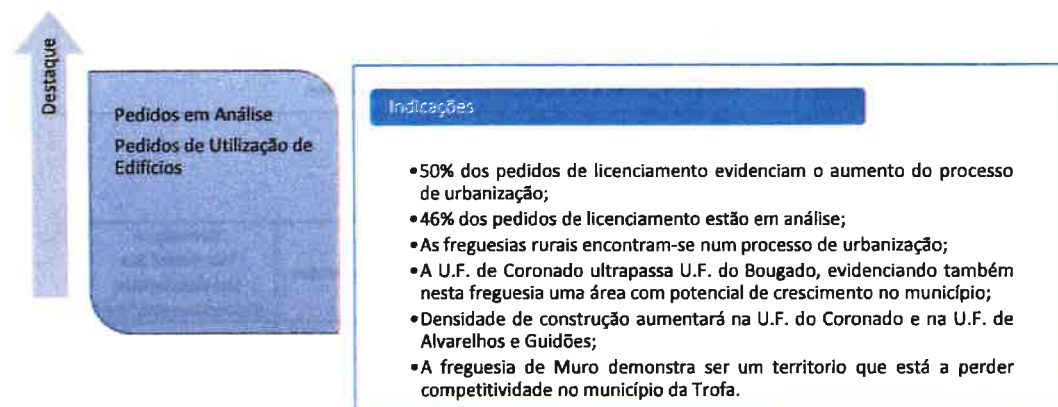
A conjuntura de expansão do município, em termos demográficos e económicos potencia o desenvolvimento deste tipo de espaços que servem como unidades territoriais destinadas a um determinado segmento, neste caso sendo para o domínio económico e habitacional.

Análise por Freguesia:

Freguesia	N.º de Licenciamentos	Densidade Territorial dos Licenciamentos (licenciamento/km²)
Covelas	2	0.13
Muro	0	0
U.F. de Alvarelhos e Guidões	8	0.67
U.F. do Bougado	4	0.14
U.F. do Coronado	9	0.81

Fonte: CMT (2017)

Quadro Síntese:



UOPG²⁰

Tab. 21 - Conjuntura das UOPG do município da Trofa

UOPG do município da Trofa			Contexto Atual
Localização	Área (ha)	Objetivo	
Vau	6.0	Instalação de indústrias ligadas à criatividade e tecnologia	2 pedidos de licenciamento Área com localização estratégica no município e devido a isso existem pedidos que se encontram em análise para a sua aprovação.
Cavadas	24.9	Espaço Verde	0 pedidos de licenciamento O Parque das Azenhas encontra-se desenvolvido no interior desta UOPG.
São Martinho	5.7	Expansão/Estruturação do Tecido Urbano	0 pedidos de licenciamento
Antiga Estação	6.7	Nova centralidade, tendo em conta a expansão do metro	4 pedidos de licenciamento Área com elevado potencial e derivado a esse facto existe uma conjuntura interessante das UOPG do município, estando aqui pedidos já com arquitetura aprovada (2) e em análise (1).
Mosteirô	14.1	Expansão/Estruturação do Tecido Urbano	4 pedidos de licenciamento Área alvo de intervenções com arquitetura aprovada e utilização de edifícios.
Escola	6.8	Instalação da Escola 2/3 da Trofa	0 pedidos de licenciamento
Zona Industrial da Trofa	292.1	Instalação de serviços de apoio à atividade industrial	16 pedidos de licenciamento Área com elevado potencial e derivado a esse facto existe um elevado índice de pedidos que se encontram em análise (6) e destinados a obras de edificação (3) e utilização dos mesmos (3).
Cidade da Trofa	1 018.5	Organização da estrutura urbana da cidade	181 pedidos de licenciamento Área central do principal núcleo urbano e com volume de pedidos licenciamentos consideravelmente superior às restantes UOPG, sendo de caracterizar o elevado n.º de licenciamentos em análise (79), bem como a existência de indicadores do processo de urbanização que indicam o seu aumento, os 75 pedidos licenciamento que resultam do somatório dos licenciamentos com arquiteturas aprovadas, obras de edificação e obras de demolição, evidenciam tal processo.
Alvarelhos	18.3	Recuperação da área de exploração de caulinos	3 pedidos de licenciamento A existência dos pedidos de licenciamento não se enquadra com a finalidade da UOPG, mas evidencia um facto que é confirmado pela conjuntura de urbanização do município, sendo estes pedidos para a utilização de edifícios.
Covelas	16.0	Recuperação da área do Largo do Emigrante	0 pedidos de licenciamento
Zona Industrial Norte	29.4	Instalação de indústria e serviços	1 pedido de licenciamento Decorre um pedido de informação prévia.
Zona Industrial de Soeiro	20.8	Instalação de indústria e serviços	1 pedido de licenciamento Licenciamento de obras de edificação.
S. Romão	15.4	Requalificação e Estruturação do centro de São Romão	0 pedidos de licenciamento Segundo a CMT (2017) está em desenvolvimento um processo de ARU para este território.
Zona Industrial de Vale Maior	14.1	Instalação de indústria e serviços	1 pedido de licenciamento Decorre em análise.

Fonte: PDMT (2013) e CMT (2017)

Pontos Chave:

- A UOPG da cidade da Trofa lidera o n.º de pedidos de licenciamento, cerca de 85% dos pedidos;

²⁰ UOPG: Instrumento que emerge com o desenvolvimento dos planos de pormenor, que datam do Decreto-Lei n.º 307/2009.



- A UOPG da cidade da Trofa agrega as UOPG da Escola, Vau, Antiga Estação, Mosteirô e São Martinho, o que perfaz com que 10 dos pedidos de licenciamento estejam sobrepostos na UOPG;
- As freguesias rurais não têm expressão na análise dos pedidos de licenciamento, nomeadamente as UOPG que se inserem nesse território, como Covelas, Alvarelhos e a Zona Industrial Norte, juntas perfazem 4 pedidos de licenciamento, cerca de 2% da totalidade dos pedidos de licenciamento que intersejam os territórios de UOPG.

Reorganização Industrial

O desenvolvimento industrial é uma das atividades mais importantes do município, tanto ao nível da empregabilidade da população como da geração de riqueza pelo município (demonstrado na secção da População e Economia). Nesse sentido a existência de 32 áreas industriais, denota que a dinâmica existente no município necessita de ser exponenciada e ordenada. Um dos grandes objetivos do PDMT passa pela organização dos “espaços” industriais do município, tendo em conta a dispersão existente – ver Tab. 22 na página 66.

A não concretização das variantes da EN 14 e da 104 provoca com que o desenvolvimento estruturado das zonas industriais pertencentes à 1.7 (Zona Industrial da Trofa), UOPG 4.1 (Zona Industrial Norte), 4.2 (Zona Industrial de Soeiro) e 5.3 (Zona Industrial de Vale Maior) não estejam a contribuir para a configuração proposta pelo PDMT (2013).

Em simultâneo, o assegurar da organização do espaço é reforçado no PERU do Núcleo Central da Cidade da Trofa em que a consideração, por parte, dos agentes de ordenamento do território desta problemática considera-se *fundamental referenciar a presença de um conjunto assinalável de instalações industriais e/ou armazenagem (...) que emergiram num modelo de desenvolvimento industrial sem prévio ordenamento.*



Tab. 22 – N.º de Indústria Licenciada desde 2013 até à atualidade

Ano	2013	2014	2015	2016	2017 (até abril)
Indústria Licenciada	12	12	17	5	3

Ano	2013	2014	2015	2016	2017 (até abril)
Localização (freguesia)	Covelas	3	0	2	0
	Muro	1	0	0	0
	U.F. de Alvarelhos e Guidões	0	1	3	2
	U.F. do Bougado	5	10	11	2
	U.F. do Coronado	2	0	0	1

Quadro Síntese:



Indicações

- 43% dos pedidos de licenciamento estão em análise;
- 39% dos pedidos de licenciamento evidenciam o aumento do processo de urbanização, no município da Trofa;
- O número de processos de licenciamento localizam-se na sua maioria (56%) na U.F. do Bougado;
- As freguesias rurais do município só a União de Freguesia de Alvarelhos e Guidões é que se encontra ao nível da segunda freguesia urbana, nomeadamente a U.F. do Coronado, com 13% e 15% dos pedidos de licenciamento, respetivamente;
- De referir que nenhuma das novas unidades industriais ocupa área de UOPG, destinada à instalação de serviços e equipamentos à atividade industrial, ocupam sim áreas consolidadas existentes.

Proposta da RAN

A proposta de RAN apresentada no PDM decorreu do “ajuste” da delimitação existente no PDM de Sto Tirso aglutinando os solos de elevada capacidade agrícola, tendo resultado numa redução de 6.28 ha (PDMT, 2013). Numa fase sequente e por razões de ordenamento foram excluídos mais 11,32 ha com a justificação constante do quadro seguinte. Estas exclusões destinam-se a enquadrar, entre outros, o novo interface TC/TI, tanto ao nível rodoviário, como ao nível ferroviário²¹ ligeiro e pesado e áreas destinadas ao desenvolvimento de espaços verdes de utilização coletiva (3 áreas) num contexto urbano.

Quadro 4: Áreas Intervencionadas

- RAN para inserção em Aglomerado Rural: 8.34 ha;
- RAN para reclassificação em solo urbano – Acerto Urbano: 1.69 ha;
- RAN para reclassificação em solo urbano – Expansão Urbana: 1.29 ha

²¹ Ao nível ferroviário será importante compreender a nova configuração da Linha do Minho e de Guimarães (ferroviário pesado) e a linha do Metro (ferroviário ligeiro).



Análise (anual):

Estado Dos Pedidos, no ano de 2013	N.º de Licenciamentos
Aditamento ao Loteamento	0
Arquitetura Aprovada	1
Arquivo de Armazém	0
Certidão de Admissão de Comunicação Prévia	1
Em análise	8
Loteamento sem Obras de Urbanização	0
Loteamento com Obras de Urbanização	1
Obras de Demolição	0
Obras de Edificação	5
Obras de Urbanização	0
PIP Arquivo	0
PIP Vigor	0
Utilização de Edifícios	2

Destaque

Pedidos em Análise
Pedidos para Obras
de Edificação
Pedidos para
Utilização dos
Edifícios

Indicações

- 44% dos pedidos de licenciamento encontram-se em análise;
- Obras de Edificação e de Utilização de Edifícios, correspondem a 39%;
- Aumento do processo de urbanização.

Estado Dos Pedidos, no ano de 2014	N.º de Licenciamentos
Aditamento ao Loteamento	0
Arquitetura Aprovada	0
Arquivo de Armazém	2
Certidão de Admissão de Comunicação Prévia	0
Em análise	36
Loteamento com Obras de Urbanização	0
Loteamento sem Obras de Urbanização	0
Obras de Demolição	0
Obras de Edificação	3
Obras de Urbanização	0
PIP Arquivo	0
PIP Vigor	2
Utilização de Edifícios	3

Destaque

Pedidos em Análise
Pedidos para Obras
de Edificação
Pedidos em Arquivo
de Armazém

Indicações

- 78% dos pedidos de licenciamento encontram-se em análise;
- Obras de Edificação e Utilização de Edifícios correspondem a 13% do n.º de licenciamentos;
- Aumento do processo de urbanização;
- Período pré-DL N.º 199/2015.



Estado Dos Pedidos, no ano de 2015	N.º de Licenciamentos
Aditamento ao Loteamento	1
Arquitetura Aprovada	3
Arquivo de Armazém	1
Certidão de Admissão de Comunicação Prévia	0
Em análise	8
Loteamento com Obras de Urbanização	0
Loteamento sem Obras de Urbanização	0
Obras de Demolição	0
Obras de Edificação	1
Obras de Urbanização	0
PIP Arquivo	1
PIP Vigor	0
Utilização de Edifícios	1

Destaque

Pedidos em Análise
Pedidos para Obras
de Edificação
Pedidos em Arquivo
de Armazém
Pedidos em
Arquitetura Aprovada

Indicações

- 50% dos pedidos de licenciamento encontram-se em análise;
- 31% dos pedidos de licenciamento correspondem ao aumento do processo de urbanização;
- Entrada em vigor do DL N.º 199/2015.

Estado Dos Pedidos, no ano de 2016	N.º de Licenciamentos
Aditamento ao Loteamento	0
Arquitetura Aprovada	1
Arquivo de Armazém	0
Certidão de Admissão de Comunicação Prévia	0
Em análise	2
Loteamento com Obras de Urbanização	0
Loteamento sem Obras de Urbanização	0
Obras de Demolição	0
Obras de Edificação	5
Obras de Urbanização	2
PIP Arquivo	0
PIP Vigor	0
Utilização de Edifícios	0

Destaque

Pedidos para Obras
de Edificação
Pedidos em
Arquitetura
Aprovada
Pedidos em Análise

Indicações

- 80% dos pedidos de licenciamento evidenciam um aumento do processo de urbanização;
- 20% dos pedidos de licenciamento estão em análise.



Estado Dos Pedidos, no ano de 2017 (até abril)	N.º de Licenciamentos
Aditamento ao Loteamento	0
Arquitetura Aprovada	0
Arquivo de Armazém	2
Certidão de Admissão de Comunicação Prévia	0
Em análise	2
Loteamento com Obras de Urbanização	0
Loteamento sem Obras de Urbanização	0
Obras de Demolição	0
Obras de Edificação	0
Obras de Urbanização	0
PIP Arquivo	0
PIP Vigor	0
Utilização de Edifícios	0

Destaque

Pedidos em Análise
Pedidos em
Arquitetura
Aprovada

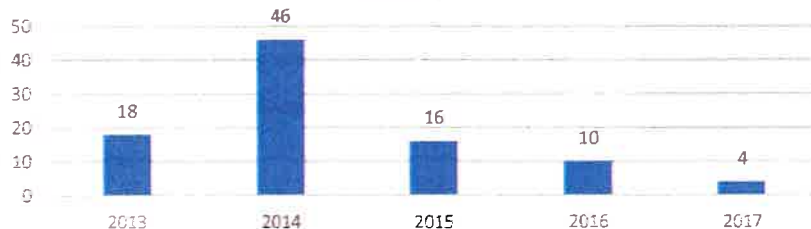
Indicações

- 50% dos pedidos de licenciamento estão em análise;
- 50% dos pedidos de licenciamento encontra-se arquivada.

Os pedidos de licenciamento em RAN têm apresentado, desde a entrada em vigor do PDMT uma diminuição constante (Fig. 38). Todavia, o ano de maior número de pedidos de licenciamento, ocorre em 2014 com 46 pedidos dos quais 36 encontram-se em análise por parte dos serviços municipais e 6 referem-se a utilização de edifícios (3) e obras de edificação (3). Este ano de referência, demarca-se dos restantes devido a ser o ano anterior à legislação que regulamenta a edificabilidade, ainda que a título excecional, em áreas de RAN.

O DL N.º 199/2015, art.º 10, determina, também, a não integração da RAN em *terras ou solos que integrem o solo urbano identificado nos planos territoriais de âmbito intermunicipal ou municipal*.

Fig. 38 - Evolução do N.º de Pedidos de licenciamento na área classificada como RAN no município da Trofa



Fonte: CMT (2017)



Proposta da REN

A delimitação da Reserva Ecológica Nacional procura, no concelho da Trofa, ter em consideração preocupações que dificultam ao desenvolvimento da morfologia urbana e agrícola do município, ou seja, tem em consideração as questões relacionadas com as Áreas de infiltração e de erosão, influenciadas pela dinâmica das bacias hidrográficas que atravessam o município da Trofa, a do rio Ave e do rio Leça. A delimitação destas áreas pressupõe a definição de critérios, aos quais segundo o PDMT define, como prioritários:

- Leitos dos cursos de água e zonas ameaçadas pelas cheias:
 - Zonas de Inundação;
- Cabeceiras de linhas de água:
 - Linhas de cumeada e Linhas de Água de 1ª ordem;
- Áreas de máxima infiltração:
 - Formações geológicas, como solos de aluvião e os depósitos de praias antigas e de terraços fluviais,
- Área com risco de erosão:
 - Grau de declive existente do relevo.

Segundo o município da Trofa (2017), desde a publicação do PDMT e não se registou qualquer proposta de intervenção na REN, por consequência, também não existiu nenhuma solicitação de reconhecimento de Relevante de Interesse Público²².

Proposta da EEM:

A Estrutura Ecológica Municipal da Trofa encontra o seu fundamento na preservação de elementos vitais por questões ambientais tendo em vista a contenção da edificação em áreas classificadas; a proteção dos recursos naturais, culturais, florestais e agrícolas; a regulação do ciclo-hidrológico; a melhoria da qualidade do ar e, por fim, o aumento da biodiversidade.

Segundo o município da Trofa (2017), durante o período de vigência do PDMT e até à data, não existe nenhuma proposta de intervenção na EEM.

²² Nas áreas integradas na Reserva Ecológica Nacional REN podem realizar-se ações que sejam reconhecidas de relevante interesse público, desde que não se possam realizar adequadamente em áreas não integradas na REN. O reconhecimento de relevante interesse público é feito por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas do ambiente e do ordenamento do território e competente em razão da matéria, o qual pode estabelecer condicionamentos e medidas de minimização de afetação das áreas REN. No caso de infraestruturas públicas, nomeadamente rodoviárias, ferroviárias, portuárias, aeroportuárias, de abastecimento de água ou de saneamento, sujeitas a avaliação de impacto ambiental (AIA), a declaração de impacto ambiental (DIA) favorável ou condicionalmente favorável, mesmo que emitida antes da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, equivale ao reconhecimento de relevante interesse público.



Regista-se a redução de uma espécie denominada por *Fraxinus Agnustifolia Vahl* (Freixo), que consta no aviso n.º 5912/2004, DR n.º119, 2ª série, 21/05/2014, devido o aumento do *caudal e dos ventos fortes* (CMT, 2017).

Proposta da Rede Viária

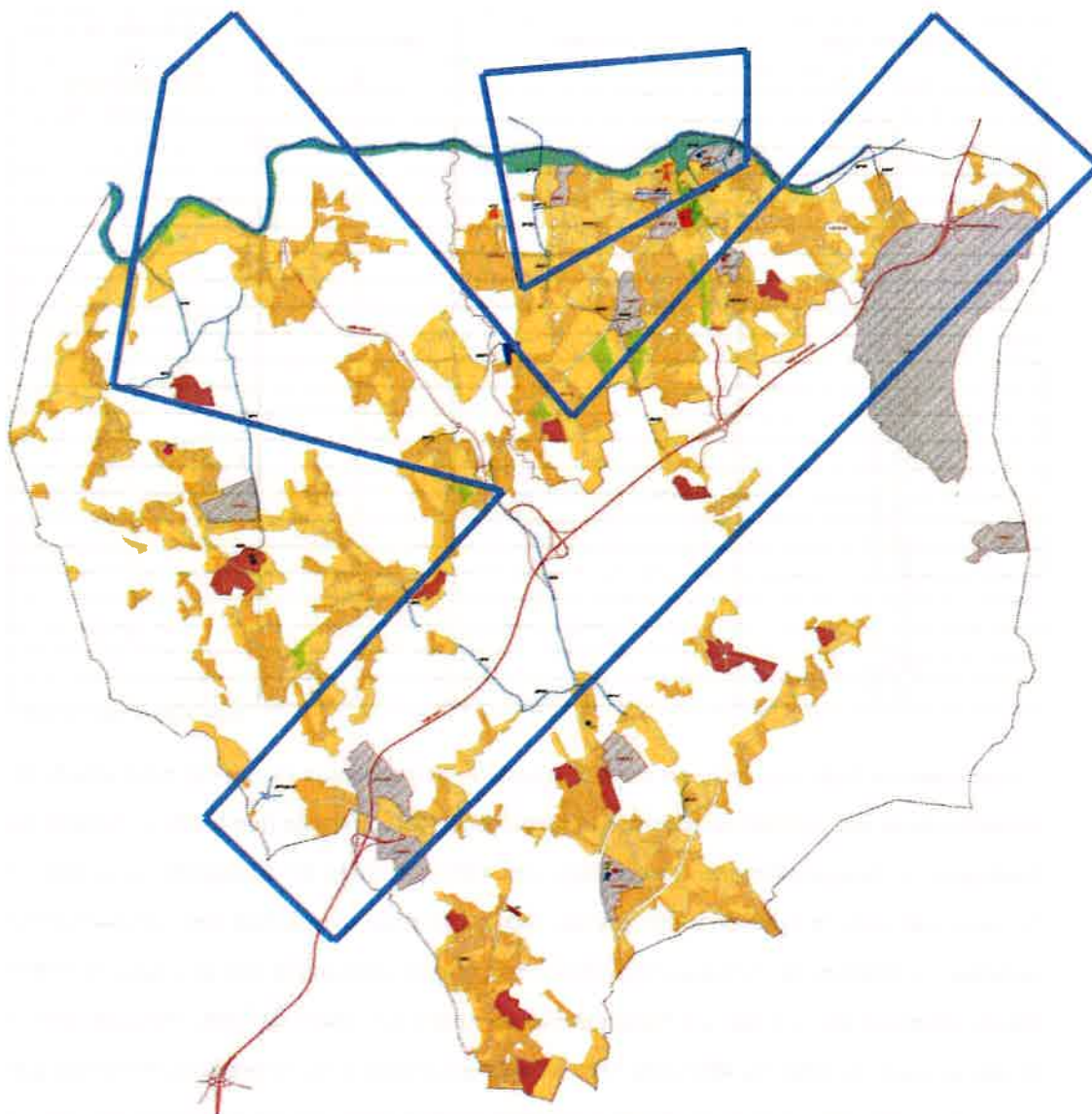
A proposta do PDM identifica e hierarquiza a rede viária municipal, ou que cruza o seu território e que se apoia, essencialmente, em dois eixos estruturantes, a EN 14 e a EN 104 (Fig. 5).

O desenvolvimento de distribuidores municipais que o PDM estrutura em 19 vias não tem consequência no território, devido à não construção das duas variantes anteriormente referidas, também pelo facto de não ter existido um crescimento significativo, quer demográfico quer da malha urbana (Tab. 3).

O facto de ainda não se ter concretizada a construção das variantes aos dois eixos viários fundamentais referidos deve-se, segundo o PERU do Núcleo Urbano da Cidade da Trofa, a uma perspetiva de serem construídas por parte da *Administração Central* e que o seu adiamento não só provoca como condiciona o intenso tráfego no interior do município, nas vias existentes (perspetiva desenvolvida na secção de Mobilidade e Acessibilidade), como diminui a qualidade de vida dos munícipes.



Fig. 39 - Planta de Ordenamento – Programa de Execução – Contexto da Rede Viária



Fonte: PDMT (2013)



Tab. 23 – Contexto da Rede Viária do PDMT na atualidade

Proposta do PDM	Construída	Não Construída	Prioridade (PDM da Trofa) 1-3
Variante EN 14		X	Sem Classificação
Variante EN 104		X	Sem Classificação
DP 1		X	1
DP 4		X	1
DP 6		X	1
DP 7		X	1
DP 8		X	2
DP 9		X	2
DP 10		X	2
DP 16		X	2
DP 17		X	2
DP 18		X	2
DP 19		X	3
DP 20		X	3
DP 21		X	3
DS 3		X	3
DS 8		X	3
DS 15		X	3
DS 17		X	3
DS 22-1		X	1
DS 29		X	2
DS 32		X	2
DS 34-2		X	1
DS 37		X	3

Fonte: PDMT (2013) e CMT (2017)

O município da Trofa inserindo-se numa conjuntura metropolitana carece da necessidade de infraestruturas que agilizem os processos de locomoção da população que habita e trabalha no município. O desenvolvimento apresentado das infraestruturas de transporte associadas à ferrovia, está desenvolvida de forma parcial, isto é, a ferrovia pesada que tem como empresa principal a Comboios de Portugal estabelece-se de acordo com aquilo que já à data do PDMT estava desenvolvido, criando um fluxo externo ao centro da cidade da Trofa. Parcialmente, é devido ao facto da empresa Metro do Porto não ter expandido a sua rede para o município que neste caso seria uma segunda opção de transporte coletivo do município e que este passaria/rá pela parte central da cidade, configurando ao antigo trajeto da Comboios de Portugal. Segundo o PERU do Núcleo Central da Cidade da Trofa, a *grande expectativa que persiste prende-se com o timing associado ao prolongamento da Linha Verde do Metro do Porto que foi interrompido sine die em maio de 2011.*

Taxa de Execução: 0%



Proposta de Equipamentos

Tab. 24 – Contexto da Proposta de Equipamentos pelo PDM

Tipo	Descrição	Execução	
		Executado	Não Executado
Educação	Construção da Escola Básica Integrada (Pré, 1º, 2º, 3º ciclos) em Santiago de Bougado;		X
	Ampliação da Escola EB 2/3 da Vila do Coronado para EB 2/3/S;		X
	Converter a EB 1 Esprela num Jardim de Infância;		Encerrada
	Ampliação da EB1/ JI de Finzes, Paranho, Paradela, Querenlêdo, Portela, Feira Nova, Estação, Cerro 2, Giesta 1 e requalificação da Giesta 2;	EB1 e JI de Finzes; JI do Paranho, EB 1/JI de Paradela, EB 1/JI de Querenlêdo, EB1/JI de Estação	
	Reestruturação da Rede de Transportes Escolares.		X
Social	Lar em S. Mamede e em Muro	São Mamede	
Saúde	Três extensões do centro de saúde: Alvarelhos, S. Mamede e Santiago	Em construção Santiago Alvarelhos já existe desde 2008/09	X
Desportivos	2 Piscina Coberta (Alvarelhos, Muro e Guidões/ S. Mamede, S. Romão e Covelas);		X
	1 Piscina de ar livre (S. Martinho e Santiago do Bougado)		X
	3 Campos (Alvarelhos, Muro e Guidões/ S. Mamede, S. Romão e Covelas/ S. Martinho e Santiago do Bougado);		X
	1 Pista de Atletismo (S. Martinho e Santiago do Bougado)		X
	1 Pavilhão Polivalente (S. Martinho e Santiago do Bougado)		X
Administrativos	1 Centro Cívico em S. Romão e em S. Martinho;		X
	1 Junta de freguesia em Guidões e Alvarelhos	Foi construída em Alvarelhos	
	Reorganização das áreas industriais		X

Fonte: CMT (2017)

O desenvolvimento da rede de equipamentos no município da Trofa, segundo o que já foi abordado na secção Equipamentos e Serviços Básicos, agregam em si uma importância crucial para o funcionamento e o bem-estar dos munícipes. Segundo as propostas apresentadas pelo PDMT (2013), os diversos equipamentos propostos dotariam o município de um conjunto de infraestruturas vitais para o desenvolvimento do município, nos domínios da educação, social, saúde e administrativos. O que ocorre, segundo a Tab. 4, é um conjunto de 29 propostas de edifícios/equipamentos, que têm uma taxa de execução de 5% (retirando aqui a proposta da reorganização das áreas industriais). Assim sendo, a importância desta conjuntura expressa diversas realidades que foram ao longo do presente documento enumeradas, como a questão da estagnação demográfica, da política de contenção imposta por momentos de crise e a reorganização administrativa que o território sofreu.

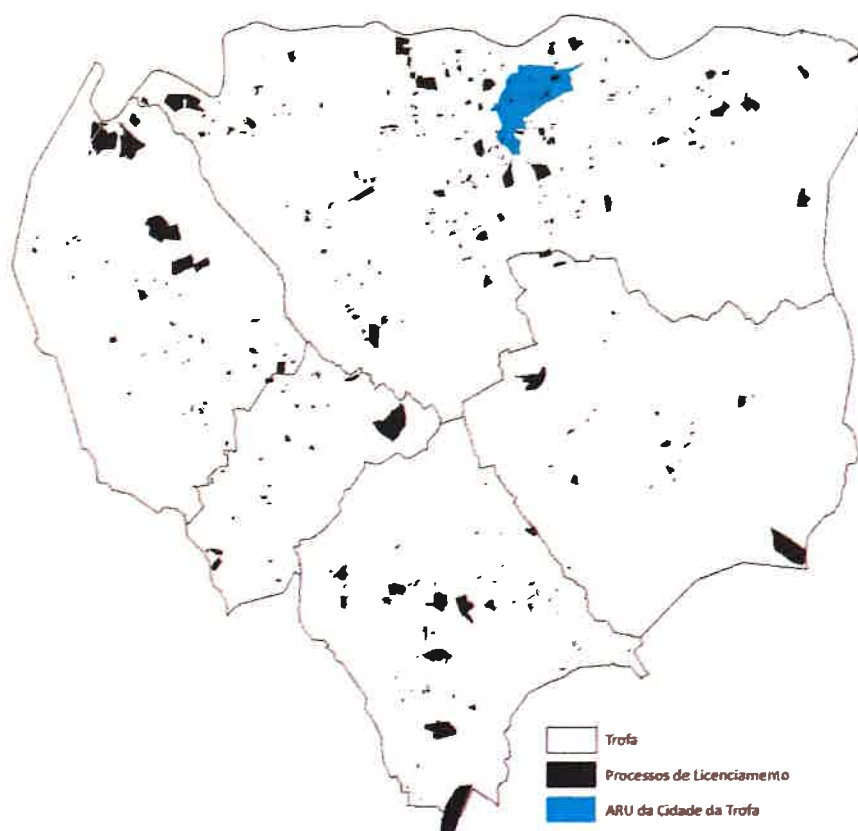
Taxa de Execução: 4 %

Programa Estratégico de Reabilitação Urbana do Núcleo Central da Cidade da Trofa

A elaboração do PERU do Núcleo Central da Cidade da Trofa evidencia o cumprimento de uma estratégia definida pelo PDMT, onde a aposta na *consolidação e requalificação urbana* proposta por esse documento intercala, em si, a definição de uma Área de Reabilitação Urbana (ARU).

A ARU é uma figura do planeamento que corresponde a uma *área territorialmente delimitada que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, justifique uma intervenção integrada, através de uma operação de reabilitação urbana* (art.º 2, alínea b, do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana).

Fig. 40 – N.º de Licenciamentos – ARU da Cidade da Trofa



Fonte: CMT (2017)

Tab. 25 – Quadro Síntese do PERU Do Núcleo Central da Trofa²³

PERU_Trofa	Fase do Processo
Nº. de Licenciamentos dentro da PERU	14
Que medidas foram implementadas para penalizar os casos de degradação física do edificado?	
Volume de investimento gerado neste território?	Sem Informação
Estrutura do Corredor Central da Trofa valor orçado em 2.750.000 €.	Em execução
Valorização Urbanística da Diagonal da Trofa valor orçado em 450.000€.	Levamento Topográfico
Requalificação e Re-funcionalização das Antigas Instalações da 'Indústria Alimentar da Trofa' valor orçado em 2.635.000€.	Em Projeto
Reabilitação e Re-funcionalização das Instalações da Antiga Estação Ferroviária da Trofa valor orçado em 500.000€.	Em Execução

Fonte: CMT (2017)

Tab. 26 – Evolução do N.º de Licenciamentos na ARU da Trofa

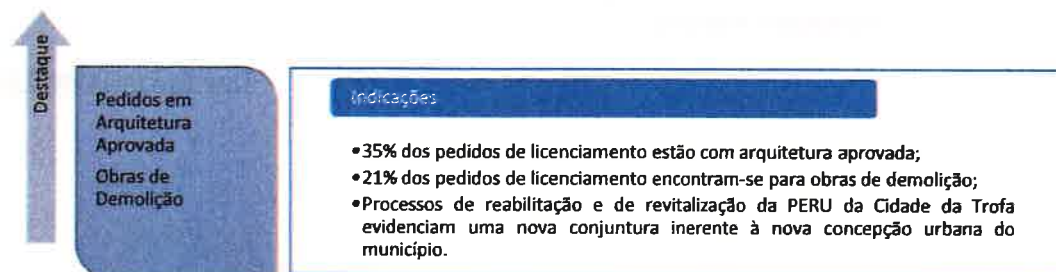
Ano	N.º de Licenciamentos
2013	2
2014	3
2015	4
2016	4
2017	1
Total	14

Fonte: CMT (2017)

Tab. 27 – Fase de Licenciamentos na ARU da Trofa, desde 2013 até 2017 (abril)

Estado	N.º de Licenciamentos
Arquitetura Aprovada	5
Arquivo de Armazém	2
Em análise	3
Obras de Demolição	3
Utilização dos Edifícios	1

Fonte: CMT (2017)

Quadro Síntese:

²³ As informações relativamente aos processos de licenciamento foram desenvolvidas, tendo em conta, a realização da interseção da informação, em formato *shape* com a área da ARU.



Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Minho ²⁴

A Trofa posiciona-se perante este plano como um município estratégico na disseminação dos objetivos que se encontram referenciados. A presença da Serra da Agrela motiva que exista um processo de planeamento regional capaz de preservar e mitigar os riscos, de uma das maiores *manchas de eucaliptos* da região. Contando com uma área florestal arborizada de 3 631 (ha) distribuída pelas freguesias da U.F. do Bougado, U.F. de Alvarelhos e Guidões, Muro, U.F. do Coronado e Covelas, provoca à *proteção e valorização dos ecossistemas* e do *património natural* existente (PROF – Baixo Minho, 2006).

A integração do município na Sub-região Homogénea da Agrela (PROF – Baixo Minho, 2006), determina que seja incluído nos processos avaliativos dos objetivos que devem ser cumpridos, existindo 3 unidades de avaliação, associadas à funcionalidade da floresta:

- **Produção:**
 - Utilização de espécies com bom potencial produtivo que permitam obter madeira de qualidade e outros produtos não lenhosos;
 - Aplicação de técnicas silvícolas capazes de elevar o valor comercial do produto final;
 - Instalação de uma rede divisional e descontinuidades florestais com eficiência;
- **Proteção:**
 - Arborizações que induzam o restabelecimento da sua capacidade bioprodutiva;
 - Garantir a integridade ecológica das águas interiores;
 - Melhoramento das cortinas ripárias existentes;
- **Recreio, enquadramento e estética da paisagem:**
 - Da inventariação e manutenção dos espaços com interesse lúdico e paisagístico;
 - Da implementação e beneficiação de infraestruturas de apoio;
 - Da valorização e recuperação do património edificado existente;
 - Do estabelecimento de percursos interpretativos em áreas florestais;
 - Da elaboração do Atlas das Florestas do Norte de Portugal;
 - Do aproveitamento da originalidade paisagística aliada ao seu património histórico, arqueológico e religioso.

Taxa de Execução: 0 %

²⁴ <http://www.icnf.pt/portal/florestas/profs/baix-minh>



Bacia Hidrográfica do Ave e Leça²⁵

O município da Trofa, em termos hídricos e apesar da sua dimensão é dois mais diversificados da envolvente territorial, devido à existência de duas bacias hidrográficas, a do Ave (62 km²) com forte pendor regional e a do Leça (10 km²). Tal, confere a necessidade de planeamento capaz de suprir uma conjuntura hidrográfica que apesar de ser diversa, é do ponto de vista ambiental negativa. Segundo o Relatório de Avaliação Ambiental Estratégica (2012) do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Cávado, Ave e Leça, as duas bacias hidrográficas são classificadas com um Estado da Água: medíocre (bacia hidrográfica referente ao rio Ave) e mau (bacia hidrográfica referente ao rio Leça).

A Trofa insere-se na zona *mais poluída da Bacia do Ave* (Águas de Portugal, 2015)²⁶, derivado a ser neste contexto regional onde se encontram *12% do total das empresas existentes no país*, sendo as *indústrias transformadoras* as que têm maior representatividade e as *indústrias alimentar, têxtil e metalúrgicas de base* uma forte implantação neste território (Relatório de Avaliação Ambiental Estratégica, 2012). Não é só o facto de encontrar no município e sua envolvente uma intensa atividade industrial, é também segundo do Relatório de Avaliação Ambiental Estratégica (2012), aqui que se encontram *centros urbanos importantes* (Trofa, Vila Nova de Famalicão e Guimarães), a existência de *poluição difusa de origem agrícola*, a *degradação da vegetação ribeirinha* e a *canalização do leito*, originada pela pressão urbana do território, que provoca tal conjuntura negativa no município.

Segundo o Relatório de Avaliação Ambiental Estratégica (2012) são então definidas medidas às quais a colaboração de diferentes entidades são necessárias para a questão de desenvolvimento do Plano de Gestão de Região Hidrográfica da Região Hidrográfica do Cávado, Ave e Leça, como está presente na Tab. 28.

²⁵ <https://www.apambiente.pt/?ref=16&subref=7&sub2ref=9&sub3ref=834#pgbh-Tab>.

²⁶ In VII Jornadas de Engenharia: O caso de estudo da bacia hidrográfica do Ave, *Experiência adquirida e desafios futuros*. Águas do Norte



Tabela 28 – Medidas às quais os municípios devem colaborar dentro do PGRH da RH do Cávado, Ave e Leça

Quadro de Governança para a Ação no âmbito do PGRH Cávado, Ave e Leça, por recomendação.	
Recomendações	Entidade envolvida
Ponderar a atualização do Programa de Medidas aquando da fase de monitorização do grau de implementação, execução e avaliação de impacto de medidas que permitam a introdução de outras medidas que definam aspetos relacionados com a conceção, dimensionamento, manutenção e acompanhamento, designadamente, através da constituição de um cadastro das soluções particulares de disposição de águas residuais domésticas (fossas sépticas individuais) e respetivas lamas, de acordo com as melhores práticas ambientais disponíveis.	ARH do Norte, I.P.; APA; Entidades Gestoras de
	AA e AE e DTAR; Municípios da RH2
Ponderar a atualização do Programa de Medidas aquando da fase de monitorização do grau de implementação, execução e avaliação de impacto de medidas que permitam a introdução de outras que assegurem, não apenas a monitorização, mas também, a redução gradual da poluição provocada por substâncias prioritárias e cessação das emissões, descargas e perdas de substâncias prioritárias perigosas.	ARH do Norte, I.P.; APA; Entidades Gestoras de AA e AE e DTAR; Municípios da RH2
Elaboração de um Plano que estabeleça as diretrizes para a correta elaboração de projetos que interfiram com linhas de água. Deverá igualmente, ser considerada a fase de execução (fiscalização e acompanhamento de obras). Ponderar a atualização do Programa de Medidas, aquando da fase de monitorização do grau de implementação, execução e avaliação de impacto de medidas, como o objetivo de introduzir ações de incentivo e desenvolvimento de outros usos de água (p.e. uso doméstico, industrial, agrícola ou recreativo) previstos igualmente noutros Planos (para além, apenas, de medidas como a "B02.03 - Programa de valorização energética de rios - VALENER - Lançamento de concursos de concessão de pequenos aproveitamentos hidroelétricos" e "B02.04 - Programa Valorização Energética de Rios - VALENER - Implementação dos pequenos aproveitamentos hidroelétricos de Ruivães, de Azenhas da Espinheira, de Poldras, de Sobreposta, de Soutelo e de Sta. Cruz do Bispo"), no sentido de incutir coerência interna e igualdade de tratamento para as várias tipologias de uso da água no Plano.	ARH do Norte, I.P.; DGADR; DRAPN; Municípios da RH2
Proceder à identificação e eliminação de todos os pontos de emissão de efluentes domésticos e industriais, bem como proceder ao tratamento desses caudais in situ, anulando a contaminação no meio e favorecendo a recuperação a dos ecossistemas prevista.	ARH do Norte, I.P.; Municípios da RH2
Aumentar o esforço de preservação do património natural eliminando e evitando a introdução de espécies infestantes/invasoras e a instalação de monoculturas silvícolas, privilegiando, em contrapartida, o recurso a espécies autóctones e/ou endémicas.	ARH do Norte, I.P., Municípios da RH2; ICNB; AFN
Desenvolver projetos de valorização aos ecossistemas fluviais associados à recuperação do património arqueológico e arquitetónico (associado à exploração ou utilização dos recursos hídricos).	ARH do Norte, I.P.; Municípios da RH2; ICNB; AFN; IGESPAR; I.P.

Fonte: Avaliação Ambiental Estratégica – Relatório Ambiental (2012) e Câmara Municipal da Trofa

Execução: Nenhuma medida foi implementada, segundo a CMT (2017).

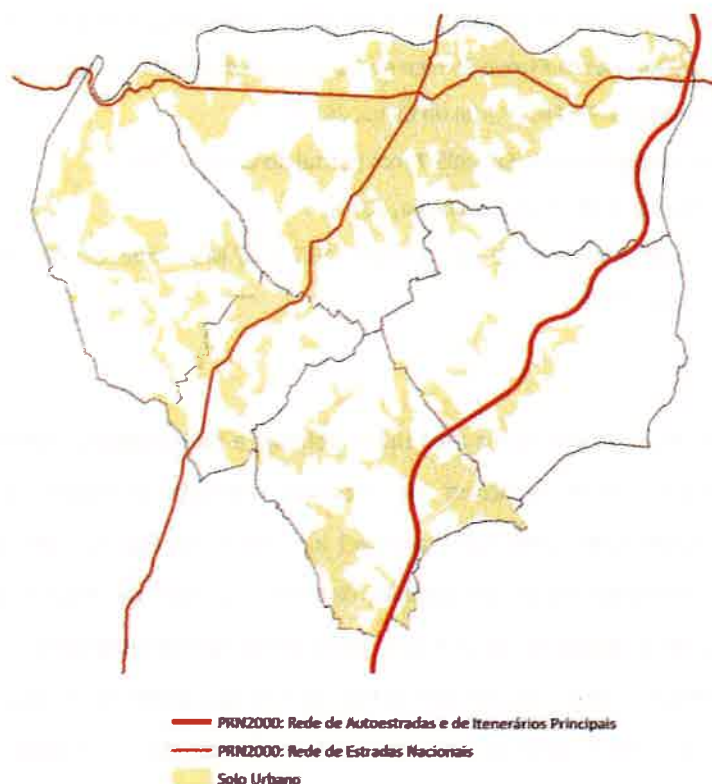


Programa Rodoviário Nacional 2000

O DL n.º 22/98, 17 de julho, tendo como última alteração o DL n.º 182/2003, 16 de agosto, incita à organização do território tendo em consideração a Rede Nacional de Estrada da formulação do Plano Rodoviário Nacional 2000, *que constitui o instrumento regulador de infraestruturas rodoviárias nacionais, otimizando as condições da ocupação do solo e do ordenamento do território, tendo sempre subjacente a minimização dos impactos ambientais, o interesse público e o das populações em particular* (Infraestruturas de Portugal, 2017).

Segundo a Fig. 41, no território pertencente ao município da Trofa o PRN 2000 afirma a existência de três vias de comunicação que interseitam com o município, a EN 14, a EN 104 e a A3/IP1. Tal como foi desenvolvido na secção de Mobilidade e Acessibilidade, são estes três eixos de comunicação mais importantes e que permitem dinamizar a comunicação entre os diferentes pólos dinamizadores e apelativo de fluxos.

Fig. 41 – Rede das Infraestruturas de Portugal no município da Trofa



Fonte: PRN 2000 (1999) e Infraestruturas de Portugal (2017)



- **Ambiente**

O ambiente como componente de política pública enquadra-se, segundo a lei n.º 19/2014, 14 de abril, na *promoção do desenvolvimento sustentável (...)* e na *gestão adequada do ambiente (...)* de forma a proporcionar aos habitantes *bem-estar e a melhoria progressiva da qualidade de vida* (art.º 2). Com isto, a segregação existente entre as diferentes variáveis a enquadrar no ambiente, segundo a Estrutura Ecológica Municipal para o município da Trofa, deparamo-nos com o enquadramento de quatro sistemas interligados entre si: o sistema natural (zonas ecologicamente sensíveis), o sistema agroflorestal, o sistema cultural pontual (associado ao “*continuum naturale*”) e o sistema de corredores (ligação entre os outros três sistemas referidos neste enquadramento). Em comum estes sistemas obedecem à razão de duas grandes variáveis a floresta e os restantes elementos naturais que são possíveis encontrar no município.

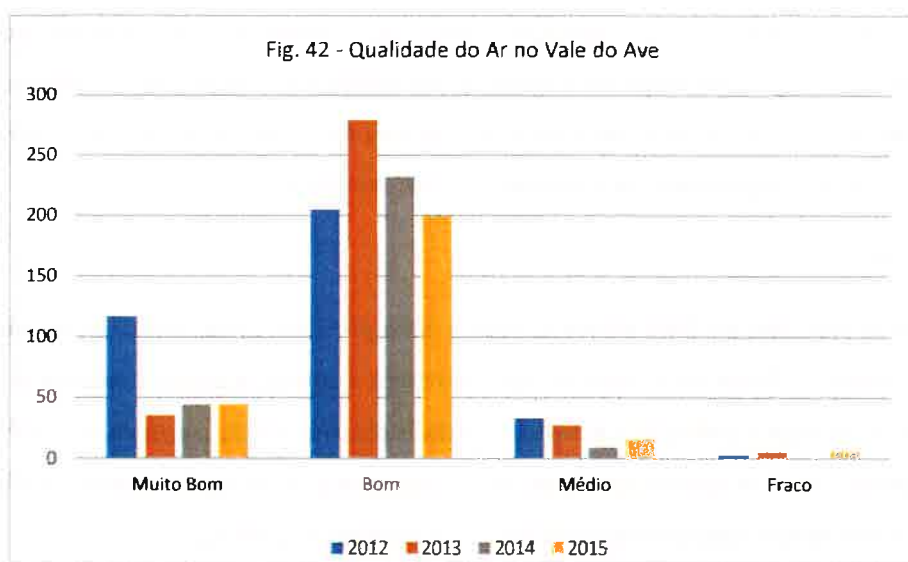
Contexto climático do município da Trofa²⁷:

- Classificação Climática de Koppen para a área envolvente ao município da Trofa: *Csb* (IPMA, 2017), *clima temperado com Verão seco e suave, em quase todas as regiões a Norte do sistema montanhoso Montejunto-Estrela (exceto no litoral oeste do Alentejo e Algarve)*;
- Temperatura Média: 13.2ºC (Portal do Clima, 2017);
- Precipitação Média Acumulada: 1895.7 mm (Portal do Clima, 2017);
- Amplitude Média: 8.4ºC (Portal do Clima, 2017);
- Risco de Incêndio: Extremo: 2.9 dias/ Elevado: 16.7 dias/ Moderado: 2.9 dias/ Baixo: 305.5 dias (Portal do Clima, 2017).

Qualidade do Ar

O enquadramento do município numa área metropolitana e num contexto industrial comprova que o clima urbano nesse território se encontre alterado derivado ao processo de urbanização/industrialização. Com isto é possível identificar, na Fig. 42, um enquadramento onde é positiva a qualidade do ar, isto porque, durante o período de 2012 a 2015 existiu em média, 229 dias onde a qualidade do ar é boa, perfazendo aproximadamente 67% dos dias do ano. Ao mesmo tempo, existe uma tendência negativa da qualidade do ar, registando-se uma descida dos 279, em 2013, para os 199, em 2015, evidenciando o consolidar da atividade industrial como também das dinâmicas de urbanização no município.

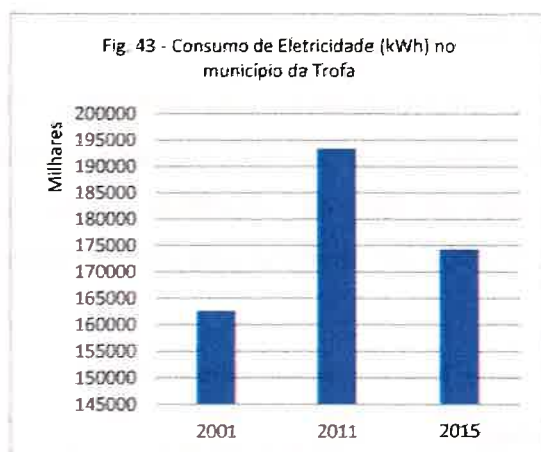
²⁷ Valor Referente à Área Metropolitana do Porto.



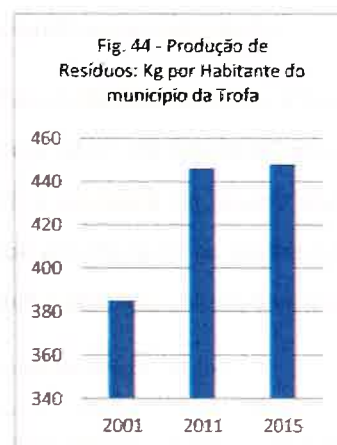
Fonte: APA (2012, 2013, 2014 e 2015)

Resíduos

As características metropolitanas do município são evidenciadas pelo consumo energético e de produção de resíduos, sendo possível identificar diferentes conjunturas, tanto demográficas e económicas (ver Fig. 43 e 44).

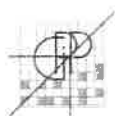


Fonte: INE (2001, 2011 e 2015)



Fonte: INE (2001, 2011 e 2015)

Tal como se constatou na secção da População e da Economia conclui-se uma realidade a dois níveis (crescimento e de estagnação). Ao nível energético existe um aumento significativo entre 2001 e 2011 e uma acentuada regressão entre 2011 e 2015 e isto reproduziu efeito de aumento da população, na primeira fase, e numa segunda fase evidenciou a alteração dos hábitos de consumo, o aumento de preocupação com o ambiente e também a estabilização dos



rendimentos económicos da população, como foi também demonstrado na secção da População (ver Fig. 10 da secção da População). Relativamente à produção de resíduos, ocorre a mesma situação do consumo energético, mas de uma forma menos acentuada, e isto explica-se pelos mesmos argumentos apresentados ao nível energético.

Ruído

O ruído no município da Trofa ocorre no espaço edificado e nas zonas industriais do município. Neste sentido, o desenvolvimento de zonas sensíveis e mistas ocorrem conforme o grau de densidade do espaço edificado e industrial e através da classificação, segundo o DL n.º 9/2007, 17 de janeiro, de área sensível (um ruído exterior superior a 55 dB (L_{den}) e superior a 45 dB (L_n)), e de área mista (um ruído exterior a 65 dB (L_{den}) e superior a 55 dB (L_n)).

A ausência de um aumento significativo de *área vocacionada para uso habitacional, ou para escolas, hospitais ou similares, ou espaços de lazer, existentes ou previstos, podendo conter pequenas unidades de comércio e de serviços destinados a servir a população local, tais como cafés e outros estabelecimentos de comércio tradicional* (PDM, 2013), provoca com que se mantenha inalterada a sensibilidade de ruído do município (argumento confirmado com o desenvolvimento da secção de Planeamento).

Estratégias para o Planeamento do Ambiente

O ambiente na tomada de decisões de políticas estratégicas, como o caso do PE Trofa e o Plano Diretor Municipal da Trofa, evidencia a necessidade de apostar neste segmento estratégico sendo crucial na dinâmica e tomada de ações por parte da comunidade política. Sendo apresentado ao longo destes dois instrumentos de gestão territorial, uma série de elementos que o evidenciam, segundo a Tab. 29.

Tab. 29 – Programas/Instrumentos desenvolvidos no âmbito do ambiente no município da Trofa

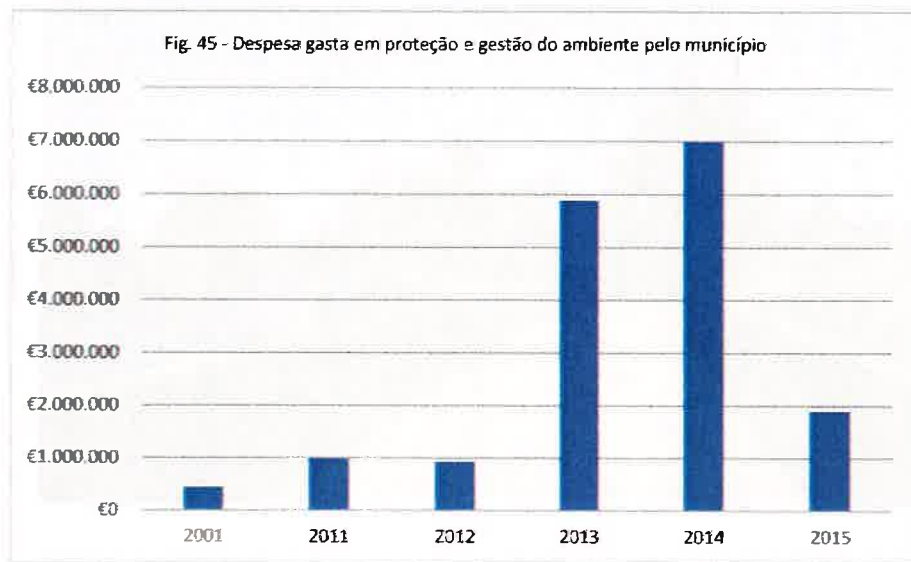
Programa	
Plano Estratégico	Plano Diretor Municipal
Conselho Municipal do Ambiente	Rede Agrícola Nacional
Cidades Sustentáveis	Rede Ecológica Nacional
Associação de Silvicultores do Vale do Ave	Estrutura Ecológica Municipal
Plano Municipal do Ambiente	Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Minho
Ecoteca	Povoamentos Florestais Percorridos por Incêndios
Área entre Soutos	Perigosidade de Incêndio Florestal
	Povoamento de Sobreiros
	Outras Espécies Arbóreas Protegidas
	Parque das Azenhas

Fonte: Plano Estratégico, Vol. II (2010) e PDMT (2013)



Resumindo, aquilo que se encontra na definição de políticas e de instrumentos de desenvolvimento de boas práticas do ambiente, o município e sua administração demonstram também o esforço feito²⁸, não só no desenvolvimento dessas políticas, como também no grau de investimento ou gerar de despesa que está associado ao município – ver Fig. 45.

R
J



Fonte: INE (2001, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015)

O crescimento médio aproximado de 3 milhões de euros da despesa efetuada pelo município, entre 2001 e 2014, é demonstrativo da importância estratégica política do município, mas também de garantir uma condição importante para a qualidade de vida dos munícipes. O resultado mais preponderante no município relativamente ao Ambiente é o investimento feito para a requalificação das margens ribeirinhas do rio Ave que desde o PE Trofa é visto como uma maiores preocupações político-ambientais e que é concretizado em março de 2017 (CMT, 2017) – ver Fig. 46.

²⁸ De salientar como foi referido na secção do Património, a evolução de classificação dos diferentes elementos naturais classificados como património, subiu desde os 4 elementos a preservar, na Ficha de Património de 2007, para os 9 da listagem de Património Natural do PDM da Trofa (2013).



Fig. 46 – Parque das Azenhas



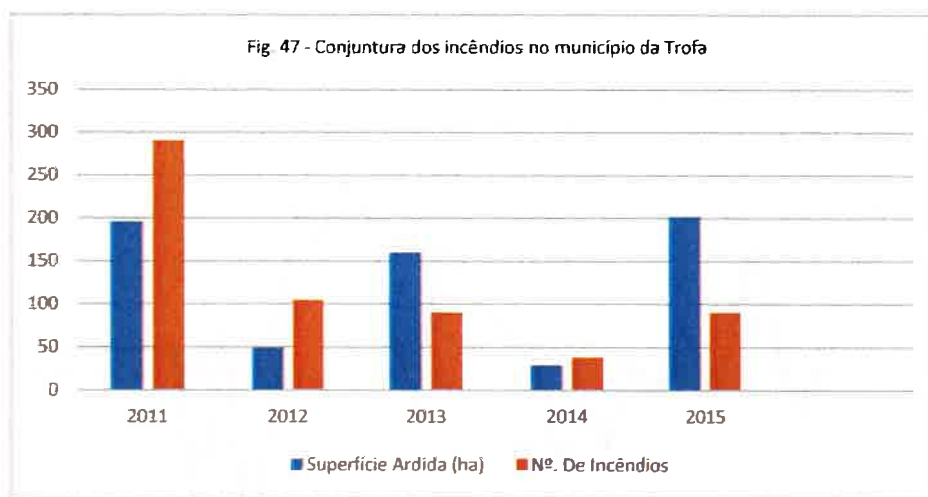
Fonte: CMT (2017)



Incêndios

Ao nível da floresta é possível encontrar uma conjuntura débil: a *distribuição dos povoamentos florestais e dos matos em manchas contínuas, das mesmas espécies, com elevado grau de inflamabilidade* (eucalipto, correspondendo esta espécie arbórea 4 176 ha, segundo o PROF – Baixo Minho), a *falta de gestão nas matas e florestas, o absentismo das propriedades florestais, destruturação do mundo rural* (realidade encontrada na secção do Enquadramento prévio e População) e o *uso do fogo para renovação de pastagens* (Lourenço, L., et al., 2011)²⁹ provocam a definição dessa conjuntura.

Observando a Fig. 47, onde o aumento da área ardida variando com a relação das temperaturas, patenteia um comportamento que é variável ao longo dos anos, mas que é caracterizador de uma conjuntura nacional e mediterrânica, onde no *período correspondente à estação seca ou em anos secos, a vegetação se encontra num adiantado processo de dessecação* (Lourenço, L., et al., 2011), contribuindo para o desenvolvimento e para o impacto que deste fenómeno (ver Fig. 48 e 59)³⁰.



Fonte: INE (2011, 2012, 2013, 2014 e 2015)

²⁹ Lourenço, L.; Fernandes, S. Bento-Gonçalves, A.; Casto, A.; Nunes, A.; Vieira, A. (2011), *Causas de incêndios florestais em Portugal continental. Análise Estatística da Investigação efetuada no último quinquénio (1996 a 2010)*. Cadernos de Geografia

³⁰ Na Fig. 2 para o estudo de caso foi selecionado como referência geográfica mais próxima e o indicador mais semelhante, o município do Porto que dista a aproximadamente a 22 km da sede de município da Trofa.



Fig. 48 – Evolução das temperaturas médias anuais e tendência linear de longo prazo

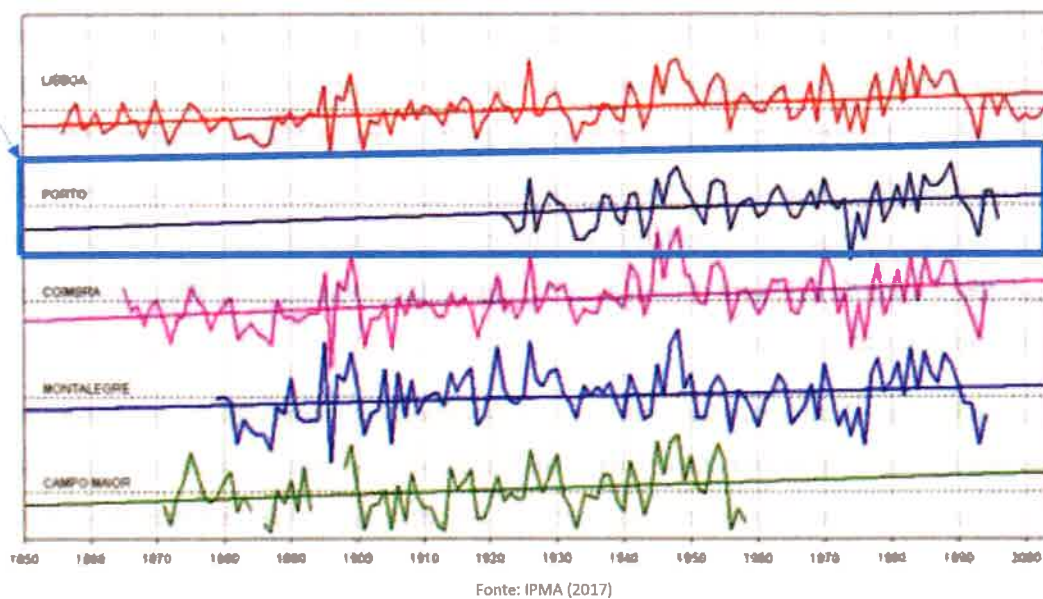
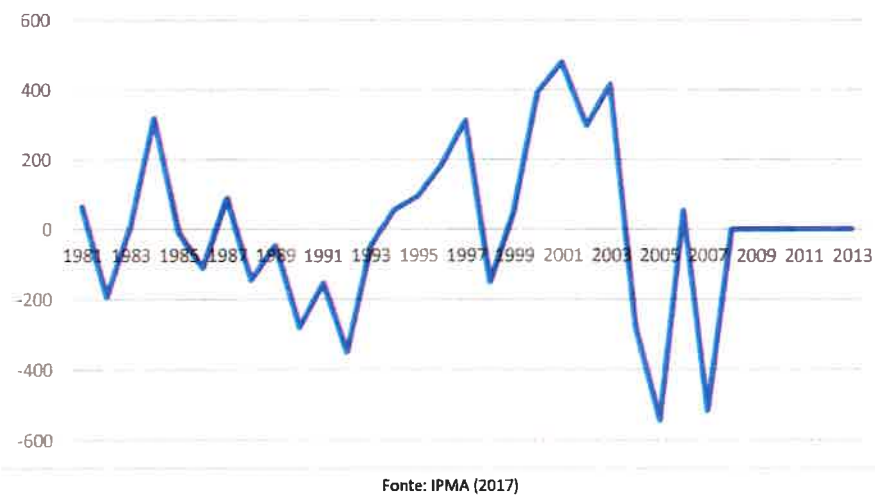
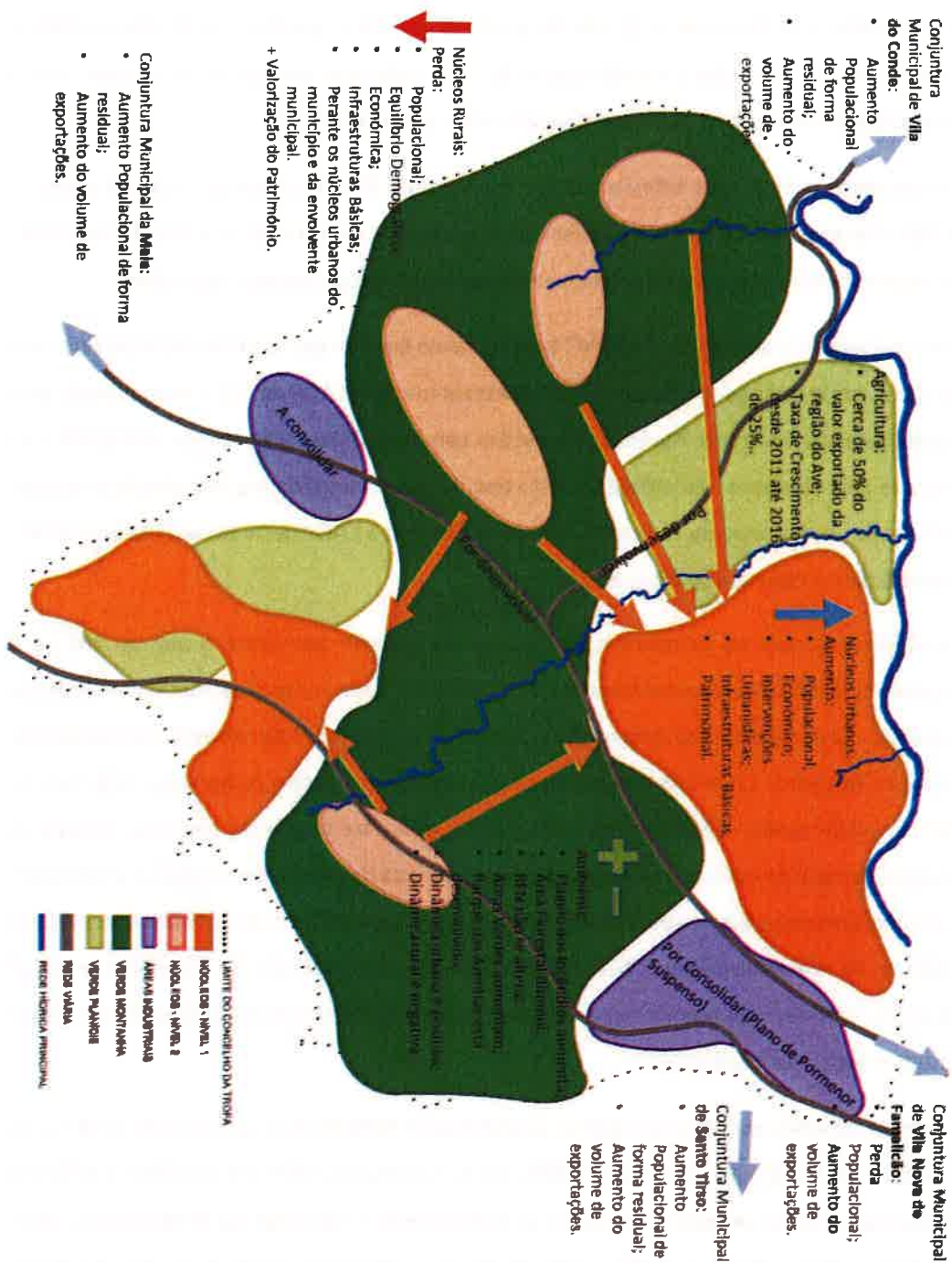


Fig. 49 – Anomalia da precipitação média (mm) durante a norma climatológica de 1981-2010





Quadro Síntese Conclusivo





Considerações Finais

O PDMT publicado em Diário da República, 2ª série – n.º 38 – 22 de fevereiro de 2013, constitui um instrumento fundamental de gestão do território concelhio que teve como objetivo definir as regras de uso, ocupação e transformação do solo, definindo um quadro orientador para a gestão urbanística e para as ações de planeamento a desenvolver.

Contudo, decorridos 4 anos sobre a entrada em vigor do PDMT reconhece-se que o plano se encontra ultrapassado na forma legislativa que o enquadra, decorrente da alteração legislativa e do regime jurídico que o tutela (situação abordada no Enquadramento Legislativo).

Ao mesmo tempo, a elaboração do PDMT ocorreu numa fase em que a estruturação do território português, em termos administrativos, era representada pela CAOP de 2013, desenvolvida pela Direção Geral do Território. Porém as alterações compreendidas na produção cartográfica do município depreendem a não utilização deste tipo de metodologia de organização do território. Assim sendo, a adaptação da cartografia do município para a CAOP de 2016 será um importante elemento para o rigor cartográfico do PDM a rever.

A avaliação realizada no presente relatório permite concluir que entre o ano de 2013 e o presente ano de 2017, o desenvolvimento do município é cada vez mais produtivo na dinâmica económica e que, na dinâmica demográfica, apresenta um processo de regressão do número de população residente. Estes dois elementos são determinantes para o cumprir dos objetivos do PDMT e, assim sendo, o facto da dinâmica demográfica ter tendência negativa, todavia as componentes que permitem identificar a qualidade de vida da população residente, evidenciam um comportamento positivo nessa relação habitante e o lugar onde reside. Contrariamente, esta tendência de regressão demográfica ocorre derivado a um processo de envelhecimento da população, cada vez mais intenso e que tende em aumentar na conjuntura demográfica trofense (consultar secção da População).

Ao nível da dinâmica económica, o que se conclui é que o facto de esta ser bastante positiva, ela não ocorre nos moldes propostos pelo PDMT, isto é, a aposta do PDMT em reordenar a indústria promovendo a *deslocalização de unidades deficientemente localizadas no território* para eixos industriais estruturados em UOPG é dificultada pela deficitária execução destes (consultar secção do Planeamento), comprometendo o grau de concretização de um dos objetivos mais importantes que o PDMT desenvolve. Aliado a este facto de forte dinâmica económica existe uma conjuntura nacional e intermunicipal que é favorável ao desenvolvimento deste tipo de comportamento económico-produtivo do município. Contudo, a conjuntura municipal nem



sempre teve o mesmo desenvolvimento económico (secção da Economia) e isto reflete-se no desenvolvimento de outras ações que o PDMT se propõe realizar. Tendo como exemplo, a melhoria das acessibilidades internas onde as propostas de desenvolvimento de duas variantes permitiriam complementar as EN 14 e 104, não foram executadas até então.

O desenvolvimento do município, tendo em consideração as estratégias definidas pelo PDMT apresenta-se consideravelmente deficitário no grau de concretização das ações com as quais se comprometeu:

- No campo das medidas/ações propostas no PDMT, é preciso sublinhar as dificuldades que existem para implementação das UOPG presentes no art.º 91 do Regulamento do PDMT;
- Em termos estratégicos, algumas das medidas propostas no PDMT, embora decorram de orientações definidas pelo PETrofa, revelam dificuldades de concretização por fatores exógenos ou endógenos à autarquia.

São exemplo dessa situação, o caso do Metro do Porto cuja construção está dependente de entidades endógenas ao município. A inexistência desta infraestrutura inviabiliza o desenvolvimento de determinadas ações previstas e que estão relacionadas ou dependentes dela, acrescendo que determinadas opções do PDM foram determinadas e condicionadas pela integração desta infraestrutura.

Em simultâneo, o planeamento das UOPG (tal como já foi referido nesta secção) têm encontrado forte resistência que impedindo e/ou dificultando a sua concretização e pondo em causa os objetivos que se pretendiam atingir, sendo que algumas também dependem da construção do metro ligeiro cuja infraestrutura as estrutura e determina o seu desenvolvimento, como é o caso da UOPG 1.4 e 1.5.

Posteriormente, ao contexto de mobilidade, o fenómeno da edificação dispersa que ocorre no município é potenciado pelas dificuldades de planeamento dos aglomerados urbanos existentes. Isto ocorre derivado ao preço elevado dos terrenos, decorrente dos processos especulativos (consultar secção Habitação) e, face à qualidade e tipo de oferta do edificado, aspetos que contribuem para o aumento da apetência por espaços alternativos, menos valorizados e menos aptos, localizados fora dos aglomerados populacionais.

Portanto, o facto de se encontrar terrenos menos valorizados ocorre devido à existência de áreas de servidão, como a RAN, onde as condicionantes que esta desenvolve, provoca com que exista diferentes patamares de desenvolvimento dos territórios. Assim sendo, esta situação decorrente do atual contexto legislativo, a nível nacional, não conceda compensações para esses



territórios condicionados e que devido isso, não sejam tão competitivos como os demais. Tornando assim, contraditório o facto de existirem objetivos que o PDMT propõe como o da *Promoção da Equidade e Eliminação de Assimetrias Territoriais*.

O aumento das assimetrias internas é, principalmente, confirmado pela Secção da População, dos Equipamentos e Serviços Básicos e Planeamento, onde estão presentes indicadores demográficos e sociais:

- Ao nível demográfico é possível encontrar uma diminuição do número de população que habita os núcleos rurais do município, em simultâneo, ao nível municipal é possível encontrar o aumento do índice de dependência total;
- Ao nível social a diminuição de estabelecimentos escolares nos núcleos rurais e, em simultâneo, a concentração dos serviços públicos no núcleo urbano da Trofa, são os elementos que evidenciam uma nova realidade assimétrica do município;
- Ao nível do planeamento é possível encontrar uma realidade onde existe uma crescente preocupação com o núcleo urbano da cidade da Trofa, bem como do desenvolvimento de outras freguesias como a U.F. do Coronado e a U.F. de Alvarelos e Guidões onde se encontra um papel dual entre estes dois territórios, um cada vez mais se desenvolve como uma centralidade no município, face à grande concentração industrial e sua proximidade ao município da Maia e o outro, ser a periferia rural da cidade da Trofa.

Estes e outros aspetos deverão ser acautelados na Revisão do PDM, como novos desafios estratégicos: em termos económicos (impostos pelo fenómeno da concorrência proporcionada pela globalização), em termos ambientais (face à necessidade de apostar nas energias renováveis, na despoluição da rede hidrográfica, na segregação dos resíduos e no acautelar dos riscos associados às catástrofes naturais) e, por fim, em termos socioculturais (na valorização do património, na qualificação da população e no valorizar da identidade do território).

Deste modo, os novos objetivos a definir para a Revisão do PDM, devem resultar das opções estratégicas de desenvolvimento do município, numa lógica associada ao ambiente, à demografia, à economia e também ao planeamento, de forma a sustentar propostas de alteração que sejam capazes de qualificar o solo, tendo em consideração, a conjuntura que o município se encontra inserido. Em conclusão, a necessidade de adaptar o PDMT ao novo enquadramento legislativo vincula-o a uma nova geração de PDM que altera a organização do território, bem como a escala de intervenção do mesmo, tornando-o mais flexível e adaptado à nova conjuntura de planear e de coordenação dos territórios.



Bibliografia

- AMP (2008), *Futuro Sustentável, Diagnóstico de Ambiente da Área Metropolitana do Porto*. AMP
- APA (2012), *Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Cávado, Ave e Leça: Relatório de Avaliação Ambiental Estratégica*. APA
- APA (2017), *Base de dados online sobre a Qualidade do Ar*. APA. Disponível em: <http://qualar.apambiente.pt/>
- Banco de Portugal (2017), *Projeções para a economia portuguesa: 2017-2019*. Banco de Portugal
- Cabral, S. & Duarte, C. (2016), *Previsão contemporânea das exportações portuguesas de turismo*. Banco de Portugal
- Câmara Municipal da Trofa (2010), *PE Trofa*. Câmara Municipal da Trofa. Vol. II & II.
- Câmara Municipal da Trofa (2013), *Plano Diretor Municipal da Trofa*. Câmara Municipal da Trofa.
- Comboios de Portugal (2011), *Relatório e Contas 2011*. Comboios de Portugal
- Comboios de Portugal (2015), *Relatório e Contas 2015*. Comboios de Portugal
- DL n.º 380/99, de 22 de setembro do Conselho de Ministros de 8 de Julho de 1999. Acedido a 8 de abril de 2017. Disponível em www.dre.pt
- DL n.º 80/2015, de 14 de maio do Conselho de Ministros de 26 de fevereiro de 2015. Acedido a 8 de abril de 2017. Disponível em www.dre.pt
- DL n.º 22/98, 17 de julho da Presidência da Assembleia da República de 20 de fevereiro de 2014. Disponível em www.dre.pt
- Decreto Regulamentar n.º 17/2007, 28 de março do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas de 28 de março de 2007. Disponível em www.dre.pt
- Direção Geral dos Recursos Florestais (2006), *Proposta de Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Minho*. Instituto de Conservação da Natureza e Florestas
- Fernandes, J., Trigal, L., Sposito, E. (2016), *Dicionário de Geografia Aplicada, terminologia da análise, do planeamento e da gestão do território*. Porto Editora
- INE, (2017), *Anuário Estatístico da Região Norte (2015)*. Instituto Nacional de Estatística. Disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_pesquisa&frm_accao=PESQUISAR&frm_show_page_num=1&frm_modulo_pesquisa=PESQUISA_SIMPLES&frm_texto=anuario+estatistico+da+regiao+Norte&frm_modulo_texto=MODO_TEXTO_ALL&frm_data_ini=&frm_data_fim=&frm_tema=QUALQUER_TEMA&frm_area=o_ine_area_Publicacoes&lang=pt
- INE, (2017), *Base de dados*. Instituto Nacional de Estatística. Disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados
- Instituto de Infraestruturas Rodoviárias (2010), *Relatório de Tráfego na Rede Nacional de Autoestradas*. Instituto de Infraestruturas Rodoviárias.



Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (2016), *Relatório de Tráfego na Rede Nacional de Autoestradas, 2º Trimestre de 2016*. Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.

Lei n.º 31/2014, de 30 de maio da Presidência da Assembleia da República de 11 de abril de 2014. Disponível em www.dre.pt

Lei n.º 107/2001, 6 de setembro da Presidência da Assembleia da República de 17 de julho de 2001. Disponível em www.dre.pt

Lei n.º 19/2014, 14 de abril da Presidência da Assembleia da República de 20 de fevereiro de 2014. Disponível em www.dre.pt

Lourenço, L.; Fernandes, S.; Bento-Gonçalves, A.; Casto, A.; Nunes, A.; Vieira, A. (2011), *Causas de incêndios florestais em Portugal continental. Análise Estatística da Investigação efetuada no último quinquénio (1996 a 2010)*. Cadernos de Geografia

Maia, J. (2014), *O impacto da crise financeira na qualidade dos resultados*. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Economia e Gestão. pp. 34

Marques, J.; de Castro, E.; Pinho, C.; Batista, P.; (2010), *O mercado habitacional – uma análise econométrica espacial*. Publicação de Congresso. 16º. Congresso da APDR.

Metro do Porto (2008), *Desenvolvimento do sistema de metro ligeiro do Porto*. Metro do Porto, S.A. Disponível em: [http://www.metrodoporto.pt/uploads/document/file/69/2_e_3_fases_da_rede_do_Metro do Porto.pdf](http://www.metrodoporto.pt/uploads/document/file/69/2_e_3_fases_da_rede_do_Metro_do_Porto.pdf)

Plano Diretor Municipal da Trofa, (2013), *Avaliação Ambiental Estratégica do Plano Diretor Municipal da Trofa*. Câmara Municipal da Trofa

Pordata, (2017), *Base de Dados do Portugal Contemporâneo*. Pordata. Disponível em: <http://www.pordata.pt/Municipios>

Prada, O., (2008), *Relatórios de Estado do Ordenamento do Território: orientações para a sua elaboração*. Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa

Simões, C. & Santos, S. (2016), *O impacto do Emprego na Qualidade de Vida das Pessoas com Dificuldade Intelectual e Desenvolvimental*. Revista Lusófona de Educação

Vieira, C., (2013), *Impacto da Crise no Financiamento das Empresas Portuguesas*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Economia da Universidade do Porto. pp. 44

Viegas, Filipe (2008), *Critérios para a Implementação de Redes de Mobilidade Suave em Portugal: Um caso de estudo no município de Lagoa*. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa. pp. 85